



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

MEMÓRIA DOCUMENTADA:
atas do Conselho Universitário da UFBA (1982 a 1992)

Mestranda: Dulce de Fátima Noronha
Orientadora: Profa. Dra. Kátia de Carvalho

Salvador/Bahia
2010

Dulce de Fátima Noronha

MEMÓRIA DOCUMENTADA:
atas do Conselho Universitário da UFBA (1982 a 1992)

Dissertação apresentada ao Mestrado em
Ciência da Informação do Instituto de
Ciência da Informação da UFBA como
exigência parcial para obtenção do Título de
Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Kátia de Carvalho

Salvador - Bahia

2010

Noronha, Dulce de Fátima.

N 852 Memória documentada: atas do Conselho Universitário da UFBA
(1982 a 1992) / Dulce de Fátima Noronha – 2010.
172 f. il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto
de Ciência da Informação, 2010.

Orientação: Professora Doutora Kátia Carvalho.

1.Documento de arquivo 2.Memória 3.Universidade Federal da
Bahia. 4.Gestão documental. I - Universidade Federal da Bahia –
Instituto de Ciência da Informação. II Título.

CDU 930.253.

DULCE DE FÁTIMA NORONHA

**MEMÓRIA DOCUMENTADA: Atas do Conselho Universitário da
UFBA – 1982 a 1992**

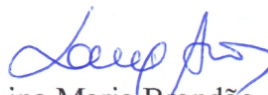
Dissertação aprovada, em forma final, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Banca Examinadora



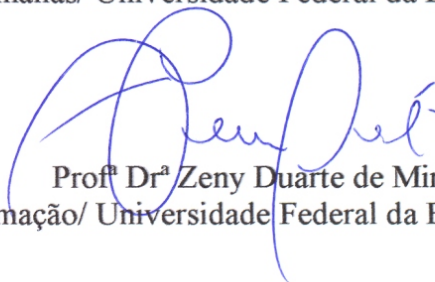
Prof^a Dr^a Kátia de Carvalho

Instituto de Ciência da Informação/Universidade Federal da Bahia



Prof^a Dr^a Lina Maria Brandão de Aras

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ Universidade Federal da Bahia



Prof^a Dr^a Zeny Duarte de Miranda

Instituto de Ciência da Informação/ Universidade Federal da Bahia

Salvador, 27 de agosto de 2010.

À Luna e Júlia, alegria da minha vida.

Aos meus pais Doralice e Oscar, exemplo de respeito às escolhas individuais.

Ao Vasco, companheiro de todo dia.

À Dalvanôra, Dinalva, Dinamêne e Dagmar, minhas irmãs queridas.

Agradeço à Professora Kátia Carvalho, pelo estímulo e dedicação; às Professoras Henriette, Isabel e Zeny, à Bibliotecária Urânia e toda a equipe da Biblioteca do ICI; à querida Nadia, pela atenção e colaboração; aos colegas da turma 2008, que durante os Seminários de Pesquisa trouxeram reflexões importantes; aos servidores da Secretaria dos Órgãos Colegiados, pelo acesso aos documentos; e aos participantes da pesquisa pela colaboração valiosa.

RESUMO

Contribuição à memória da Universidade Federal da Bahia, mediante conhecimento do conteúdo das atas do Conselho Universitário, produzidas no período de 1982 a 1992, marcado pela redemocratização do Brasil. A pesquisa qualitativa adota as técnicas da análise documental e de conteúdo e a técnica do incidente crítico. Utilizou-se a teoria de Bardin para organização e análise das informações levantadas nos 109 documentos lidos e a técnica do incidente crítico para realização das entrevistas. O estudo permitiu verificar que as atas são fundamentais para a memória da Universidade e, ainda que não elucidem todas as questões que permeiam a instituição, devem ser preservadas, pois trazem à tona o funcionamento da instituição, revelam as pessoas que estiveram à frente de sua administração, além de fazer emergir o contexto vivenciado. Carecem de atenção, uma vez que não recebem nenhum tipo de tratamento e ações voltadas para gestão documental, garantindo que a memória da instituição não se perca e possa ser disponibilizada ao público em geral.

Palavras-chave: documento de arquivo, memória, universidade, gestão documental.

ABSTRACT

Contribution to the memory of the Federal University of Bahia, on the content of the minutes of the University Council, produced in the period 1982-1992, marked by the democratization of Brazil. Qualitative research, adopts the techniques of documentary analysis and content and the critical incident technique. We used the theory of Bardin for organizing and analyzing information gathered from the 109 papers read and the critical incident technique for interviews. This study showed that the minutes are key to the memory of the University and, while not elucidate all the issues that pervades the institution, should be preserved because they bring up the functioning of the institution, reveal the people who were ahead of their administration also bring forth the living context. Require attention, since it does not receive any treatment and actions for document management, ensuring that the institution's memory is not lost and can be made available to the general public.

Keywords: document file, memory, university, document management.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Evolução da Composição do Consuni	95
Quadro 2	Evolução das Competências do Consuni	96
Quadro 3	Descrição das atas do Consuni	102
Quadro 4:	Dimensionamento do conjunto de atas, por reitorado.....	103
Quadro 5	Resoluções aprovadas pelo Consuni de 1982 a 1992	108
Quadro 6	Deliberações do Consuni relativas à estrutura institucional e denominação de órgãos.....	111
Quadro 7	Títulos honoríficos concedidos pelo Consuni no período de 1982 a 1984.....	116
Quadro 8	Títulos honoríficos concedidos pelo Consuni no período de 1985 a 1988.....	117
Quadro 9	Títulos honoríficos concedidos pelo Consuni no período de 1989 a 1992.....	118
Quadro 10	Recursos deliberados pelo Consuni no período de 1982 a 1988.....	120
Quadro 11	Recursos deliberados pelo Consuni no ano de 1990.....	121
Quadro 12	Recursos deliberados pelo Consuni no período de 1991 a 1992.....	122
Quadro 13	Moções aprovadas pelo Consuni.....	123
Quadro 14	Votos de pesar registrados.....	125
Quadro 15	Temas discutidos pelo Consuni	128
Quadro 16	Fatos e ocorrências registrados	129

APÊNDICES

APÊNDICE A	ROTEIRO PARA FICHAMENTO DOS DOCUMENTOS.....	155
APÊNDICE B	INSTRUMENTO PARA DIMENSIONAMENTO DO ACERVO.....	156
APÊNDICE C	ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PARTICIPANTES DA PESQUISA	157
APÊNDICE D	RELAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSUNI DE 1982 E 1983.....	159
APÊNDICE E	RELAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSUNI DE 1984 A 1988.....	162
APÊNDICE F	RELAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DE 1988 A 1992.....	166
APÊNDICE G	RELAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSUNI NO ANO DE 1992	169

SIGLAS

ASSUFBA – Associação dos Servidores Técnico Administrativo da UFBA

CFE – Conselho Federal de Educação

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos

CONSEPE – Conselho de Ensino e Pesquisa

CONSUNI – Conselho Universitário

DCE – Diretório Central de Estudantes

MEC – Ministério da Educação

NBR - Norma Brasileira

SOC – Secretaria dos Órgãos Colegiados

UFBA – Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	MEMÓRIA, DOCUMENTO E INFORMAÇÃO	16
2.1	Documento e informação arquivística	26
2.2	Tipologia documental: a ata.....	32
3	UNIVERSIDADE E ARQUIVO: LUGAR DA MEMÓRIA.....	37
3.1	O surgimento das universidades.....	37
3.2	Universidade no Brasil.....	39
3.3	Documentos de arquivo nas universidades	45
4	A UNIVERSIDADE E A DECISÃO.....	49
4.1	Processo decisório nas universidades	49
4.2	A gestão de documentos e a memória.....	53
5	A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA UFBA: A PESQUISA	57
5.1	Universo e pressupostos da pesquisa.....	57
5.2	Procedimentos metodológicos.....	58
5.2.1	Etapas da pesquisa	60
6	A UNIVERSIDADE SOBREVIVE: A REDEMOCRATIZAÇÃO.....	65
6.1	Um pouco de história.....	65
6.2	A consolidação da UFBA no tempo	74
6.3	Missão da UFBA	91
6.4	Órgãos deliberativos e decisão na UFBA.....	93
7	AS ATAS DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFBA	101
7.1	Estrutura física dos documentos.....	101
7.2	Aspecto intrínseco das atas.....	103
7.3	O que revelam as atas e o testemunho dos protagonistas.....	105
7.4	Resultados obtidos.....	136
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
	REFERÊNCIAS.....	142
	LISTA DE FONTES	148
	APÊNDICES.....	154

1 INTRODUÇÃO

Os documentos fazem parte de todas as épocas. Ao longo da história das civilizações, eles têm servido ao exercício do poder, reconhecimento do direito, transmissão do conhecimento, registro da memória, regendo as relações entre pessoas, organizações e governos, podendo atender a uma necessidade imediata ou, ainda, podendo ter utilização futura.

Constituídos de informações, decorrentes das experiências e vivências humanas, registradas nos mais variados suportes, os documentos cumprem diversas funções no âmbito social, administrativo, técnico, jurídico, cultural, o que conduz à necessidade de serem adequadamente produzidos, guardados, de modo a serem preservados e estarem acessíveis a quem deles precisar.

A relação dos documentos com a administração pública ou privada é evidente, uma vez que o desempenho de suas atividades requer a produção e conservação de grande variedade de documentos para atender a necessidades de natureza legal e fiscal. Neste sentido, os documentos são indispensáveis ao funcionamento de qualquer instituição, devendo ser conservados, mediante adoção de políticas voltadas para a gestão documental, o que possibilita o acompanhamento dos documentos, da sua produção até a sua destinação final: descarte ou preservação em arquivos permanentes, sem a qual a acumulação desordenada de grandes massas documentais coloca em risco a memória das instituições.

A falta de políticas institucionais voltadas para a guarda e tratamento de fontes documentais tem gerado, na administração pública, a acumulação desordenada de um grande volume de documentos, o que dificulta sua utilização e leva à perda de informações importantes para a reconstrução da memória. Essa é também uma realidade nas instituições de ensino, que, embora reconheçam a importância do acervo documental, tanto para fins administrativos como para a preservação da memória, deixam de dar à documentação o tratamento necessário, para que haja rapidez na recuperação da informação, além de inviabilizar o conhecimento de seu conteúdo, devido à falta de padronização de procedimentos e rotinas.

A situação descrita e as inquietações decorrentes do exercício profissional conduziram à escolha do tema do presente estudo: o documento **ata** como fonte de

informação para reconstituição da memória institucional pois, ainda que seu imediato uso e valor tenham esgotado, eles contêm informações relativas a atos e ações desenvolvidas e servem como prova, o que fica evidente, no dizer de Duranti (1994, p.55):

[...] os registros documentais estão aptos a satisfazer os requisitos da legislação sobre valor probatório e constituem a melhor forma não só de prova documental, mas de prova em geral. De fato, os registros além das necessidades do direito e da história, servem à transparência das ações, um novo e atraente nome para o que mais tradicionalmente constitui a obrigação de prestar contas tanto do ponto de vista administrativo quanto histórico.

Os documentos, portadores de informação, constituem importante fonte para recuperação da memória das instituições. Entretanto, poucos são os trabalhos que objetivam demonstrar o valor dos documentos produzidos, em decorrência do exercício das suas atividades como instrumento de reconstrução de sua trajetória.

Considerando ser a instituição responsável pela guarda, conservação e disponibilização da informação contida na documentação produzida e que essa representa parte da memória e cultura histórica da comunidade, em que está inserida, a presente pesquisa se justifica face à importância da preservação da memória da universidade, no cumprimento do papel fundamental que desempenham o ensino, a pesquisa e a extensão, permitindo dar visibilidade à comunidade acadêmica e à sociedade dos atos e ações do órgão máximo da instituição, o Conselho Universitário, o que possibilitará reflexões acerca de sua atuação no período selecionado.

O presente estudo tem como objetivo geral contribuir para a construção da memória da Universidade Federal da Bahia, mediante o conhecimento do conteúdo das atas das reuniões do Conselho Universitário, órgão deliberativo máximo da Universidade, produzidas no período de 1982 a 1992, visando demonstrar o valor desses documentos para a memória da instituição e para a comunidade. Apresenta como objetivos específicos: descrever a estrutura do acervo de atas do Consuni - Conselho Universitário da UFBA; mapear as deliberações e os temas recorrentes das reuniões.

Partindo da premissa de que o conteúdo informacional dos documentos gerados pela instituição registra atos, ações e atividades exercidas e que constituem uma fonte de informação para a reconstrução da memória institucional, o estudo das

atas produzidas, em decorrência das reuniões do Consuni da UFBA, permitirá delinear a atuação do órgão no período selecionado.

A pesquisa documental, de caráter qualitativo, adota as técnicas da análise de conteúdo, através da pesquisa descritiva de dados coletados em documentos primários, pesquisa bibliográfica para compreender o tema no tempo e no espaço, entrevista com dirigentes e servidores que participaram do Consuni, sendo realizada em três etapas:

- 1 - levantamento e descrição do acervo documental, através de observação estruturada e anotações de campo para conhecer o objeto de pesquisa em todos os seus aspectos: localização, dimensionamento, sistema de gestão, tratamento e disseminação do acervo;
- 2 - coleta de dados, através de leitura dos documentos produzidos no período selecionado, por meio de descrição ou transcrição de seu conteúdo, selecionando e ordenando as informações pertinentes ao objeto de pesquisa, em instrumento previamente elaborado;
- 3 - organização e tratamento dos dados para análise, inferência e interpretação de conteúdo das informações.

O trabalho está estruturado em oito capítulos. O capítulo I, de caráter Introdutório apresenta, de modo sucinto, o tema, a problematização, os objetivos geral e específicos, a metodologia adotada para realizar o estudo e a forma como está estruturado.

O Capítulo II – *MEMÓRIA, DOCUMENTO E INFORMAÇÃO* – apresenta a evolução nas formas de registro da informação e, em seguida, os conceitos de memória, documento e informação adotados pela Ciência da Informação, distinguindo o documento de arquivo e a informação arquivística, bem como a tipologia documental.

No Capítulo III – *UNIVERSIDADE E O ARQUIVO: LUGAR DE MEMÓRIA* –, encontra-se uma breve contextualização histórica do surgimento das universidades, assim como a chegada da universidade no Brasil, e apresenta o pensamento de estudiosos sobre o arquivo nas universidades.

O Capítulo IV – *A UNIVERSIDADE E A DECISÃO* – discorre sobre os diversos modelos de processo decisório, a forma como ocorre a decisão nas universidades e a importância da gestão documental para a preservação dos documentos que compõem a memória institucional.

No Capítulo V – *A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA UFBA: A PESQUISA* –, são apresentados o universo e pressupostos da pesquisa, os procedimentos metodológicos adotados para efetuar o estudo, os métodos e as técnicas utilizados para a coleta, tratamento, análise e interpretação das informações obtidas nos documentos e entrevistas e apresenta os órgãos deliberativos e a decisão na UFBA.

No capítulo VI – *A UNIVERSIDADE SOBREVIVE: A REDEMOCRATIZAÇÃO*, é apresentado o contexto da produção dos documentos, através da história da nação no período que antecede à redemocratização e o processo de constituição e consolidação da universidade.

O Capítulo VII – *AS ATAS DO CONSUNI-UFBA* apresenta os documentos estudados, quanto aos aspectos formais e substanciais, destacando os itens relativos à decisão do órgão colegiado, os assuntos discutidos, fatos registrados, sendo apresentado ao longo do texto quadros demonstrativos, os discursos dos participantes da pesquisa, o contexto histórico do período e os resultados obtidos.

No Capítulo VIII, são apresentadas as *CONSIDERAÇÕES FINAIS*, com a recomendação de adoção de gestão documental e tratamento dos documentos oriundos dos Conselhos Superiores, como garantia de conservação e preservação da memória institucional, possibilitando que a comunidade universitária e o público de modo geral possam acessar informações relativas às ações e decisões dos Conselhos Superiores da Universidade.

2 MEMÓRIA, DOCUMENTO E INFORMAÇÃO

O uso das letras foi descoberto e inventado para conservar a memória das coisas. Aquilo que queremos reter e aprender de cor fazemos redigir por escrito a fim de que o que se possa reter perpetuamente na sua memória frágil e falível seja conservado por escrito e por meio de letras que duram sempre. (GUY, Conde de Nevers, em 1174, apud LE GOFF, 1996, p. 450).

Faz parte da história da humanidade a necessidade de transmitir experiências e conhecimento adquirido a novas gerações, a fim de não precisarem reaprender o que seus antepassados já haviam conquistado. Durante muito tempo, os avanços da tecnologia foram gerando modificações na forma de registrar as informações que levaram o homem a “[...] longa saga de adaptação, invenção e inovação, dos primeiros rabiscos em pedras, cacos de cerâmica e nas paredes das cavernas até a tecnologia da informação que nos rodeia”. (McGARRY, 1999, p. 65).

Nos grupos sociais sem escrita, a transmissão do conhecimento era realizada oralmente e não constava de uma memória, palavra por palavra, ou seja, da memorização integral, atribuindo à memória mais liberdade e mais possibilidades criativas com numerosas variantes e diversas versões disseminadas por parte daqueles que eram considerados os especialistas da memória, historiadores da corte, chefes de família, idosos, sacerdotes.

Vencido o período em que a transmissão da informação ocorria, essencialmente, através da oralidade, as civilizações vêm utilizando símbolos e sinais gráficos para registrar suas experiências e vivências produzidas e acumuladas, nos mais variados suportes, permitindo ao homem conhecer o que ele representa como passado, a memória individual ou memória coletiva de um povo, de uma época, de um lugar, de um grupo, de uma comunidade, de uma instituição, de uma nação (LE GOFF, 1996).

A passagem da oralidade à escrita marca o ponto de virada da memória; a memória coletiva e, mais particularmente, a memória artificial é transformada e se desenvolve da Pré-História à Antiguidade, começando com a pictografia primitiva através da representação de objetos, posteriormente, com a ideografia, onde eram representadas atividades ou objetos, e com a representação silábica, unindo o mundo visual ao mundo sonoro. O primeiro alfabeto surgiu na Palestina e na Síria e serviu de modelo para os alfabetos árabe, hebraico e fenício que, mais tarde, foi

acrescido de vogais pelos gregos e modificado pelos etruscos, dando origem ao alfabeto romano e a todos os alfabetos ocidentais, fazendo surgir a escrita que marcou a primeira grande revolução na história da humanidade. (McGARRY, 1999).

Para Le Goff (1996), o aparecimento da escrita permite o desenvolvimento de duas formas de memória: a primeira é a memória em forma de imagens, os monumentos, como forma de imortalizar seus feitos e vitórias através de representações figuradas, acompanhadas ou não de uma inscrição, fixando o seu significado; e, a segunda, é a memória ligada ao documento escrito num suporte, especialmente destinado à escrita e considera que todo documento tem um caráter de monumento.

Os primeiros documentos encontrados em escavações arqueológicas feitas em palácios da Ásia e templos egípcios, do milênio IV e V, dizem respeito à vida de pessoas, inventários de casas, animais e terras possuídos, cartas recebidas, manuscritos de textos de leis, plebiscitos, atas de conselho ou assembléia dos cidadãos. Na antiguidade clássica, caracterizada por uma administração mais “democrática”¹, com os cidadãos tendo atividades independentes, o governo dirige-se por intermédio de instituições que inscreviam o testemunho de suas ações. Roma produziu documentos fiscais, atas dos departamentos do governo e autos jurídicos. O estado controlava as atividades entre os cidadãos através dos documentos. (McGARRY, 1999).

Na Idade Média, com modificações na vida econômica, social e política, há uma diminuição do papel da escrita na vida administrativa, constituindo uma ruptura com a antiguidade. Rousseau e Couture (1998) mencionam que, nesse período, havia um equilíbrio entre memória oral e memória escrita, sendo o recurso escrito utilizado como suporte da memória e os documentos produzidos se referiam a atos financeiros, obtenção de direitos sobre terras ou títulos, privilégios sobre ofícios ou cargos e o suporte utilizado passa das placas de barro para o papiro e o pergaminho.

Durante muito tempo, a oralidade continuou ao lado da escrita. Le Goff (1996, p. 450) cita que “Os reis tiveram pobres arquivos ambulantes” e que somente a partir do século XIII, com a expansão das cidades é que proliferaram os arquivos notariais,

¹ O termo “democrático”, surgiu na Grécia, mais precisamente na *polis* (cidade-estado) de Atenas, onde todos os cidadãos livres podiam representar a si mesmos e decidir os destinos da cidade. Uma forma direta de exercer a ação política, sem as formas representativas das democracias modernas.

multiplicam os glossários, os léxicos, as listas de cidades, de montanhas, de rios, de oceanos, mas o recurso à memória continua frequentemente a fundar-se mais na oralidade que na escrita.

No século XV, a criação da prensa móvel por Johann Gutenberg dá origem aos métodos de registro da informação, conforme são conhecidos até os dias de hoje, o que possibilitou, embora lentamente, nos séculos seguintes, um grande avanço na difusão do conhecimento com a impressão de livros; permitiu que as línguas vernáculas crescessem e frutificassem; estimulou o crescimento dos estados nacionais, religiões e identidades nacionais; uniformizou o uso da língua; influenciou os padrões de organização e recuperação do conhecimento registrado e, segundo McGarry (1999, p. 83), “O poder de preservação do pensamento registrado cresceu enormemente”.

A importância do efeito da imprensa sobre a memória é destacada por Le Goff (1996), ao considerar que a impressão de tratados científicos e técnicos acelerara e alargara a memorização e destaca o pensamento de Leroi Gourghan, que considerou o surgimento da imprensa como uma revolução da memória, ao afirmar que:

Até o aparecimento da imprensa... dificilmente se distingue entre a transmissão oral e a transmissão escrita. A massa do conhecido está mergulhada nas práticas orais e nas técnicas; a área culminante do saber, com um quadro imutável desde a Antiguidade, é fixada no manuscrito para ser aprendida de cor... Com o impresso... não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas é frequentemente colocado em situação de explorar textos novos. Assiste-se então a exteriorização progressiva da memória individual; é do exterior que faz o trabalho de orientação que está escrito no escrito. (LEROI GOURGHAN, 1964 apud LE GOFF, 1996, p. 457).

No século XIX, a Revolução industrial e o desenvolvimento da tecnologia possibilitaram o incremento na produção de papel, tintas e aperfeiçoamento da impressão e geração de múltiplas formas informativas limitadas até então à informação registrada de modo impresso. Há um aumento vertiginoso na produção de documentos, tornando impossível pedir à memória individual que recebesse e fixasse o conteúdo documental, fazendo surgir, no século seguinte, sobretudo após a década de 50, a memória eletrônica que constitui uma revolução da memória com máquinas que superavam o cérebro humano, quanto à capacidade de reter informações, mas que age sob a ordem e programa do homem, e que, como todas

as outras formas de memória automáticas, “[...] a memória eletrônica não é senão um auxiliar, um servidor da memória e do espírito humano”. (LE GOFF, 1996, p. 469).

Os artefatos que tornaram possível a conservação de grande quantidade de informação surgiram e se desenvolveram, a fim de atender a necessidade do homem de perpetuar suas experiências, vivências e transmitir conhecimento, por meio do registro da informação, originando os documentos que, constituindo a memória, devem ser preservados e organizados de forma que sejam acessíveis.

Neste sentido, a preservação da memória é um dever das instituições, o que significa criar condições para que se possa ter acesso aos documentos, para conhecer fatos passados e compreender as transformações ocorridas, uma vez que são reveladores de ações, fatos, realizações. Portanto, cabe ao homem o registro da informação, materializando-a, para dar origem ao documento que irá constituir a memória e que deve ser conservado e organizado, de forma a manter-se acessível a quem dele quiser fazer uso.

Para compreender a relação memória, documento e informação são apresentados a concepção de memória, os conceitos e definições de documento e informação. Acerca da importância de conhecer o objeto de estudo, a partir dos conceitos, Tálamo (2004) explica que é, através dos conceitos, que se torna possível o estabelecimento de inúmeras relações entre os traços e isto é que leva um conceito a integrar diferentes contextos, expressando vários significados.

Memória é um termo geral que designa as possibilidades, condições e limites da fixação e conservação de experiências e capacidade de lembrar estados de consciência passados e tudo quanto se ache associado aos mesmos, como narração, relato, exposição oral ou escrita de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos mais ou menos sequenciados ou papel, onde se anota o que não se pode esquecer (HOUAISS, 2001).

Tomando a definição acima, a memória pode ser entendida como um instrumento de conhecimento de experiências vividas e, para sua reconstrução, somos impelidos a buscar as lembranças, onde quer que estejam, seja na consciência, no inconsciente de pessoas que tenham partilhado experiências comuns, o que pode ser verificado na afirmação de Le Goff (1996, p. 423):

A memória como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas,

graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

A afirmação desse autor conduz ao entendimento de memória na dimensão individual, na capacidade do homem de reter informações. Neste estudo, buscou-se uma concepção de memória que vai além do que foi experimentado por um único indivíduo, como propriedade da inteligência, buscou-se a compreensão de memória como um processo de compartilhamento coletivo e de reconstrução de ações e pensamentos da sociedade, ou seja, a memória entendida como a informação registrada em uma base, “[...] seja ela qual for, sobre a qual se inscrevem as concatenações de atos” (LE GOFF, 1996, p. 425), uma vez que a memória como capacidade intrínseca e individual do ser humano de reter ideias, impressões, conhecimentos está sujeita a imprecisão e falhas, o que conduz a necessidade de lançar mão dos materiais relativos à memória.

Segundo Le Goff (1996), há dois tipos de materiais relativos à memória: os monumentos e os documentos. Para ele, monumento é um sinal do passado, é tudo aquilo que pode evocar recordação e tende a especializar-se em dois sentidos: uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura como coluna, troféu, pórtico; ou monumento funerário, destinado a perpetuar a recordação no domínio de uma pessoa. O monumento tem como característica o poder de perpetuação, é um legado à memória coletiva.

O documento é entendido como monumento até o fim do século XIX e início do século XX, quando se afirma essencialmente como testemunho escrito. No final do século XVII, quando é publicada a obra *De re diplomatica*, fundamento que permite o estudo crítico do documento, por Don Jean Mabillon, o documento é tratado como monumento. É a partir do final do século XIX e início do século XX que o termo “documento” passa a ser cunhado como referência a escritos e gravações, mas permanece vinculado ao fato histórico, pois se os fatos históricos não forem registrados em documentos, ou gravados ou escritos, perdem-se (LE GOFF, 1996).

O termo “monumentos” será ainda correntemente usado para as grandes coleções de documentos até o século XIX. Le Goff (1996) relata como sendo o caso mais célebre o dos “Monumenta Germaniae Histórica”, publicados a partir de 1826 pela sociedade, fundada em 1819 pelo Barão Karl Von Stein, para publicação das fontes da Idade Média alemã.

A partir de 1835, aparece a “Collection de documents inédits sur l’histoire de France”, os “Documenti di storia italiana” e, durante o século XVIII, os dois termos são utilizados paralelamente: monumentos (em declínio) e documentos (em plena ascensão). É, a partir do final do século XIX e início do século XX, que o termo “documento” passa a ser cunhado como referência a escritos e gravações, mas permanece vinculado ao fato histórico, já que se perdem os fatos históricos que não forem registrados em documentos, ou gravados ou escritos.

A concepção de documento não se modificava. Inicialmente, o documento era sobretudo um texto, embora os fundadores da revista “Annales d’histoire économique et sociale” insistissem sobre a necessidade de ampliar a noção de documento, mas apenas, no final do século XIX e princípio do século XX, o termo “documento” tem seu conceito ampliado, em resposta ao aumento da produção gráfica do conhecimento, em decorrência do desenvolvimento dos meios materiais de sua produção e, conseqüentemente, a ampliação de consumo, através do Movimento Bibliográfico europeu, liderado por Paul Otlet e Henry La Fontaine, que buscavam soluções para o problema da “explosão de documentos”² ocorrida com o desenvolvimento científico e tecnológico pós revolução industrial. De acordo com Santos (2006), a preocupação de Paul Otlet com o volume de documentos produzidos é manifestada, na apresentação do seu Tratado de Documentação, ao afirmar que a massa documentária podia provocar uma inundação ou espalhar-se em irrigação benfazeja.

As questões teóricas suscitadas pelo crescimento exponencial da produção de documentos e os problemas de acesso e circulação foram sistematizadas por Paul Otlet através de sua obra. Sua intenção era dar à Documentação um caráter científico, definindo o documento como seu objeto de estudos, propondo metodologias e técnicas para estudá-lo. Sua ampla visão revolucionou o modo de trabalhar a informação no seu tempo e teve impactos no futuro, haja vista a retomada de seu trabalho por inúmeros pesquisadores, no final do século XX e começo do século XXI.

Diversos instrumentos foram concebidos e construídos por Otlet, que possuía na raiz de seu pensamento a crença de que a universalização do acesso ao conhecimento seria o caminho para a paz mundial. A formulação do Princípio

² Expressão atribuída por Otlet, no seu Tratado de Documentação, ao volume de documentos produzidos.

Monográfico (constituído de folhas e fichas como unidades físicas de informação), a Classificação Decimal Universal (estrutura lógica das unidades físicas da informação) e a tecnologia das fichas padronizadas são as bases de um ambicioso projeto educativo de cunho universalista, superados apenas pelo desenvolvimento da microinformática da década de 1980 e, posteriormente, pela *internet*.

De acordo com Ortega e Lara (2010), os conceitos de livro e documentos propostos por Paul Otlet têm dado, atualmente, suporte a pesquisas epistemológicas da área e servido de base a novas teorias sobre a informação registrada, a partir da ideia de que livro e documento constituem um suporte de determinada matéria e dimensão, em que se incluem signos representativos de dados intelectuais, partindo da ideia de um termo genérico (biblion, ou bibliograma, ou documento), englobando todos os tipos: volumes, folhetos, revistas, artigos, cartas, diagramas, fotografias, estampas, certificados, estatísticas, além de discos e filmes.

Uma das principais continuadoras do pensamento de Paul Otlet foi Suzanne Briet, funcionária da Biblioteca Nacional da França, que, após a Segunda Guerra Mundial, recoloca muitos princípios estabelecidos por ele. A autora da obra *Qu'est-ce que la documentation?* parte da definição de documento como toda base do conhecimento, fixada materialmente, suscetível de ser utilizada para consulta, estudo ou prova. A abordagem que marcou o nome de Briet está ligada ao que pode vir a ser documento, ao considerar como documento inicial um antílope africano de uma espécie nova, ao ser catalogado e os documentos produzidos com essa informação, documentos secundários ou derivados, o que evidencia que, para a autora, os documentos iniciais não são apenas os documentos textuais convencionais, numa demonstração de que as propostas de Otlet e Briet já traziam a noção de informação, tal como é compreendida na atualidade (ORTEGA; LARA, 2010).

Do Movimento Bibliográfico resultaram importantes contribuições como o estabelecimento de sistemas de tratamento e recuperação da informação como são entendidos nos dias de hoje; a estruturação de redes internacionais de cooperação para coleta e disseminação da informação e o documento deixa de ser visto como sinônimo de texto impresso sendo expandido a uma infinidade de suportes (eletrônico, audiovisual, tridimensional, etc.) o que pode ser observado nas definições apresentadas a seguir.

Para Paul Otlet o documento como base material onde o conhecimento é registrado, a expressão escrita das ideias, instrumentos de sua fixação, conservação e circulação, e inclui os objetos na categoria documental ao definir documentos como o livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música, é também o filme, o disco e toda parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica. Os registros gráficos e escritos, os objetos em si também podem ser considerados 'documentos', são amostras, espécimes, modelos, facsímiles e, de maneira geral, tudo que tenha caráter representativo do momento que ele surge da pena do autor até o momento que impressiona o cérebro do leitor. (OTLET, 1937).

Le Coadic (2004, p. 5) considera documento um termo genérico que designa os objetos portadores de informação e conceitua:

Um documento é todo artefato que representa ou expressa um objeto, uma ideia ou uma informação por meio de signos gráficos e icônicos (palavras, imagens, diagramas, mapas, figuras, símbolos), sonoros e visuais (gravados em suporte de papel ou eletrônico).

Vinculando o documento à ideia de informação e suporte, a NBR 9578 define documento como “[...] toda a informação registrada em um suporte físico.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1986). Camargo e Bellotto (1996, p. 28) consideram que o “[...] documento é unidade constituída pela informação e seu suporte”. Também neste sentido, Silva (2006, p. 145) conceitua documento como “[...] informação registrada num suporte humano e material/tecnológico”.

Penã Vera e Mendéz (2003) acrescentam à ideia de registro da informação as atividades desenvolvidas, ao conceituar documento como informação registrada em qualquer suporte, agregando um contexto, um conteúdo e uma estrutura que fornece evidências de uma atividade.

As definições apresentadas vinculam o documento ao registro da informação, o que remete à busca da compreensão do significado da palavra informação. Mc Garry (1984) esclarece que o termo tem origem no latim *formatio*, de forma que exprimem a ideia de dar forma a alguma coisa, de formar um padrão, representar.

Na atualidade, o termo “informação” tem sido amplamente utilizado no vocabulário das diversas áreas do conhecimento, com atributos variados. McGarry

(1984, p. 14-16) apresenta o pensamento de alguns estudiosos acerca do termo informação:

- “Norbert Wiener: informação é o nome dado ao conteúdo do que é trocado com o mundo exterior, quando nos ajustamos a ele e nele fazemos sentir o nosso ajustamento. Viver de facto é viver com informação.
- Jesse Shera: informação, tanto no sentido em que é usada pelo biólogo como no sentido em que os bibliotecários a utilizam, é um ‘facto’. É o estímulo que recebemos através dos nossos sentidos; mas é sempre uma unidade, é uma unidade de pensamento.
- Marshall McLuhan: o meio é a mensagem.
- George Miller: informação é algo de que temos necessidade, quando enfrentamos uma opção. Seja qual for o seu conteúdo, a quantidade de informação requerida depende da complexidade da opção. Se enfrentamos um amplo leque de alternativas equiparáveis, se algo pode acontecer, precisamos de mais informação do que se estivermos face a uma simples escolha entre duas alternativas.
- D. McKay: informação é o que acrescenta a uma representação. Recebemos informação se ‘o que conhecemos’ é alterado. Informação é o que logicamente justifica alteração ou reforço de uma representação ou de um estado de coisas. As representações podem ser explícitas (como num mapa ou numa proposição) ou podem estar implícitas no estado de actividade dirigida do receptor.
- N. Belkin: informação é tudo o que for capaz de transformar a estrutura.
- C Shannon e W. Weaver: a informação tem menos a ver com o que se diz de facto do que com o que se podia dizer. Isto é, a informação mede a liberdade de escolha de cada um, quando esse tem de seleccionar uma mensagem. A informação aplica-se não a mensagens individuais mas a situação como todo.
- J. Becker: informações são factos sobre qualquer assunto.

Como se pode verificar, há inúmeras formas de definir ou analisar a informação. A informação de que trata a Ciência da Informação pode estar registrada de inúmeras formas e em diferentes suportes, pode ser de uma determinada área do conhecimento – nesse caso, fica atrelada ao contexto no qual é produzida e aplicada, ou então, ser analisada sob uma determinada abordagem.

De acordo com Le Coadic (2004, p. 4): “A informação é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte”. E afirma que informação possui um elemento de sentido que é transmitido, por meio de uma mensagem inscrita em um suporte, através de um sistema de signos (a linguagem), que associa um significante a um significado.

Para Robredo (2003, p. 9), o significado da informação inclui “[...] o registro e transmissão do conhecimento, o armazenamento, processamento, análise, organização e recuperação da informação registrada e os processos e técnicas relacionados” e destaca que a informação é suscetível de ser

[...] registrada (codificada) de diversas formas, duplicada e reproduzida *ad infinitum*, transmitida por diversos meios, conservada e armazenada em suportes diversos, medida e quantificada, adicionada a outras informações, organizada, processada e reorganizada segundo diversos critérios, recuperada quando necessário segundo regras preestabelecidas.

Na terminologia essencial apresentada por Silva (2006, p. 150), o termo “informação” se refere a um

[...] conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada.

Gonzalez (2005) considera que a informação é conhecimento e que, devido à sua natureza abstrata, para tornar-se evidente, é necessário que seja representada em um suporte, ou seja, para se tornar tangível, deve ser fixada, originando o documento.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística define informação como o “[...] elemento referencial, noção, ideia ou mensagem contidos num documento” (ARQUIVO NACIONAL, 2005). O dicionário de termos arquivísticos, publicado em 1989, no quadro de um convênio de cooperação entre a Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional e a Universidade Federal da Bahia, traz o termo informação como noção, ideia ou mensagem contida num documento.

Neste sentido, Mostafá e Pacheco (1995) afirmam que não pode haver informação sem registro e o registro se materializa no documento. Desta forma, a informação, para se tornar acessível, deve sair dos limites físicos do corpo para estar inscrita em um suporte, originando o documento, como extensão da memória, o que vale dizer que há uma interdependência memória-informação-documento.

Para Le Goff (1996, p. 545), o documento é um produto da sociedade que o fabricou, segundo as relações de forças dos que aí detinham o poder e salienta que os documentos devem ser considerados monumentos, sendo que esses são definidos como “[...] tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação [...] o monumento liga-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades”.

Os documentos registram informações e podem ser considerados, em última análise, o registro da memória, e aqui agrupamos todos os tipos de documentos que, independentemente de seu suporte físico e de seu significado, têm valor de testemunho, de prova, podendo estar voltados para questões individuais ou coletivas. Assim, devem ser preservados, pois os vestígios da memória, quando armazenados, acondicionados e organizados possibilitam a apropriação das informações por pesquisadores que, a partir deles, produzirão novos conhecimentos.

2.1 Documento e informação arquivística

A partir da compreensão generalizada dos termos “documento” e “informação”, buscamos distinguir o documento de arquivo e a informação arquivística. O que distingue os documentos não é o suporte sobre o qual está constituído, mas a razão de sua origem ou a função pela qual é criado. Os documentos gerados por pessoas, famílias, instituições públicas ou privadas, para atender a uma necessidade administrativa ou legal, no transcurso das funções, que justificam sua existência como tais constituem os documentos de arquivo.

Segundo o Arquivo Nacional (1995), os documentos de arquivos são aqueles produzidos e/ou recebidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, no exercício de suas atividades. Constituindo-se em elementos de prova ou de informação, formam um conjunto orgânico, refletindo as atividades a que se vinculam, expressando os atos de seus produtores no exercício de suas funções.

Um conceito de documento de arquivo, de forma mais ampla, agregando as características e sua relação com a entidade produtora, é apresentado por Ruiz (1999), em que documento arquivístico é definido como toda expressão de prova, em qualquer linguagem, forma ou suporte, geralmente em exemplar único; tem

caráter autêntico, objetivo e imparcial, essencialmente administrativo ou jurídico, produzido em qualquer data, de forma automática e espontânea, conservado íntegro em forma original, indivisível, seriado, ou seja, unido a outros de sua espécie por um vínculo originário e necessário, interdependente, ou seja, inter-relacionado, e formando parte de um fundo ou conjunto orgânico.

O documento de arquivo tem como traço característico o fato de ser produzido de forma espontânea, natural e rotineira, sem qualquer intenção de se transformar em fonte para a história. No âmbito do funcionamento de uma instituição, os documentos são produzidos para servir de instrumento ou prova de determinadas ações e são alheios a um eventual uso secundário que deles se possa fazer (CAMARGO, 2003).

Romero Tallafigo (1994, p. 112)³ salienta que o documento de arquivo nasceu como uma ferramenta da administração que tinha por objetivo:

Manter informada a continuidade de gestão ou “continuidade administrativa”, apesar da troca natural de sucessivos gestores, sucessivas administrações (valor administrativo) a; para servir de respaldo para justificativas de contas (receita e despesa) e um pressuposto financeiro (valor contábil); para mostrar como se obtém, como se assinala, como se gasta e como se justificam os tributos públicos (valor fiscal); para se ter referências e reconstruir notícias sobre pessoas, lugares e assuntos, em caso necessário (valor informativo); para salvaguardar e derivar direitos e obrigações de patrimônio, direitos e rendas (valor jurídico) para cumprir as exigências de uma lei (valor legal) e para reconstruir e revisar o passado (valor histórico e cultural).

De acordo com MacNeil (2000, p. xi), o documento de arquivo possui “[...] duas dimensões qualitativas: fidedignidade e autenticidade. Fidedignidade significa que o documento é capaz de representar os fatos que atesta, enquanto autenticidade significa que o documento é o que diz ser”. Neste sentido, Barran e outros (2004, p. 24) consideram que

[...] os documentos proporcionam prova oficial da atividade das transações que documentam. Os documentos devem ser confiáveis e fidedignos. A confiabilidade de um documento está vinculada com sua criação.

Os documentos de arquivo são reflexos das funções e atividades do homem, produto e testemunho de uma gestão. Aponta Ruiz (1999, p. 107) que as

³ Original em espanhol. Tradução da pesquisadora

características básicas do documento de arquivo são objetividade, autenticidade e originalidade. Em relação à originalidade, ressalta: O documento de arquivo é único, não se repete e, por isso, há um grande perigo de perdê-lo. É um original produzido de forma natural, por meio do trabalho habitual da vida administrativa, pública ou privada.

De acordo com Duranti (1994), os documentos de arquivo possuem como características:

_ **Imparcialidade em sua criação:** os registros são inerentemente verdadeiros. Assim, os documentos fornecem provas originais, porque constituem uma parte real do *corpus* dos fatos, do caso. Isto porque trazem uma promessa de fidelidade aos fatos e ações que manifestam e para cuja realização contribuem;

_ **Autenticidade nos procedimentos:** está relacionada ao processo de criação, manutenção e custódia. Os documentos são produtos de rotinas processuais que visam ao cumprimento de determinada função, ou consecução de alguma atividade, e são autênticos, porque são criados, mantidos e conservados, de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados.

_ **Naturalidade na acumulação:** os documentos de arquivo não são coletados artificialmente, mas acumulados de forma natural nas organizações/instituições, em função de seus objetivos. Acumulam-se de maneira contínua e progressiva, como sedimentos de estratificações geológicas, e isso determina um elemento de coesão espontânea, ainda que estruturada.

_ **Inter-relacionamento:** os documentos de arquivo estabelecem relações no decorrer do andamento das transações e de acordo com suas necessidades. Estão ligados entre si por um elo que é criado, no momento em que são produzidos ou recebidos, determinado pela razão de sua produção e que é necessária à sua própria existência, à sua capacidade de cumprir seu objetivo, ao seu significado, confiabilidade e autenticidade. Os registros arquivísticos são um conjunto indivisível de relações (organicidade).

_ **Unicidade no conjunto:** cada documento arquivístico assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence. Cópias de um registro podem existir em um mesmo grupo ou em outros grupos, mas cada cópia é única em seu lugar, porque o complexo das suas relações com os outros registros é sempre único.

A referida autora salienta que os registros documentais estão aptos a satisfazer os requisitos da legislação sobre o valor probatório e constituem melhor

forma não só de prova documental, mas de prova em geral. Importa pouco a sua forma, os documentos aportam informação. Assim, os documentos de arquivo são constituídos de informações arquivísticas extremamente necessárias à vida das instituições, no exercício de suas atividades, como fonte de sua história e autenticidade e transparência de suas ações.

A noção de informação arquivística é recorrente à definição de arquivo e abre um importante espaço de reflexão, em torno das questões mais específicas do fenômeno informacional, uma vez que o salto semântico da expressão documento de arquivo para informação arquivística ou informação de arquivo pressupõe uma nítida predominância do conteúdo sobre o suporte (SILVA, 2002). Na opinião de Bellotto (2002), a natureza da informação arquivística é administrativa, é jurídica, é informacional, é probatória, é orgânica, é serial, é contínua, é cumulativa. Essa natureza faz de cada arquivo uma instituição única e inconfundível. Concorde-se com Heredia Herrera (1993, p. 121) de que arquivos e informação “[...] são inseparáveis, enquanto os arquivos estão formados por documentos e estes são portadores de informação”.

Para Jardim (1999, p.5), a informação arquivística é singular, em relação a outros tipos de informação, quando essa recebe a denominação de patrimônio ou memória coletiva, pois à medida que a informação arquivística torna-se menos utilizada, tende-se a eliminá-la ou a conservá-la temporariamente (arquivos intermediários) e quando considera a possibilidade de uso eventual da informação pelo organismo produtor, passa à condição de documento de valor permanente.

As propriedades da informação arquivística são ressaltadas por Lopes (1996), como: organicidade; originalidade; capacidade de ser avaliada por sua idade e uso; ser registrada em suporte definido e acumulada por um sujeito que é emissor e receptor ao mesmo tempo; natureza limitada de seus suportes; noção de acumulação de informações produzidas/recebidas por um indivíduo ou organização referente às atividades administrativas, técnicas ou científicas.

Evans (1982, p. 78) destaca o fato de que a informação arquivística, considerada como valor de prova das ações emanadas pelas organizações, constitui-se no recurso menos utilizado, ao afirmar que um dos aspectos mais surpreendentes e mais lamentáveis desta era da informação é que a mais antiga forma de informação registrada – essa informação única e eminentemente pertinente para a comunidade internacional e para qualquer povo que constituí os arquivos das

suas instituições – é a menos conhecida, a menos compreendida e, por consequência, o bem menos utilizado de todos os recursos informativos.

O que distingue a informação arquivística, em relação às informações de outra natureza é o contexto de sua produção, ou seja, o cumprimento das funções e dos objetivos a que se propõem as entidades, registrando os resultados das ações, transações realizadas. Isso pode ser evidenciado na afirmação de Carvalho e Longo (2002, p. 115) sobre informação arquivística:

[...] um conjunto de informações sobre um determinado assunto, materializado em documentos arquivísticos que, por sua vez, mantêm relações orgânicas entre si e foram produzidos no cumprimento das atividades e funções da organização. As informações orgânicas, quando organizadas e ordenadas, formam os arquivos da instituição.

Os arquivos, de acordo com a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, são:

Conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (BRASIL, 1991).

Lodolini (1991) define arquivo como uma sedimentação documentária das atividades administrativas, cujos documentos estão ligados por um vínculo original, necessário e determinado.

Schellenberg, em sua obra publicada em 2002, entende que arquivos são

Documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente (2002, p. 41).

Paes (2006) define arquivo permanente como o conjunto de documentos preservados, respeitada a destinação estabelecida, em decorrência de seu valor probatório e informativo.

Neste sentido, a razão de ser dos arquivos são os documentos que, depois de cumprirem a função para a qual foram criados e cumpridos seus prazos administrativos, fiscais e legais deixam de ter importância imediata na realização das atividades da instituição sendo que parte dos acervos é passível de interesse para a memória coletiva das instituições e para a sociedade, constituindo os documentos de natureza permanente.

Ainda em Paes (2006), os documentos de valor permanente são aqueles que devem ser conservados indefinidamente por terem importância vital para as instituições, pelas informações que contêm, cabendo a avaliação dos documentos ser realizada de acordo com seu conteúdo, com as informações neles contidas, a partir de princípios como: valor administrativo, probatório ou histórico; prazo de decadência e prescrição de direitos; número de cópias existentes.

A autora recomenda que devem ser conservados documentos que provem como a instituição foi organizada, como funciona, documentos que possam responder a questões relativas a operações da instituição, documentos, pessoas físicas ou jurídicas, lugares, fenômenos, o que acontece com pessoas, lugares, edifícios, episódios, devendo os documentos de valor permanente serem recolhidos diretamente do arquivo corrente para o arquivo permanente.

Rousseau e Couture (1998) chamam atenção para o fato de que alguns documentos, criados por uma organização no âmbito de suas atividades, adquirem valor permanente a partir de sua criação, outros apenas quando atingem o estado de completa inatividade, podendo ser utilizados como testemunho, pois provam a existência do objeto de qualquer reconstituição, seja de acontecimento, costume, ou de uma decisão, não devendo ser associado apenas à necessidade exclusivamente histórica, uma vez que os documentos são utilizados para toda espécie de fins, sendo a necessidade histórica apenas uma delas.

Dentre os documentos de valor imediato e guarda permanente, destacamos os que podem se constituir como fonte primária de informação, encontrados em arquivos de instituições públicas ou privadas: atas, resoluções, anuários, editais, relatórios, ofícios, correspondências, autobiografias, escrituras de compra e venda, coleções de particulares, documentos pertencentes a instituições; os documentos relativos à criação, constituição, modificação ou extinção do órgão produtor (Leis, Decretos, Portarias, Resoluções); atos normativos que reflitam a organização e funcionamento do órgão (regulamentos, regimentos, normas, organogramas, fluxogramas); convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação (LAVILLE, 1999).

Para Camargo e Bellotto (1996), os documentos assumem uma configuração, de acordo com a disposição e natureza das informações nele contidas, constituindo as espécies documentais que obedecem a fórmulas convencionadas, servem de base jurídica, consensualmente válida para que o conteúdo do documento, correto em sua estrutura, seja legítimo e fidedigno.

Paes (2006) considera espécie documental a designação dos documentos, segundo seu aspecto formal e exemplifica: ata, carta, certidão, decreto, edital, ofício, relatório, requerimento, gravura, filmes, plantas, mapas etc.

A cada setor ou instância administrativa das instituições corresponderá um rol de espécies documentais que, servindo-se de seus aspectos formais, representa o ato/fato administrativo. A representação do ato é a espécie, em primeiro lugar, e, a seguir, o tipo documental. A espécie torna-se tipo documental, quando é agregado a sua gênese a atividade, função, razão que o gerou, dando-lhe aplicação. (BELLOTTO, 2008).

2.2 Tipologia documental: a ata

A tipologia documental está voltada para a gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora, acumuladora e tem como objeto o estudo do documento, enquanto componente de conjuntos de documentos integrantes da mesma série documental.

De acordo com Bellotto (2008), o tipo documental é a configuração que assume a espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou, sua fixação é complexa, pontual e depende do conhecimento das atividades desenvolvidas pela entidade produtora, acumuladora dos documentos, o documento já imbuído da atividade que o gerou

Neste sentido, os documentos assumem diversos tipos, de acordo com a atividade que ele representa. Heredia Herrera (2006 apud BELLOTTO, 2008, p.73) refere-se ao tipo documental como:

[...] o elemento decisivo para a identificação e para descrição de unidades documentais e, como consequência, das séries documentais; é um modelo que permite reconhecer outros documentos de iguais características que testemunham uma ação ou ato determinado. O tipo documental dá nome à unidade documental, sem prejuízo de que para seu reconhecimento e representação completa seja preciso recorrer a outros. A sua fixação permite a agrupação e hierarquização dos documentos, quer dizer a classificação. O tipo documental é indispensável no momento da descrição, colaborando na representação adequada das unidades documentais, das séries, das sub-séries e das frações de série

Miranda (2000) afirma que há uma inter-relação necessária entre os elementos do documento: tipo – conteúdo – formato – suporte, onde: o tipo do documento está vinculado a sua produção, consagrado pelas exigências formais e normas da sua produção e uso, onde o tipo do documento qualifica ou justifica seu uso; o conteúdo que está predeterminado pelo seu tipo, na medida em que está conformado com as normas e condições de produção; o formato, que está relacionado com a exposição do seu conteúdo e o suporte que é a base física que reúne as ideias construídas em um determinado formato. O tipo documental é a configuração que assume a espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou, sendo sua fixação pontual e complexa.

Laville (1999) distingue entre as fontes impressas vários tipos de documentos, desde as publicações de organismos que definem orientações, enunciam políticas, expõem projetos, prestam conta de realizações até documentos pessoais, diários íntimos, correspondência e outros escritos, em que as pessoas contam suas experiências, descrevem suas emoções, expressam a percepção que têm de si mesmas passando por diversos tipos de dossiês que apresentam dados sobre a educação, a justiça, a saúde, as relações de trabalho, as condições econômicas etc., sem esquecer os artigos de jornais e periódicos nem as diversas publicações científicas: revistas, atas de congressos e colóquios.

Muitos tipos de documentos foram produzidos através das épocas, mas poucos chegaram até nós. Rousseau e Couture (1998) relacionam como documentos que atravessaram os tempos: contratos, cartas, textos de leis, contas e “[...] actas de conselho ou de assembleia dos cidadãos” produzidas nas cidades gregas nos séculos IV e V.

O documento ata permanece sendo amplamente utilizado como prova de ações, fatos e acontecimentos e suprimindo a necessidade do homem de registrar informações para o conhecimento futuro das atividades desenvolvidas e possui desde o seu nascedouro natureza permanente.

A palavra “ata” vem do latim *acta-orum* que significa coisas feitas, obras, feitos, façanhas e significa registro ou resenha de fatos ou ocorrências verificadas e resoluções tomadas em uma assembleia, reunião de pessoas para discutir e/ou tomar decisões que envolvam o corpo deliberativo ou consultivo de uma agremiação, associação, congregação (HOUAISS, 2001).

O glossário de espécies documentais apresentado por Bellotto,(2008, p. 36) define ata como:

[...] documento diplomático testemunhal de assentamento, horizontal. Registro resumido das ocorrências de reunião, assembléia ou sessão, assim como das decisões tomadas por seus membros. [...] Geralmente é lavrada em livro próprio. Protocolo inicial: número da ata e nome da entidade subscritora da reunião. Data cronológica, inclusive designação da hora, local, com endereço. Nome das pessoas presentes, sua qualificação, declaração de abertura da sessão pelo presidente e secretário. Texto: assuntos discutidos, em obediência ou não a uma ordem do dia ou pauta. Protocolo final: fecho: 'nada mais havendo a tratar [...] eu [...] secretário lavrei a presente [...]'. Assinaturas do presidente e do secretário.

Documento de assentamento, configurado por registros oficialmente escritos sobre fatos ou ocorrências, decisões, relatos de reuniões realizadas, as atas são produzidas para atender a uma necessidade da administração e já nascem com valor permanente, uma vez que não é passível de descarte. Portadoras de informações indispensáveis ao funcionamento de qualquer instituição, incluindo as universidades, testemunham políticas, decisões, procedimentos, funções, atividades, transações e representam as fontes de informação mais seguras e mais completas, relativas às instituições e ao cumprimento de seu papel na sociedade. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 16).

A importância das atas para a memória é ressaltada por Costa (2009), ao afirmar que

As atas dos conselhos superiores são documentos extremamente importantes para a universidade porque relatam todas as grandes discussões e deliberações dos órgãos mais elevados da instituição, então é impossível se ter acesso aos eventos mais importantes desta universidade sem ter acesso às atas.

Portugal (2009) considera a ata “[...] o documento basilar para preservar a memória da instituição”. Para Tavares (2009), “As atas são documentos e como documentos todos são importantes, vão servir de base para uma pesquisa demorada e segura. O documento basilar da memória das instituições são atas”. Viana (2009) considera que “[...] a ata é a memória viva, não é para ficar em arquivo morto, é para dar suporte à pesquisa”.

Galvão (2009) considera que as atas possuem valor histórico, ao afirmar que tratam da “[...] vida institucional, contêm a criação e extinção de órgãos, ampliação de vagas, criação de cursos, tudo isso é a história da universidade, então têm de ser preservadas”.

Barreto (2009) considera que

[...] embora as atas não registrem tudo elas são importantes para a memória. É imprescindível o registro de aprovações, decisões, independente do setor que produz, são documentos milenares, as memórias falham, as pessoas que passaram por aqueles momentos podem até escrever livros, mas toda instituição tem que preservar seus documentos.

De acordo com Bellotto (2008), as atas são constituídas de:

- 1 - Protocolo inicial, onde deve constar o número da ata, nome da entidade subscritora da reunião, data cronológica, designação da hora, local com endereço, nome das pessoas presentes e sua qualificação, declaração de abertura da sessão pelo presidente e secretário;
- 2 - Texto contendo os assuntos discutidos em obediência ou não à ordem do dia ou pauta;
- 3 - Protocolo final: fecho “Nada mais havendo a tratar, eu [...] secretário lavrei a presente [...]. Assinaturas do Presidente e do Secretário.

Quanto à produção do documento, Viana (2009) considera que as atas devem conter o registro das discussões que conduziram a tomada da decisão, não apenas a decisão e justifica “[...] até chegar à decisão muitas ideias foram colocadas, muitas visões, isso enriquece a chegar à tomada da decisão. A ata deve refletir o que levou à decisão e não meramente a decisão”.

Acerca do registro das informações nos documentos, Costa (2009) menciona que as atas devem registrar, de modo resumido, os fatos, as discussões e as decisões tomadas e que no seu entendimento “[...] o documento aprovado pelo plenário significa que de fato a ata retrata o que aconteceu”.

Matos (2004) identificou, através de sua pesquisa de doutorado, realizado na Universidade Federal da Bahia, as atas como documentos indispensáveis ao processo de tomada de decisão, um dos documentos mais consultados pelos gestores e que, embora seja atribuído um inquestionável valor da memória institucional, não é realizada nenhuma medida concreta para aproveitamento dos acervos.

As atas são amplamente utilizadas para registro de discussões e decisões tomadas em reuniões, em diversas instituições, organizações e entidades que adotam o modelo colegiado como processo decisório. Nas instituições federais de ensino superior brasileiras, onde o processo decisório formalmente constituído é o

colegiado, são produzidas atas nas diversas instâncias de sua estrutura como departamentos, colegiados de cursos, congregações e conselhos, a fim de registrar e validar as posições tomadas.

Desta forma, a UFBA produz, através dos Órgãos Colegiados e das suas diversas unidades acadêmicas e administrativas, um volume considerável de atas, expressivas tanto para a comunidade universitária, como para a comunidade local, de caráter interno e/ou externo, devendo ser conservados e preservados a partir de métodos e técnicas instituídas.

3 UNIVERSIDADE E ARQUIVO: O LUGAR DA MEMÓRIA

O termo “universidade” vem do latim *universitas* e tem o sentido etimológico de universalidade, totalidade, corporação, associação e é compreendido na atualidade como instituição de ensino e pesquisa, constituída por um conjunto de faculdades e escolas, cuja finalidade é promover a formação profissional e científica de pessoal de nível superior e realizar pesquisa teórica e prática, nas diversas áreas do conhecimento.

A universidade pode ser concebida, de acordo com Wanderley (1991), como lugar apropriado para criação e divulgação do saber, para o desenvolvimento da ciência e para a formação de profissionais de nível superior, técnicos e intelectuais que os sistemas necessitam ou como uma instituição social que articula o ensino, a pesquisa e a extensão, nos níveis mais elevados da política educacional de um país, satisfazendo os requisitos prefixados pela sociedade, sendo-lhe permitida relativa autonomia, desde que não se contraponha aos objetivos postos pelos governantes e setores privados mantenedores.

Em 1968, a Lei 5.540, que reformou o ensino superior no Brasil, estabelece como competência das universidades ministrar o ensino superior, cujo objetivo era a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras, artes e formação profissional de nível superior.

A Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, define Universidades como instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, indicando como principal característica a produção intelectual institucionalizada.

Para entender como as universidades emergem e permanecem no seio da sociedade, estão apresentados um breve contexto de seu surgimento, sua chegada ao Brasil e o processo de institucionalização e estruturação, assim como o modelo de processo decisório que adotam.

3.1 O surgimento da universidade

A universidade surgiu nos séculos XII e XIII, derivada das escolas medievais, em resposta a uma necessidade de organização de mestres e aprendizes, com um ensino caracterizado pelo pensamento teológico, nas bases do cristianismo, instituídas espontaneamente ou através de leis ou bulas, editadas por reis ou papas. Inicialmente, eram chamadas *studium generalis* e, mais tarde, *universitas*, termo de origem latina que oferece a ideia de ambiente *unus*, voltado para a pluralidade de objetivos. As primeiras universidades foram a Universidade de Bolonha, que resultou da organização de corporações de estudantes livres; a Universidade de Oxford, fruto de iniciativas de estados autônomos e a Universidade de Paris, que mantinha uma linhagem religiosa. Todas elas voltadas para uma formação teológico-jurídica, com base na filosofia escolástica mantiveram uma estrutura e um currículo simples, sem grandes modificações, da sua origem até o século XVIII, atendendo a estudantes de diversas nacionalidades, que realizavam estudos do *trivium*: Gramática, Retórica e Dialética e do *quadrivium*: Aritmética, Geometria, Música e Astronomia (ALMEIDA FILHO, 2007).

Além do período medieval, no qual surgiram as universidades, constituindo o modelo tradicional, a partir das experiências de Bolonha e Paris, Trindade (1998) vislumbra três outros períodos que influenciaram os modelos das universidades. O período renascentista, com o florescimento do capitalismo, do humanismo literário e artístico, floresce nas repúblicas urbanas italianas e se estende para os principais países da Europa. Com os efeitos da Reforma e da Contra-Reforma, em que se inicia um controle progressivo das universidades pelos poderes dos príncipes, começa a transição para os diferentes padrões da universidade moderna do século XIX.

O período das descobertas científicas, em vários campos do saber e do iluminismo, faz surgir a valorização da razão e do espírito crítico, da liberdade e tolerância religiosas. O período inicial da Revolução Industrial inglesa, quando a universidade começa a institucionalizar a ciência numa transição para os modelos que alteraram, irreversivelmente, a estrutura das universidades, limitada até então às ciências ensinadas nas faculdades de medicina e artes, sob a denominação de filosofia natural, se difunde por todos os países e universidades, desde a

Universidade de Moscou, fundada em 1755, até a de Coimbra, renovada pela Reforma Pombalina de 1772.

O período em que a universidade moderna é instituída, estabelecendo o vínculo com o Estado, tornando a educação um monopólio estatal, começa no século XIX e se desdobra até os nossos dias, introduzindo uma nova relação entre Estado e universidade, permitindo a configuração de variantes padrões das universidades na atualidade e iniciando o que se pode denominar o “papel social das universidades” desempenhado de modo diverso, tornando as relações entre a comunidade científica e o Estado mais complexas, onde os cientistas dependem dos recursos do Estado, mas não querem ser governados por ele e os governos querem planejar a pesquisa e orientá-la para os setores economicamente mais promissores.

Enquanto se desdobrava na Europa a implantação de uma rede de universidades, na América Latina, a primeira universidade surge no ano de 1538, em Santo Domingo, na América Central e a sexta a de Córdoba, na Argentina, fundada por jesuítas, no ano de 1613, inspiradas no modelo tradicional espanhol. Nas colônias da América Inglesa, cujo processo de colonização se deu a *posteriore* da América Portuguesa, tiveram experiências universitárias ainda no século XVII, na costa Atlântica, utilizando modelos dos colégios ingleses, a partir de 1636, em Cambridge. No Brasil, as universidades chegam com grande atraso, apenas no século XX é institucionalizada a primeira universidade, embora existisse no período colonial brasileiro um sistema de ensino superior inspirado na estrutura da Universidade de Coimbra (Portugal) e organizado dentro dos moldes da época (WANDERLEY, 1983).

3.2 Universidade no Brasil

A discussão da Universidade no Brasil, situando sua história e os impasses que viveu até a década de 60, impõe-se para compreender a universidade na atualidade e o papel que desempenha junto à sociedade. No Brasil, a universidade

[...] foi criada não para atender às necessidades fundamentais da realidade na qual era e é parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido a minorias, sem uma definição clara no sentido de que, por suas próprias funções, deveria constituir um espaço de

investigação científica e produção do conhecimento. Produção essa que deveria procurar responder às necessidades sociais mais amplas (FÁVERO, 2006, p. 19).

A primeira tentativa de criação de universidade no Brasil ocorreu no período colonial através dos jesuítas e não obteve êxito, levando os alunos graduados em seus colégios a completarem seus estudos na Universidade de Coimbra ou outras universidades europeias, denotando uma política de controle de qualquer iniciativa de independência cultural e política da Colônia, por parte da Metrópole. No período monárquico, outras tentativas são registradas em movimentos localizados, como a que constava da agenda da Inconfidência Mineira, também não obtiveram êxito. A partir de 1808, o Brasil consegue o funcionamento de algumas escolas isoladas de caráter profissionalizante, que precederam às universidades, quando o príncipe regente, com a transferência da Corte para o Brasil, cria o primeiro curso de cirurgia, anatomia e obstetrícia na Bahia e o ensino superior se institucionaliza, tendo por base o modelo de natureza profissionalizante que traria reflexos ainda hoje (FÁVERO, 2006).

Proclamada a República, outras tentativas são feitas. A Constituição de 1891 mantém o ensino superior como atribuição do Poder Central, mas não exclusivamente e, nos anos subseqüentes, vários dispositivos legais alteram o ensino superior no país. Em 1911, a Reforma Rivadávia Corrêa institui o ensino livre, postergando a oficialização do ensino pelo Governo Federal e deslocando o movimento para a órbita dos Estados. Surgem, nesse período, as Universidades de Manaus em 1909, a Universidade de São Paulo em 1911 e a Universidade do Paraná em 1912. Em 1915, a reforma Carlos Maximiliano, por meio do Decreto nº 11.530, apresenta, em seu artigo 6º, a disposição do governo de instituir “[...] quando achar oportuno” uma universidade através da reunião das Escolas Politécnica, de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livre de Direito, o que ocorre somente em 1920, quando é criada a Universidade do Rio de Janeiro, como resultado da justaposição das três escolas, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características.

Multiplicam-se as universidades, entre 1935 e 1950, sob a influência do modelo universitário europeu, período em que são criadas as Universidades de São Paulo – USP, em 1934, a Universidade do Distrito Federal, em 1935, com vocação científica e estrutura diferente das outras universidades no país. Entretanto funciona

por período inferior a quatro anos, mas marca a história das universidades pela forma criadora e inovadora com que a experiência se desenvolveu, seus cursos foram absorvidos no ano de 1939 pela Universidade do Brasil, instituída em 1937, denominada mais tarde Universidade Federal do Rio de Janeiro. Outras universidades públicas foram sendo formadas, mas, com predomínio da formação profissional, sem idêntica preocupação com a pesquisa e a produção de conhecimento, a exemplo da Universidade Federal da Bahia, em 1946, a Universidade Federal de Minas Gerais, em 1949, a Universidade Federal Rural de Pernambuco, em 1947, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em 1943 (PAIM, 1981).

A partir da década de 50, com o desenvolvimento provocado pela industrialização e pelo crescimento econômico, surge a discussão em torno da situação das universidades no Brasil, dando início a um movimento de modernização do ensino superior no Brasil, que atinge o seu ápice com a criação, em 1961, da Universidade de Brasília. O início da década de 60 é marcado por um intenso movimento visando à reforma do sistema universitário brasileiro, com participação destacada pelo movimento estudantil, através da UNE – União Nacional dos Estudantes, de combater o caráter arcaico e elitista das instituições universitárias. Durante esse período, há um crescimento acelerado do ensino superior público, ocorrendo o processo de federalização de instituições estaduais e privadas, que foram integradas às nascentes universidades federais. A reformulação das instituições universitárias retorna no cenário nacional apenas no começo dos anos 80, com o movimento estudantil como de outros grupos da sociedade, com a abertura política e a promulgação da Lei da Anistia (FÁVERO, 2006).

Na década de 90, um processo de desregulamentação abre o sistema para investimentos privados locais, resultando no estabelecimento de uma grande quantidade de instituições de ensino superior privado, ficando o número de universidades públicas estagnado até 2002. Passa o ensino superior por novo período de expansão, em decorrência do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) instituído pelo MEC, em 2007, visando dotar as Universidades de recursos financeiros necessários à ampliação do acesso, aumentar a qualidade dos seus cursos, melhorar o aproveitamento de estruturas físicas e rever sua estrutura acadêmica e concretizar determinados marcos do Plano Nacional de Educação que estabeleceu a meta de

oferecer educação superior a pelo menos 30% dos jovens de 18 a 24 anos. O Reuni encontra-se em fase de implantação (MARTINS, 2009).

A estrutura é um instrumento básico para o desenvolvimento e implementação das instituições, devendo ser delineada, de acordo com os objetivos e estratégias estabelecidas. A estrutura formal de uma instituição é aquela deliberadamente planejada e formalmente representada, sendo composta de sistema de responsabilidade (departamentalização, linha e assessoria e especialização do trabalho); sistema de autoridade (sistema da distribuição do poder constituído por níveis hierárquicos, delegação, centralização e descentralização) e sistema de comunicações (constituído por o que, como, quando, de quem e para quem comunicar) e sistema de decisão (o resultado da ação sobre as informações) (OLIVEIRA, 1998).

De acordo com Chauí (1999, p. 217), desde seu surgimento, a universidade sempre foi “[...] estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela”.

No Brasil, as Universidades foram estruturadas através de matrizes estabelecidas pelo poder público, através de atos de caráter geral promulgados em diversos momentos da sua história. O primeiro modelo de estrutura organizacional das universidades brasileiras nasceu com a implantação da Reitoria e do Conselho Universitário, da Universidade do Rio de Janeiro (atual UFRJ), o que seria reproduzido ao longo do tempo e não trazia de forma clara as suas linhas de atuação (PAIM, 1981).

A definição de bases mais precisas para as instituições de ensino no Brasil ocorre em 1931, quando é implementada a reforma educacional, de acentuada tônica centralizadora, tendo como preocupação desenvolver o ensino com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho, permitindo à universidade a gestão administrativa autônoma de seus meios, com responsabilidade centrada no Reitor, nomeado a partir de uma lista indicada pelo seu Conselho Universitário, ocasião em que o Governo Federal elabora seu projeto universitário com a criação do Conselho Nacional de Educação, a organização da Universidade do Rio de Janeiro e a criação do 1º Estatuto da Universidade Brasileira (PAIM, 1981).

Fávero (2006) registra, acerca da estrutura universitária definida pelo Estatuto das Universidades Brasileiras, que as escolas ou faculdades, integradas para constituir a universidade, tornaram-se dependentes da administração superior,

baseada no regime de cátedra como núcleo de *alma mater* das instituições de ensino superior, onde a unidade de ensino e pesquisa docente era entregue a um professor catedrático, com a concessão de relativa autonomia universitária.

De acordo com Paim (1981), no transcurso de 1945, encerra-se o ciclo de consolidação da Universidade. O Governo Provisório instalado após o Estado Novo sanciona o Decreto-Lei que concedia à Universidade do Brasil autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar e dispõe que a escolha do Reitor e dos diretores das Faculdades eram de livre nomeação do Executivo, passando a designação do reitor, a partir de uma lista tríplice eleita pelo Conselho Universitário, os diretores das faculdades nomeados pelo Reitor, com aquiescência do Presidente da República, dentre nomes indicados pela Congregação. O Conselho Universitário tinha funções limitadas. Em cumprimento a esse dispositivo, a administração superior da Universidade passa a ser exercida não apenas pelo Conselho Universitário e pela Reitoria, mas também pelo Conselho de Curadores.

Fávero (2006) menciona que as Atas do Conselho Universitário, Atas da Congregação da Faculdade Nacional de Filosofia deixam perceber, de forma muito clara, que a autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, outorgada à Universidade, não chegou a ser implementada.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases, promulgada em 1961, era bastante conservadora e não trouxe grandes avanços para a educação superior, ao contrário da reforma realizada sete anos mais tarde, durante o governo militar, pela Lei nº 5.540/68, considerada por Vahl (1991) um marco na história das Universidades brasileiras, por ter modificado sua estrutura tanto na esfera acadêmica como administrativa, alterando o funcionamento interno das Instituições de Ensino Superior no Brasil, mas deixando intacta a estrutura de controle centralizada e corporativa.

Dentre as diversas modificações ocorridas com a Reforma de 68, destacam-se a extinção da cátedra; a institucionalização da departamentalização; a fragmentação e dispersão da graduação; e a coordenação sistêmica realizada pelos colegiados e conselhos superiores.

A partir da reforma do ensino superior de 68, são adotados os critérios do espírito e método da empresa moderna, delineados pelos princípios da **integração**, quer das funções, quer da estrutura, que levaram à necessidade do estabelecimento de uma administração central – assegurada pelos órgãos da administração superior

e a busca de organicidade das unidades universitárias, a partir do Departamento e seus vínculos com as unidades mais amplas; da **racionalização de recursos** que almejava evitar a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; da **flexibilidade de métodos e critérios** que exigia uma administração ágil. Na concepção de Wanderley (1991), a dificuldade de compatibilizar esses princípios com a realidade se concentrava na burocratização existente, na harmonização do acadêmico com o administrativo, o que levou as reitorias a organizar assessorias e conselhos com funções distintas.

A Lei nº 5.540, de 1968, tinha por objetivo, entre outros, capacitar as universidades do território nacional a atingirem um padrão uniforme, em todo o país, não considerando as disparidades regionais. Existente até hoje, na maioria das universidades brasileiras, essa padronização de estruturas semelhantes, impostas pela Lei nº 5.540/68, apresenta, na opinião de Machado Silveira (1998), como pontos negativos: morosidade nos procedimentos e nas decisões acadêmicas e administrativas; centralização excessiva em algumas áreas de decisão; excessivo comprometimento do tempo de trabalho dos docentes em atividades administrativas; superposição de estruturas e de competências em certas esferas; excessivo número de instâncias decisórias; desarticulação entre ensino de graduação e pós-graduação; o isolamento e a excessiva compartimentalização da estrutura departamental.

Para Morhy (2004), com a Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5.540, de 1968), as universidades deram grande salto qualitativo e quantitativo, a pós-graduação e a pesquisa foram expandidos e modernizados e houve mudanças, tais como: vestibular classificatório, a criação dos Institutos Básicos e dos Departamentos, criação dos cursos de curta duração e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, regime de tempo integral e dedicação exclusiva de professores e a institucionalização da pesquisa. O autor destaca que:

[...] até o início dos anos 80 as universidades públicas brasileiras cresceram e se transformaram, com predominância do setor público. [...] assumiram papel de instituições de pesquisa, ampliaram a pós-graduação, instalaram-se em bons prédios, montaram bons laboratórios e bibliotecas, profissionalizaram os docentes e funcionários técnicos e administrativos, com salários razoáveis. Mas não se libertaram das pesadas amarras burocráticas do Estado. (MORHY, 2004, p. 31).

De acordo com esse autor, após a redemocratização do Brasil, em 1985, houve dois momentos de grandes mudanças na base legal da educação brasileira: a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a aplicação de, no mínimo, 18% da receita anual de impostos federais para manutenção e desenvolvimento da educação; garantiu a gratuidade da educação pública, nos estabelecimentos oficiais; indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão; autonomia das universidades e a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996).

Com características mais genéricas, a LDB de 1996 permitiu maior liberdade de organização às universidades, estabeleceu princípios de igualdade, liberdade, gratuidade da educação pública, valorização dos profissionais da educação e gestão democrática; introduziu as bases legais da educação a distância para todos os níveis e modalidades de ensino; garantia de qualidade, qualificação docente e avaliação sistemática; dissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, instituições de educação superior não universitárias.

3.3 Documentos de arquivo nas universidades

Os documentos arquivísticos produzidos e acumulados refletem as atribuições da universidade, relativas ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão no cumprimento de sua missão, nas diversas áreas do conhecimento em que atua. Todavia, para Kurtz (2004, p. 2), a organização considera os arquivos importantes, mas a ação sobre eles nem sempre é urgente, podendo esperar por outro momento e alerta que os gestores não tomaram consciência do papel do arquivo, “[...] como órgão que exige soluções complexas para problemas complexos, como são o gerenciamento e a preservação das informações”.

Segundo Carvalho e Longo (2002, p. 115), os arquivos, que armazenam o documento e a informação arquivística, “[...] precisam estar devidamente organizados e estruturados para atingirem seus objetivos, que são atender à administração, evitar erros e repetições desnecessárias, produzir conhecimento para assessorar as tomadas de decisão e dar continuidade aos trabalhos das instituições”.

As universidades públicas produzem uma grande quantidade de informações que precisam estar facilmente recuperadas, adequadamente armazenadas, para serem disponibilizadas e utilizadas, devendo para isso dispor de um sistema de arquivos do qual emane normas visando à sua coordenação e orientação.

O sistema de arquivos é um conjunto orgânico de processos orientados a organizar e gerenciar o conjunto de documentos produzidos por uma instituição, desde o momento em que são gerados, tramitados ou enriquecidos, por meio de seu uso, até finalmente serem eliminados ou conservados em definitivo (LANDA MOLINA, 2002).

Para Glezer (1989, p. 33), os arquivos universitários devem “[...] ser preservados, pois indicam o respeito ao saber, ao conhecimento desenvolvido, ao trabalho intelectual realizado, e são acima de tudo, um direito à cidadania”.

Belloto (1989) apresenta o papel dos arquivos universitários de: reunir, processar, divulgar e conservar os documentos relativos à administração, história, funcionamento e desenvolvimento da universidade; avaliar e descrever esses documentos, tornando possível seu acesso, segundo as políticas e procedimentos adotados para esse fim; supervisionar a eliminação; controlar a aplicação da tabela de temporalidade; supervisionar a eliminação, a fim de evitar que nenhum documento de valor permanente seja destruído.

Santos (1994) aponta que as primeiras publicações sobre arquivos universitários aparecem por volta de 1950, na literatura americana e inglesa e, na América Latina, os primeiros trabalhos aparecem após 1980, afirmando que os arquivos universitários se encontram num estágio de desenvolvimento nesse Continente e traça o seguinte diagnóstico da situação dos arquivos nas universidades brasileiras:

Implantação de setores de arquivos em algumas universidades, voltados para documentos de cunho administrativo com denominação, variando entre Arquivo Central, Arquivo Geral ou, simplesmente, Arquivo, geralmente vinculados às administrações centrais; setores denominados “Memória da Universidade”, dentro das estruturas das bibliotecas universitárias, com objetivo de administrar a produção científica e publicações da universidade;

Centros de estudo e pesquisa ou centros de documentação, identificados como participantes do processo de coleta e administração de arquivos, que tendem

a custodiar arquivos gerados no ambiente externo à Universidade, para subsidiar estudos e pesquisas;

Nas universidades, onde são mantidos vários órgãos voltados para a administração de arquivos, não se detectaram sinais de coordenação de programas arquivísticos e as experiências que congregam a administração dos arquivos, sob a responsabilidade de um mesmo setor, são mais raras. Entretanto, foi observada uma alteração significativa, em relação aos arquivos universitários, a partir da década de 90, com a iniciativa de algumas universidades brasileiras como, a título de exemplo, a Universidade de São Paulo, a Universidade de Campinas, que fizeram a implantação de sistemas de arquivo como subsídio à gestão documental e da informação arquivística da instituição.

Embora existam iniciativas já consolidadas e em consolidação, ainda é incipiente a gestão documental nos arquivos das universidades brasileiras. Selfrin e outros (2004, p. 2), em pesquisa realizada, efetuam uma análise sobre a situação dos arquivos universitários brasileiros:

Algumas universidades já possuem seus arquivos organizados, sistemas em pleno funcionamento, porém, essas universidades representam ainda uma minoria no cenário nacional. Nas demais universidades, os arquivos onde são recolhidas as informações orgânicas geralmente não estão providos de metodologias arquivísticas, por vezes, armazenando-se, indiscriminadamente, todos os documentos produzidos, enquanto outras vezes são eliminados documentos sem critério de avaliação, seleção e descarte, correndo-se o risco de perder registros que têm valor permanente, contendo informações de relevância para administração, ou até mesmo fatos históricos.

Na UFBA, as unidades e órgãos acumulam documentos produzidos sem nenhum tipo de metodologia do fazer arquivístico que vise orientar quais documentos guardar, por quanto tempo e quais documentos devem ser conservados permanentemente, havendo um reiterado imprevisto ou isolamento dos procedimentos adotados nos acervos de arquivo. Assim, eventuais procedimentos bem sucedidos em um setor da instituição não podem ser generalizados para outros, ou todos os setores da universidade, devido à ausência de política que universalize os procedimentos e técnicas arquivísticas para toda a universidade (MATOS, 2004).

Os arquivos das universidades devem ter uma missão pedagógica e cultural, para atender as demandas de pesquisas e da comunidade, em geral. Para que tal aconteça, é necessário que estejam organizados, com procedimentos

sistematizados, para controlar os documentos, seu emprego e sua destinação aos arquivos permanentes.

Segundo Bellotto (1989, p. 25), os arquivos permanentes das universidades:

[...] possibilitam eficiência administrativa-acadêmica. Informam sobre os procedimentos passados de ensino e de pesquisa; guardam direitos e deveres de professores, alunos e funcionários durante seu tempo de permanência na universidade e mesmo depois dele; finalmente fornecem dados de toda ordem como “grande capital de experiência” para continuidade institucional da universidade.

A importância dos arquivos para o ensino superior é apresentada por Bellotto (1989, p. 25), ao analisar os pontos de igualdade entre arquivos e universidade:

- 1 – Arquivo na universidade, enquanto sistema documental oficial da informação administrativa e científica dentro das próprias unidades e órgãos de direção.
- 2 – Arquivos culturais com fundos e coleções de origem privada e de interesse da comunidade e de história da região.
- 3 – Arquivos da universidade como integrante de um sistema maior, dentro da esfera jurídico-administrativa, à qual a entidade está ligada.
- 4 – Assistência técnica das universidades aos arquivos públicos especialmente os municipais, tão carentes de recursos e de metodologias atualizadas.
- 5 – Ensino arquivístico em níveis de graduação, pós-graduação, especialização e extensão, com que a universidade pode enriquecer a própria área e os próprios profissionais.

As universidades desempenham papel fundamental, devendo seus documentos de arquivo serem preservados, uma vez que guardam informações relativas ao conhecimento desenvolvido, ao ensino superior, à sua atuação na comunidade local, atendendo as demandas da sociedade e da própria instituição. Portanto, o gerenciamento eficaz demanda um reconhecimento oficial e formalização estrutural que permitaM conceder importância tanto quanto à que é geralmente concedida a outros recursos da instituição.

4 A UNIVERSIDADE E A DECISÃO

O poder decisório é fundamental na gestão das instituições, envolve formulação de políticas e valores que conduzem ao cumprimento de sua missão básica. Os dirigentes ao formularem objetivos, definirem prioridades, alocarem recursos, a fim de que os objetivos e metas sejam viabilizados, estão exercitando o processo decisório.

Decisão é a escolha entre alternativas disponíveis que asseguram a concretização da missão da instituição. Entende-se como missão a determinação, o motivo central da razão de ser das instituições, uma vez que existem para exercer uma determinada atividade, expressa através dos objetivos constantes nos documentos que as instituíram. A decisão tomada visa à concretização de objetivos que saem do campo das ideias para o campo material (OLIVEIRA, 1993).

Chiavenatto (1998) define decisão como processo de análise e escolha entre várias alternativas disponíveis do curso de ação que se poderá seguir” e considera que o processo de decisão é complexo e está sujeito a algumas características, quanto à circunstância, em que o decisor está envolvido e da maneira como compreende a situação.

4.1 Processo decisório nas universidades

A compreensão do processo de decisão em suas múltiplas inter-relações, bem como da relação entre decisão e estrutura organizacional, será sempre limitada, se abordada apenas por uma de suas facetas possíveis. Neste sentido, apresentaram-se, ainda que de modo abreviado, as tentativas realizadas por vários autores, na busca de explicações acerca do modo como se desenvolve a decisão nas universidades, a partir dos modelos encontrados na literatura da área: o burocrático, o político, o chamado “anarquia organizada” e o colegiado.

O modelo burocrático de Weber, apresentado por Chiavenatto (1998), enfatiza a estrutura, isto é, a organização formal denominada por ele como burocracias e são caracterizadas pela formalização, autoridade legal com hierarquia

bem definida, regras e regulamentos detalhados e relações impessoais de trabalho para o alcance dos objetivos organizacionais.

O modelo burocrático, de acordo com Baldrige (1982), é caracterizado pela autoridade legitimamente formalizada, mas diz pouco dos tipos de poder e influência que interferem nos movimentos de grupos que causam, muitas vezes, conflitos de interesse entre os diversos segmentos que compõem a instituição. Esse modelo descreve a estrutura formal, em um determinado momento, não explicando a evolução de suas mudanças, dando pouca informação sobre o processo crítico pelo qual são estabelecidos programas e prioridades, ignorando questões políticas e luta entre grupos de interesse.

Para Hardy e Fachin (2000), o modelo burocrático é explicativo dos aspectos estruturais da universidade brasileira e aproxima-se mais do tipo específico de universidade voltada para o ensino, onde os profissionais têm envolvimento menor com a instituição, enquanto aquelas voltadas para a pesquisa e formação de docentes e pesquisadores, com processos decisórios mais complexos e envolvimento mais efetivo de docentes, tendem a aproximar dos modelos anárquicos e políticos.

Na universidade brasileira, a decisão aproxima-se do modelo burocrático, uma vez que a hierarquia de autoridade é bem definida, a composição e atribuições dos órgãos que as constituem são regulamentados por regras e normas específicas e a divisão do trabalho, tanto de natureza administrativa como acadêmica, se processa com base na especialização (VAHL, 1991).

Rodrigues (1985) considera que as universidades caminham muito mais sob as características do modelo político do que qualquer outro. Esse modelo privilegia a visão da teoria política e entende o processo decisório como, essencialmente, político. Esse modelo enfatiza o dissenso, o conflito e a negociação entre grupos de interesses e prevê uma forte utilização de barganhas e comprometimentos entre os integrantes da alta administração.

De acordo com Baldrige (1982), o processo decisório político tem alguns pressupostos básicos que o marcam decisivamente. Um deles é a prevalência da inatividade, ou das decisões tomadas por pequenos grupos e não por todos os membros da organização. Isso ocorre porque a maior parte desses membros não se envolve no processo, deixando os administradores tomarem as principais decisões. Nesse modelo, a participação é fluida e temporária, a maioria dos membros da

organização participa apenas de algumas decisões, cabendo a pequenos grupos a maior parte da responsabilidade no processo. Ocorre a fragmentação em grupos de interesse com diferentes objetivos e valores, em decorrência de funções profissionais e ideológicas diversas e, como resultado, o processo decisório tende a ser negociado.

Dagnino e Gomes (2010) consideram que o modelo de anarquia organizada se refere a processos decisórios em que os atores não têm propósito definido, sendo esse modelo caracterizado pela discrepância entre estruturas, atividades, objetivos, procedimentos, decisões e realizações. Esse modelo se diferencia dos demais porque supõe que a ação administrativa necessita de propostas claras e que o comportamento da instituição não pode ser deduzido das intenções e dos interesses individuais.

Choo (2003) observa que o modelo de anarquia (“lata de lixo”) pode gerar decisões sob condições incertas e conflituosas, quando os objetivos são ambíguos, os problemas não são bem compreendidos e os que tomam as decisões dedicam tempo e energia variáveis ao problema. Posição essa compartilhada por Silva (1991, p. 85), ao afirmar que a universidade é considerada uma anarquia organizada por vários fatores:

a – observa-se um alto grau de autonomia nas decisões individuais na área acadêmica – professores decidem o que ensinar e como ensinar, e estudantes decidem como aprender;

b – a liderança formal é fracamente hierárquica na área acadêmica, pois o líder funciona como catalisador no processo decisório – ele não comanda, mas sim negocia, ele não planeja, mas sim liga problemas com soluções pré-existentes; e

c – as decisões acontecem e são altamente temporárias, funcionando como coleção de escolhas à procura de problemas.

Hardy e Fachin (2000) argumentam que esse modelo é contestado, pois as decisões importantes não podem ser deixadas ao acaso. E afirmam que há momentos em que as decisões consideradas importantes são tomadas por um processo político, ou talvez consensual.

No modelo colegial, o processo de tomada de decisão é compartilhado, devendo haver consenso e participação comunitária. É considerado o reverso do modelo político, pois existe a construção de consenso e não de alinhamento político

e pressupõe uma organização, na qual a coordenação pode ser alcançada, não por meio de uma estrutura superior de subordinação de pessoas e grupos, mas pela dinâmica de consenso. “O modelo político enfatiza o dissenso, o conflito e a negociação entre grupos de interesse; o da colegialidade, o consenso”; os principais valores da colegialidade são a decisão por consenso e a autoridade profissional baseada na competência, e não na hierarquia formal, o que leva a uma estrutura descentralizada com alto grau de autonomia interna e um processo decisório de tempo consensual (DAGNINO; GOMES, 2010, p. 12).

Nas universidades, a colegialidade pressupõe um alto grau de influência dos professores, no processo decisório dentro de cada subunidade, proporcionando-lhes certo grau de autonomia. O processo de decisão em universidade torna-se complexo devido aos seus objetivos ambíguos e, principalmente, devido à diversidade da composição de seu corpo funcional e de sua clientela. (HARDY; FACHIN, 2000).

Na opinião de Vahl (1991), a universidade é como uma comunidade de estudiosos com tendência a não se submeter à hierarquia do processo burocrático e que reivindicam a participação da comunidade acadêmica nas decisões tomadas, geralmente, por consenso entre seus pares.

Segundo Marcovicht (1998, p. 107),

[...] a universidade é acima de tudo uma estrutura coletiva. Os chefes, diretores, reitores, são dirigentes transitórios de uma instituição descentralizada. Cada um está subordinado a pelo menos um colegiado que constitui elemento de contra poder. Esse colegiado coletiva-se o processo decisório.

Baldrige (1982) considera que o modelo da colegialidade se constitui mais em uma ideologia do que em um modelo analítico para o processo de tomada de decisão, pois trata das questões de conflitos e das prolongadas discussões que precedem a decisão, através do consenso, havendo uma vitória momentânea de um grupo sobre o outro, e que esse modelo tem merecido crítica, mesmo se constituindo no modelo tradicional da universidade brasileira. Ele propõe um modelo político de tomada de decisão complementando o burocrático e o colegiado.

Das comparações apresentadas por diversos autores, acerca dos modelos de decisão, verifica-se uma complexidade no processo decisório nas Universidades, sendo indispensável considerar os modelos de processo decisório existentes, uma vez que não ocorre a adoção de um único modelo, ou de um conjunto deles, mas sim a mistura dos diversos modelos, ainda que as universidades sejam um tipo de

instituição que mais recorrem a decisões formalmente coletivas, apresentando em sua estrutura órgãos de deliberação em todas as instâncias.

No contexto das universidades, as decisões tomadas (a maioria colegiada) emanadas dos órgãos deliberativos, para produzir o efeito pretendido, deverão ser registradas, gerando documentos que materializam a decisão, exercendo a função para a qual são criados, além de servirem de prova, de transparência das ações, de testemunho do ato/fato essencial para a reconstituição de sua memória.

4.2 A gestão de documentos e a memória

O cuidado com a memória documental enraíza-se na preocupação de se ter disponível, de forma organizada e em condições satisfatórias de preservação e utilização, para o andamento das pesquisas acadêmico-científicas, das diversas áreas do conhecimento e nos diferentes níveis acadêmicos, bem como para a comunidade em geral, toda informação produzida através dos mais variados tipos de documentos.

Os documentos dão origem ao arquivo das instituições, onde são agrupados todos eles, seja qual for seu suporte e idade, produzidos e recebidos no exercício das suas funções. A otimização de seu uso, garantia da conservação para preservação da memória e disponibilização para o usuário são responsabilidade das instituições, mediante adoção da gestão de documentos.

A expressão “gestão de documentos” ou “administração de documentos” é uma tradução do termo inglês *Record management*. O primeiro é originário da expressão franco-canadense *gestion de documents* e o segundo uma versão ibero-americana do conceito inglês. O termo surgiu a partir de reformas administrativas ocorridas no final da década de 40, nos Estados Unidos e Canadá. Provenientes da impossibilidade de se lidar, de acordo com os moldes tradicionais, com as massas documentais, cada vez maiores, produzidas pelas administrações, estabelecem as práticas de avaliação, seleção e eliminação de documentos.

No Brasil, a expressão “gestão de documentos” foi difundida e adotada pela legislação nacional que dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados como:

[...] o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (Lei Federal nº 8.159, 1991, Art. 3º).

O *Dicionário de Terminologia Arquivística*, editado pelo Conselho Internacional de Arquivos, em 1984, define gestão de documentos como um aspecto da administração geral, relacionado com a busca de economia e eficácia na produção, manutenção, uso e destinação final dos documentos. O *Dicionário de Terminologia Arquivística*, publicado em São Paulo, em 1990, e reeditado em 1996, conceitua gestão de documentos como um “[...] conjunto de medidas e rotinas visando à racionalização e eficiência na criação, tramitação, classificação, uso primário e avaliação de arquivos”.

Para o Arquivo Nacional (1995), a gestão de documentos é operacionalizada por meio de planejamento, da organização, controle, da coordenação dos recursos humanos, do espaço físico e dos equipamentos, com o objetivo de aperfeiçoar e simplificar o ciclo documental.

O *Manual de Gestão de Documentos* (1998, p. 8) define gestão de documentos como o conjunto de procedimentos técnicos e operacionais, referentes às atividades de produção, tramitação, classificação, avaliação e arquivamento dos documentos nas fases corrente e intermediária, visando à sua eliminação ou recolhimento ao arquivo permanente, com o objetivo de garantir a preservação e o acesso aos documentos de caráter permanente, reconhecidos por seu valor histórico e científico.

A gestão de documentos envolve o controle do material produzido e recebido, plano de classificação, reprodução e publicação e a recuperação da informação e pressupõe uma intervenção no ciclo de vida dos documentos, da sua produção até a destinação final: recolhimento ao arquivo permanente ou eliminação (BERNARDES, 1998).

Segundo Carvalho e Longo (2002, p. 115), os arquivos “[...] precisam estar devidamente organizados e estruturados para atingirem seus objetivos, que são atender à administração, evitar erros e repetições desnecessárias, produzir conhecimento para assessorar as tomadas de decisão e dar continuidade aos trabalhos das instituições”. Desta forma, a gestão documental proporcionará a transparência do funcionamento da instituição e preservação da sua memória.

A gestão documental tem por objetivo os procedimentos a serem utilizados quanto a: qual documento guardar, onde, quando e como, a fim de encontrá-los quando necessário; facilitar o compartilhamento de documentos, evitando sua reprodução desnecessária; conservar a memória institucional e melhor aproveitar seu conteúdo. Portanto, o objetivo da gestão documental é a recuperação da informação que, no dizer de Meadows (1999), consiste em encontrar a informação desejada em um armazém de informação ou base de dados.

A finalidade da gestão documental está em garantir critérios de organização dos documentos, conservação e preservação das atividades, conhecimentos e transações da organização; em estabelecer uma política de conservação e eliminação de documentos, em função das necessidades da organização; e em assegurar facilidade no acesso aos documentos verídicos e confiáveis, dentre as múltiplas cópias e versões que possam existir.

Desta forma, a gestão documental, entendida de forma integrada, considerando o valor primário e secundário dos documentos, contribui positivamente, reduzindo custos de armazenamento, possibilita agilidade na recuperação da informação, preserva a memória institucional para difusão da sua cultura, através de pesquisas.

O princípio básico da gestão de documentos para Jardim (1991), é o de que a informação deve estar disponível no lugar certo, na hora certa, para as pessoas certas e com o menor custo possível.

Para Paes (2006), a destinação dos documentos é a fase mais complexa da gestão de documentos, por se desenvolver, mediante análise e avaliação dos documentos acumulados, com vistas a estabelecer prazos de guarda, documentos a serem eliminados e os documentos de guarda permanente.

Rousseau e Couture (1998) abordam o termo de forma global, ou seja, o documento passa a ser gerenciado, simultaneamente, considerando o seu valor primário e secundário, ou seja, de modo integrado. Para esses autores, a arquivística pode ser abordada: de modo administrativo – onde a preocupação é o valor primário do documento; de modo tradicional – voltada somente para o valor secundário do documento; e, de modo integrado - englobando o valor primário e secundário do documento, simultaneamente. Essa é a visão adotada no presente estudo.

Com efeito, os documentos e as informações, depois de submetidos à gestão documental, estarão em condições de serem recuperados, além de permitir que a história e a memória institucional sejam preservadas. Entretanto, o que se verifica nos dias de hoje, no contexto da administração pública brasileira, é que, devido à falta de organização e tratamento, a recuperação das informações -se como processo lento e trabalhoso, o que evidencia a importância da gestão documental para a recuperação da informação.

A gestão documental traz importantes vantagens como aumento da eliminação dos documentos na fonte, diminuição do volume documental total, a aceleração e a sistematização da organização dos documentos; aumento da proteção da informação; obtenção de informação de forma mais rápida da informação pertinente, aumento da estabilidade, da continuidade e da eficácia administrativa da organização e racionalização das massas documentais (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

Para assegurar que a informação arquivística seja administrada com economia e eficácia, que seja recuperada de forma ágil e eficaz, subsidiando as ações das instituições no exercício de suas atividades e garantindo a preservação da memória das instituições, inclusive das universidades, é preciso sistematizar procedimentos, a fim de controlar a produção de documentos, os prazos de utilização, guarda dos documentos, através de regras instituídas que irão orientar os trabalhos, ou seja, adotar um programa de gestão documental.

De acordo com Jardim (1990, p. 79), não há nada mais comum nas administrações públicas do que a produção, acumulação e consulta de documentos. Assim, as universidades públicas, como qualquer organização, dependem de documentos para seu funcionamento em qualquer nível (acadêmico, administrativo etc) produzindo ou recebendo, cotidianamente, um expressivo número de documentos.

É necessário que a instituição reconheça a importância dos arquivos, através de formalização estrutural que permita o gerenciamento eficaz dos documentos, tanto quanto a que é concedida aos outros recursos da instituição, uma vez que armazenam informações.

5 INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA UFBA: A PESQUISA

A realização de uma pesquisa implica, necessariamente, a escolha de procedimentos metodológicos que deem suporte à obtenção de respostas e explicações aos questionamentos formulados e que assegurem que seus resultados sejam válidos. Assim, neste capítulo, estão descritos os caminhos percorridos para realização deste estudo, sendo apresentados o universo e os pressupostos da investigação, os métodos e técnicas utilizados, as etapas para sua concretização e o contexto do período.

5.1 Universo e pressupostos da pesquisa

O estudo foi realizado na Universidade Federal da Bahia e teve como foco as atas do Conselho Universitário, instância decisória máxima da instituição.

O universo da pesquisa compreendeu as atas que resultaram das reuniões do Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia, num total de 939 (novecentos e trinta e nove) documentos produzidos até março de 2010.

Para o estudo, foram selecionados, de modo intencional, os documentos produzidos de 1982 a 1992, que somam 109 (cento e nove) documentos. A escolha do período deveu-se ao fato de compreender um período importante no cenário nacional, face à redemocratização do país ocorrida na década de oitenta.

Partindo da premissa de que as informações contidas nas atas do CONSUNI registram atos, ações e atividades exercidas que permitem a reconstrução da trajetória da instituição, no período estudado, a investigação, baseada na literatura consultada, permitiu elaborar os seguintes pressupostos:

- 1 – As atas estão devidamente organizadas, em algum lugar, na instituição;
- 2 – As atas são geradas para registrar as decisões e discussões ocorridas nas reuniões;
- 3 – Os documentos retratam a relevância do órgão para a instituição.

5.2 Procedimentos metodológicos

A pesquisa documental de caráter qualitativo adotou os métodos e técnicas da análise documental, da análise de conteúdo e a técnica do incidente crítico. A adoção de várias técnicas é interessante, pois permite a triangulação dos dados, que é entendida como o emprego de técnicas diferentes para coleta dos mesmos dados e comparação dos resultados.

A abordagem qualitativa justifica-se, quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e não tende à quantificação. A pesquisa qualitativa se desenvolve de modo natural, rica em dados descritivos, possui um plano flexível e focaliza a realidade de forma complexa e em um determinado contexto. Na pesquisa qualitativa, o investigador parte de focos de interesse amplos, que vão sendo definidos à medida que o estudo avança. Desta forma, “[...] envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando entender o fenômeno segundo a perspectiva dos sujeitos” (GODOY, 1995, p. 58).

A técnica da análise documental, adotada nesta investigação, foi selecionada porque os documentos são capazes de fornecer um conhecimento da realidade a ser investigada e se constituem numa fonte inesgotável, estável e rica. Pode-se consultá-la inúmeras vezes e serve de base para diferentes estudos. Além disso vale-se de materiais que não receberam tratamento analítico, ou que ainda podem ser re-elaborados, de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2002), o que vem ao encontro do presente estudo.

Neste sentido, Ludke e André (1986, p 39) salientam que os documentos representam “[...] uma fonte natural de informação. Não é apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto”.

A análise documental visa identificar e representar elementos que permitam a recuperação do documento, por meio de seus aspectos extrínsecos (relativos à sua localização e identificação) ou intrínsecos (relativos a seu conteúdo) e consiste de um conjunto de procedimentos de natureza analítico-sintética, que envolve os

processos de análise do conteúdo temático dos documentos (GUIMARÃES et al, 2005).

Na opinião de Valentim (2005), a análise documental apresenta o conteúdo de um documento de forma fiel e sintética, objetivando o estabelecimento da veracidade e posterior consulta.

De acordo com Gil (2002), a grande vantagem da pesquisa documental é o fato de os documentos constituírem fonte rica e estável de dados e como desvantagem o fato de não responderem definitivamente a um problema, proporcionando apenas uma melhor visão; entretanto, ressalta sua importância, por conduzirem a novas hipóteses que podem ser verificadas por outros meios.

Para realização das entrevistas, utilizou-se a Técnica do Incidente Crítico (TIC), que consiste em solicitar dos sujeitos envolvidos numa atividade relatos de situações e fatos que são avaliados pelo pesquisador, em função da concordância/discordância desses relatos, de acordo com o objetivo e natureza da situação estudada. Esta técnica se baseia na teoria de que é mais fácil para as pessoas se lembrarem do que elas fizeram, numa determinada ocasião, do que se lembrarem do que fazem “em geral”.

Quanto à técnica utilizada, é preciso ressaltar que os incidentes críticos representam somente a matéria-prima e não fornecem a solução para os problemas. A aplicação de tal técnica constitui um procedimento que ajuda na coleta de amostras representativas de dados relevantes para problemas importantes, tais como: estabelecimento de padrões, determinação de exigências ou avaliação de resultados e deve ter ampla aplicação (FLANAGAN, 1973).

Outra técnica utilizada na pesquisa foi a análise de conteúdo, que é uma estratégia utilizada, no intuito de tornar objetivo o conteúdo dos dados coletados, visando obter indicadores quantitativos ou que não permitam a inferência de conhecimentos relativos a mensagens dos documentos. De acordo com Bardin (1977), a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto na comunicação e possui duas funções: a função heurística – enriquece a tentativa exploratória e aumenta a propensão à descoberta – e a função de administração da prova, em que hipóteses sob forma de questões ou afirmações provisórias servem de diretrizes para uma “confirmação ou de uma infirmação”.

A análise de conteúdo busca procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens e da expressão desse conteúdo e envolve 3 fases distintas: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, podendo ser aplicadas em diferentes contextos e com diferentes objetivos de análise. Como técnica aplicada à análise de conteúdo, adotou-se neste estudo a análise categorial que trata do desmembramento das informações em categorias, em que os critérios de escolha e de delimitação orientam-se pela dimensão da investigação dos temas relacionados ao objeto de pesquisa (BARDIN, 1977).

De acordo com Valentim (2005), fazem parte do domínio da análise de conteúdo a explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão desse conteúdo, tendo como um de seus mais importantes aspectos a inferência entendida, no âmbito da análise de conteúdo, como deduções lógicas.

5.2.1 Etapas da pesquisa

A pesquisa foi realizada em três etapas: na primeira, a coleta de dados; na segunda, a organização do material; e, na terceira, análise das informações obtidas nos documentos.

1ª etapa – foi realizada a coleta dos dados que, segundo Laville (1999), resume-se em reunir documentos e descrever ou transcrever seu conteúdo, ordenando as informações para selecionar aquelas que parecem pertinentes. As informações obtidas, através de leitura exploratória dos documentos, guiada por roteiro elaborado previamente, de acordo com os objetivos da pesquisa, constam do APÊNDICE A.

Durante a leitura dos documentos, realizada nas dependências da SOC - Secretaria dos Órgãos Colegiados da UFBA, foram feitas anotações de campo sobre as condições de guarda, conservação, estrutura do acervo nos seus aspectos externos e, sendo verificada a inexistência de numeração sequencial dos documentos e elaborado instrumento para dimensionar o acervo, conforme APÊNDICE B e, finalmente, para situar o objeto de estudo, realizou-se pesquisa

bibliográfica e documental, para conhecer o cenário da pesquisa: a Universidade Federal da Bahia.

2ª etapa – nesta etapa, foi efetuada a organização dos dados com uso da técnica da categorização das informações levantadas. A técnica da categorização (ou temática) das informações consiste no “[...] desmembramento do discurso em categorias, em que os critérios de escolha e de delimitação orientam-se pela dimensão da investigação dos temas relacionados ao objeto de pesquisa”. (BARDIN, 1977, p. 80-81). Segundo o autor, a organização dos dados para análise é feita em três fases distintas:

Pré-análise é a fase da organização e sistematização das ideias, em que ocorre a retomada dos pressupostos e dos objetivos iniciais da pesquisa, em relação ao material coletado, e a elaboração de indicadores que orientarão a interpretação final. Essa fase engloba:

- a) leitura flutuante, na qual deve haver um contato exaustivo com o material de análise;
- b) constituição do *corpus*, que envolve a organização do material de forma a responder critérios de: exaustividade (contemplando todos os aspectos levantados no roteiro); representatividade (contendo a representação do universo pretendido); homogeneidade (obedecendo a critérios precisos de escolha, em termos de temas, técnicas e interlocutores); pertinência (os materiais analisados devem ser adequados aos objetivos do estudo);
- c) formulação de hipóteses e objetivos iniciais flexíveis que permitam a emergência de hipóteses a partir de procedimentos exploratórios;
- d) referenciação dos índices, elaboração de indicadores a serem adotados na análise e preparação do material.

A exploração do material consiste, essencialmente, na operação de codificação, transformando os dados brutos em dados que consigam alcançar o núcleo de compreensão do texto. A codificação é um processo pelo qual os dados brutos são, sistematicamente, transformados e agrupados em unidades que permitem uma descrição exata das características relevantes do conteúdo. Envolve procedimentos de recorte, contagem, classificação ou enumeração, em função de regras previamente estabelecidas na pré-análise.

Para tornar objetivo o conteúdo dos dados coletados na investigação, utilizou-se a técnica de análise categorial (ou temática), com “[...] desmembramento do discurso em categorias” (BARDIN, 1977, p. 80-81), observados os princípios de:

- a) exclusão mútua – cada elemento não pode existir em mais de uma divisão. Um único princípio de classificação deve orientar a sua organização;
- b) pertinência – a categoria deve se adaptar ao material de análise escolhido e ao quadro teórico definido,
- c) objetividade e fidelidade – as diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica uma determinada categoria, devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetidas a várias análises.

Para organização dos dados, utilizou-se a técnica de análise categorial, sendo o conteúdo dos documentos desmembrados, num processo de definição, redefinição e comparação, de acordo com a natureza da informação e agrupados da seguinte forma:

- Identificação dos componentes do Conselho Universitário;
- Mapeamento das deliberações ocorridas por ano de realização das reuniões;
- Mapeamento dos temas discutidos;
- Mapeamento de fatos e ocorrências registrados nos documentos, por ano de realização das reuniões;

Para as deliberações, a categorização foi orientada pela denominação utilizada nos próprios documentos: Resoluções, Títulos concedidos, Recursos, Moções e Votos de Pesar. As demais deliberações foram agrupadas, de acordo com sua natureza: deliberações relativas à estrutura da instituição, constando aprovação de criação e denominação de órgãos e manifestação formal do Conselho, fatos e ocorrências registrados.

Para os assuntos discutidos nas reuniões, tomou-se por base a manifestação dos conselheiros que apareceram de modo disperso nos documentos, sendo categorizados em: normas, estrutura física, orçamento e finanças, equipamentos, procedimentos administrativos, realizações, acadêmicos e agrupados os temas.

Concluída a organização das informações, elaborou-se roteiro para entrevista com participantes (APÊNDICE C), a fim de identificar, nos discursos dos entrevistados, a confirmação de informações contidas nos documentos, com auxílio das técnicas do incidente crítico, bem como obter uma posição de valor, em relação

aos documentos e ao Órgão Deliberativo da instituição, tendo em vista a escolha de dirigentes como participantes da pesquisa.

A opção pela entrevista com roteiro semi-estruturado deve-se ao fato de que ela permite criar um ambiente propício, onde os entrevistados podem discorrer livremente sobre seus pontos de vista. A entrevista semi-estruturada é feita verbalmente, com uma série de perguntas abertas, em uma ordem prevista. (LAVILLE; DIONNE 1999).

Nas pesquisas qualitativas, o instrumento de coleta de dados denominado roteiro de entrevista pode sofrer modificações, em decorrência da aplicação de estudo piloto que permite ao investigador testar a adequação das questões norteadoras e descobrir aspectos que não foram contemplados inicialmente. O roteiro-piloto foi testado no mês de outubro de 2009 com 02 docentes e 01 servidor técnico administrativo da universidade.

Foi utilizado um roteiro com questões norteadoras, para garantir que determinado questionamento fosse exposto a todos os sujeitos do estudo. Ludke e André (1986) salientam que é preferível e mesmo aconselhável o uso de um roteiro que guie a entrevista pelos principais tópicos a serem abordados.

Para as entrevistas, foram selecionados, de modo intencional, a partir da relação dos nomes constantes nas atas estudadas: 03 (três) Reitores, tendo em vista um já ter falecido, 01(um) Vice Reitor, uma vez que dois já faleceram e um foi também reitor, 01(um) Substituto Eventual do Vice-Reitor, 01(um) Secretário do Conselho Universitário, 02 (dois) representantes do corpo técnico-administrativo, 01 (um) docente escolhido intencionalmente por ser historiador, totalizando 09 nomes selecionados. Foram entrevistadas 7 pessoas, tendo em vista uma recusa em participar da pesquisa, não ter conseguido efetuar contato com um dos nomes escolhidos e não ter obtido respostas aos *e-mails* e mensagens deixadas, através de ligações telefônicas realizadas.

As entrevistas foram realizadas nos meses de novembro e dezembro de 2009 e utilizado roteiro previamente elaborado, tendo a pesquisadora percorrido os seguintes caminhos:

- 1 - Localizar telefones e *e-mails* para efetuar contato com os participantes;
- 2 - Formalizar consulta acerca da participação da pesquisa: feita através de *e-mail* ou telefone, a depender do contato obtido.

3 - A partir da resposta positiva, para participação na pesquisa, foi feito contato telefônico, a fim de agendar a entrevista, deixando por conta do entrevistado a escolha da data, horário e local para sua realização.

Uma vez agendada, a entrevista foi realizada seguindo os seguintes passos:

- a) Apresentação dos objetivos do estudo;
- b) Solicitação de autorização prévia para gravar as entrevistas;
- c) Consulta se autorizava a identificação do participante na pesquisa.

Foram utilizados, como recurso para impedir a perda de detalhes, a desaceleração do ritmo e o efeito sobre a espontaneidade e fluidez do informante, gravação das entrevistas, mediante autorização dos participantes, posteriormente, transcritas, a fim de se organizarem as informações obtidas e efetivar a análise. Para o desenvolvimento das entrevistas, foi elaborado roteiro que contou com uma parte comum a todos os entrevistados, pois tratava-se de informações de ordem geral e uma parte específica, com a finalidade de confirmar informações constantes nos documentos (incidente crítico).

3ª etapa - foi realizada a análise do material, a fim de dar significado às informações identificadas com o uso das técnicas de análise de conteúdo, inferência e interpretação. Neste estudo, a análise de conteúdo foi realizada, como função administrativa da prova, para verificar a veracidade dos pressupostos.

Na pesquisa qualitativa, a análise dos dados não é a última fase do estudo, ou seja, ela é concomitante à coleta de dados. É um processo criativo que demanda rigor intelectual, possui uma grande quantidade de dificuldades e é um trabalho muito cuidadoso, pois as diferentes pessoas dirigem sua criatividade, seu esforço intelectual e seu trabalho de modos diferentes, não existindo apenas uma forma correta para organizar, analisar e interpretar informações qualitativas.

6 A UNIVERSIDADE SOBREVIVE: A REDEMOCRATIZAÇÃO

A reconquista da prática democrática é o fato histórico mais importante da História do Brasil nos últimos doze anos (TAVARES, 2001, p. 492).

Tomou-se como base, para a escolha dos documentos a serem estudados, o período em que, no curso de sua história, o Brasil retoma a democracia, tornando necessária a compreensão do contexto do período, tanto em nível nacional como em nível local. Para isto, buscaram-se apresentar em linhas gerais os principais fatos relacionados tanto à perda da democracia, isto é, ao regime militar que vigorou de 1964 a 1985, bem como à dinâmica que orientou a redemocratização.

6.1 Um pouco de história

Com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, a diretiva constitucional indicava a posse do vice-presidente João Belchior Marques Goulart (Jango), eleito no mesmo pleito que Jânio Quadros, o que foi vetado pelos ministros militares de Jânio Quadros, por considerarem um risco para a ordem e a paz no país, o que levou a reações em prol das regras democráticas da Constituição de 1946. O então governador da Bahia Juracy Magalhães condenou o veto dos ministros, defendeu a posse do vice-presidente e atuou nas negociações que conduziram à posse de João Goulart na Presidência da República. Para que a posse se efetivasse, foi criado o regime parlamentar no Brasil, através de Ato Adicional à Constituição de 1946, votado no Congresso e escolhido para primeiro-ministro o político Tancredo Neves.

Neste mesmo ano, indicativos de instabilidade das instituições políticas aprofundavam-se após o plebiscito realizado ter obtido como resultado a vontade dos eleitores do retorno ao presidencialismo. As conspirações militares e civis, já existentes, ampliaram-se, com o objetivo de derrubar o governo Goulart, ao qual setores mais conservadores do país acusavam de abrir vias de acesso ao poder para o comunismo com programas de reformas de base apoiados pelo empresariado do comércio, da indústria e dos bancos nacionais e estrangeiros. Em março de 1964,

o movimento militar instalado em Minas Gerais exigiu a deposição do Presidente João Goulart e, com o presidente ainda no território nacional, a Câmara Federal votou a vacância da Presidência, caiu a democracia brasileira e o Brasil mergulhou em período ditatorial, com a instalação da repressão (KINZO,2001).

Uma reação ao movimento dos estudantes, em defesa da democracia, foi registrada pela Universidade Federal da Bahia, após a intervenção militar que impediu a entrada de estudantes no prédio da Reitoria, durante a aula inaugural ,realizada no auditório e da manifestação do então governador do Estado Antônio Lomanto Júnior, último governador eleito por voto direto, que, ao tomar conhecimento, através de Nota Oficial da Reitoria, da suspensão das atividades universitárias, envia ao Reitor Albérico Fraga um documento através do qual declara que tais fatos não podiam servir de base para aquela decisão e, numa tentativa de tranquilizar os ânimos, menciona que o Estado encontrava-se “[...] em completa calma e o Governo assegurando o perfeito exercício de todas as atividades e franquias constitucionais” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1964).

O que predominava no momento inicial da tomada do poder pelos militares era o discurso da preservação da democracia e, neste sentido, o Conselho Universitário aprova, em reunião realizada em 9 de abril de 1964, um manifesto às Forças Armadas:

O Conselho Universitário da Universidade da Bahia reunido pela primeira vez após a vitória da democracia contra o comunismo, expressa o seu regozijo patriótico e congratula-se com as gloriosas Forças Armadas pela nobre e serena atitude que assumiram na preservação dos legítimos anseios do povo brasileiro. Nesta oportunidade dirige uma calorosa saudação aos Comandantes Militares que atuam em nosso Estado significando-lhes o seu apôio à orientação salutar de garantir a ordem democrática e defender as nossas instituições políticas. Salvador, 09 de abril de 1964.

Para Tavares (2001), um dos traços marcantes do golpe militar ocorrido em 1964 foi seu ânimo punitivo. Logo após o golpe, os chefes de comando impuseram cassações de mandatos, suspensão de direitos políticos, transferências de militares para reserva, em apenas 3 dias, comandados pelo General Artur da Costa e Silva até a escolha do 1º general presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Na Bahia, dezenas de professores, intelectuais, jornalistas, homens das profissões liberais, operários e trabalhadores foram presos como supostos

comunistas e subversivos. Em ofício à Assembléia Legislativa, o comandante da 6ª RM, General Manuel Mendes Pereira, relacionou os nomes dos deputados que deviam perder o seu mandato, o que foi oficializado com a declaração de extinto o mandato dos Deputados Ênio Mendes de Carvalho, Diógenes Alves, Jarbas Santana, Paulo da Mata, Sebastião Nery e dos suplentes Afrânio Lira e Aristeu Nogueira Campos. Foram suspensos os direitos políticos dos baianos Waldir Pires e Hélio Ramos e cassados os mandatos dos deputados federais Fernando Santana, João Dória e Mário Lima (TAVARES, 2001). Neste contexto, toma posse em primeiro de julho de 1964, no cargo de Reitor da UFBA, o banqueiro Miguel Calmon Almeida Sobrinho.

Fico (2001) distingue os militares em moderados e linha dura e considera que os primeiros eram adeptos de uma intervenção rápida, capaz de promover o saneamento da vida pública brasileira, livrando-a do comunismo e da corrupção, bandeiras de luta do movimento golpista. Os segundos pretendiam mais: queriam fazer uma limpeza no cenário político brasileiro tal como os moderados, mas de maneira mais incisiva, preconizavam o fechamento do Congresso Nacional, o que não obtiveram, e um prazo maior para promover as punições, pois o Ato Institucional impunha limites de poucos meses para cassação de mandatos, direitos políticos e transferência para reserva de militares simpáticos ao regime deposto.

Castelo Branco contrapôs a essas pretensões, desejoso de encerrar a fase punitiva da “Revolução” e implementar seu plano de governo. Costa e Silva, que liderou o “Comando Supremo”, acabou por capitanear o ânimo punitivo de oficiais superiores exaltados, iniciando-se logo as punições, para agradar aos radicais. Conquistaram lugar importante, no início do Regime Militar, os coronéis que presidiam os famosos inquéritos policiais militares (IPMs), processos que antecediam os decretos punitivos. Esses coronéis confrontavam-se diretamente com o presidente, alguns desses intitulavam-se “força autônoma” do regime militar.

O movimento estudantil, já em 1964, é colocado na ilegalidade com a Lei Suplicy e as arbitrariedades são estimuladas pelo Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda. Novos atos institucionais foram editados em 1965. O Ato Institucional nº 2 e o Ato Complementar nº 4. Esses instrumentos de força dissolveram os partidos políticos formados nas lutas democráticas de 1945 e 1946.

Surgiram duas únicas legendas: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A primeira reuniu os políticos mais

conservadores da UDN e do PSD e a segunda, os que sobraram das cassações no PSD e no PTB. Os atos de 65 estabeleceram eleições indiretas para a Presidência da República e governos estaduais. Os poderes do presidente se ampliaram, com a permissão de emitir atos complementares e decretos-leis. Ele podia decretar estado de sítio, intervir nos estados e colocar em recesso o Congresso e as Assembléias Estaduais Legislativas.

A pretensão de Castelo Branco era manter a eleição dos governadores, porém, ele se rende aos reclames dos radicais, liderados pelo Ministro da Guerra Costa e Silva, de nomear interventores, após a eleição de oposicionistas em Minas Gerais e na Guanabara. Outra medida adotada por Castelo Branco foi a de aprovar, no Congresso, uma nova constituição destinada a institucionalizar o regime autoritário e centralista, mantidas as restrições às liberdades públicas, expressas nos atos institucionais e mantidas antes da posse do novo presidente Artur da Costa e Silva.

O primeiro governador eleito na Bahia, pela Assembléia Legislativa por via indireta, Luis Viana Filho, foi indicado pelo presidente Castelo Branco. Assumiu o governo com planos de fazer da educação um pólo de desenvolvimento, nomeando para a Secretaria de Educação e Cultura Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito que, de acordo com Tavares (2001), fez funcionar o sistema educacional baiano do ensino elementar ao superior. Preocupado em dotar a Bahia de uma biblioteca pública, em condições de atender o povo baiano, desapropriou uma área nos Barris e abriu concurso nacional para premiar o melhor projeto arquitetônico. Com a instituição do AI 5, um cerco de intimidações ameaça seu governo que, embora mantido, é forçado a destituir do cargo o secretário de Educação Luís Navarro de Brito. Luis Viana governou a Bahia de 1967 a 1971, período que ficou à frente da Universidade Federal da Bahia Roberto Figueira Santos.

De acordo com Fico (2001), Costa e Silva assume a presidência, prometendo diálogo à oposição e falando de humanismo social mas, em pouco tempo, essa brandura inicial se dissipou, surgindo a linha dura e iniciando seu mandato com a Lei de Segurança Nacional. O AI5 vinha sendo preparado há algum tempo, tendo sido recomendado a Costa e Silva, ainda em junho de 1968, pelo Chefe do SNI – Serviço Nacional de Informação – Emílio Garrastazu Médici.

A implantação da ditadura se institucionaliza; com o AI5 são instituídos três sistemas: o Sistema Nacional de Informação (SISNI), voltado para espionagem e

liderado pelo SNI; o sistema de Segurança Interna (SISSEGIN), que implantou o DOI-CODI (Departamento de Operações Internas/Centro de Operações para Defesa Interna). Com esses instrumentos, a linha dura, transformada em comunidade de segurança e informação, agiu ao seu modo, prendendo arbitrariamente, torturando e assassinando presos políticos, convocando para averiguações quem quisesse. O AI5 não deixava dúvida, suspendendo direito básico do *habeas corpus*, a censura imposta, mesmo antes do AI5, passou a controlar a imprensa, as diversões públicas (música, cinema, teatro, TV) e livros. Alguns jornais sofriam censura prévia, o material a ser publicado era lido pelo censor que o liberava ou não, além da definição de assuntos proibidos.

O Governo Costa e Silva instituiu também a propaganda política, a qual teve grande atividade no governo de Emílio Garrastazu Médici, época do vertiginoso crescimento do PIB nacional identificado como milagre econômico pela imprensa estrangeira. O milagre econômico possibilitou o início de várias obras grandiosas, como a Transamazônia e a Ponte Rio-Niterói que propagavam índices seguros do destino bem fadado do Brasil. A conquista da Copa do Mundo de 1970 tornou-se a marca de tal propaganda (FICO, 2001).

No ano de 1971, assumiu a reitoria da UFBA Lafayette de Azevedo Pondé, mesmo ano em que foi sancionada, pelo presidente Médici, a indicação anteriormente feita pelo presidente Castelo Branco, do político Antônio Carlos Magalhães para o governo do Estado da Bahia, sendo empossado, em 15 de março de 1971. Antônio Carlos dedicou-se à administração do Estado e realizou inúmeras obras na cidade de Salvador, como a construção da Avenida Luís Viana Filho (Paralela), construção do Centro Administrativo da Bahia (CAB). No último ano de seu governo, que correspondeu à passagem do governo Médici para o do General Ernesto Geisel, este com projeto de redemocratizar o país, pretendia que seu sucessor fosse Clériston Andrade, o que não conseguiu, sendo escolhido para governar o Estado o médico, professor catedrático e ex-reitor da UFBA Roberto Figueira Santos, que governou o Estado da Bahia de 1975 a 1979, período da “distensão lenta e gradual” decidida pelo presidente Ernesto Geisel. Preocupado com o desenvolvimento da Bahia, apoiou o Centro Industrial de Aratu, abriu as principais vias para o escoamento da produção do Pólo Petroquímico de Camaçari e iniciou a construção da barragem de Pedra do Cavalo. Nesse mesmo período,

assumiu a Reitoria da UFBA o médico Augusto da Silveira Mascarenhas. (TAVARES, 2001).

O governo militar não inovou em matéria de política econômica. De acordo com Kinzo (2001), excetuando-se os três primeiros anos em que os esforços foram concentrados para conter as altas taxas de inflação, a política econômica seguiu o mesmo modelo vigente, desde o governo Vargas. O chamado milagre brasileiro do período 1967-73 teve como sustentáculo os resultados obtidos com a política de estabilização de 1964 a 1967 e o modelo de substituição de importações, que reservava ao Estado um papel empreendedor ainda mais importante.

Por volta de 1974, a despeito dos sinais de que o milagre havia se desfeito, manifestos pelo impacto que a crise mundial do petróleo exerceu no Brasil, o mesmo caminho continuou a ser seguido com ambiciosa política de substituição de importação de bens de capital e matérias primas, sustentada por investimentos do setor público e por empréstimos estrangeiros. Esse caminho teve êxito, ao garantir altas taxas de investimento e ao fazer da experiência brasileira de regime militar-autoritário um caso de desempenho econômico bem-sucedido, porém foi responsável por sérios desequilíbrios, e os problemas econômicos que haviam provocado a intervenção militar de 64, inflação alta e estagnação econômica, ressurgiram com mais intensidade, permanecendo como pano de fundo do processo de transição política. Depois do auge do arbítrio, vivido no Governo Médici, pareceu necessário aos moderadores retomar o controle da situação, por meio de processo inicial chamado de “distensão política”, depois conhecido como abertura, capitaneado pela dupla Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva.

Em 15 de novembro de 1979, assumiu o governo do Estado da Bahia, para um segundo mandato, Antônio Carlos Magalhães. Tavares (2001) realiza uma pequena digressão sobre o quadro político, a fim de se entender o seu desdobramento na Bahia. O general João Figueiredo assumiu a Presidência da República, em 15 de março de 1979, proclamando o propósito de fazer deste país uma democracia, inaugurando a “abertura”, nova etapa para a reconquista da legalidade democrática no Brasil. A 27 de junho, o governo do Presidente Figueiredo enviou ao congresso a proposta de anistia que, apesar de incompleta, foi aprovada com o apoio do MDB, permitindo que os exilados voltassem à pátria. Na sequência da “abertura”, é remetida ao Congresso proposta de reforma partidária, aprovada em 29 de setembro, que extinguiu o bipartidarismo. Em novembro de 1982, foi eleito

para o governo do Estado o deputado federal João Durval Carneiro, último governador baiano do período dos governos militares.

Os fatores que influenciaram o processo de democratização assentaram-se em bases de duas naturezas: uma com as instituições políticas sob as quais o governo militar operava e, a outra, de domínio econômico, refere-se ao modelo de desenvolvimento seguido e suas consequências. No âmbito da política, emerge uma situação paradoxal. Por um lado, tratava-se de um regime tipicamente militar, no sentido de que as Forças Armadas, enquanto instituição, passavam a dirigir o país, depois do golpe civil-militar que depôs o Presidente João Goulart, em 1964, situação que levaria a instituição militar a conflitos internos entre moderados e radicais, durante os 21 anos de governo militar, pela disputa do poder político, o que teria consequências não apenas na coesão interna da organização, mas também em toda dinâmica política. Por outro lado, manteve em funcionamento os mecanismos e procedimentos de uma democracia representativa: o Congresso e o Judiciário, ainda que com poderes drasticamente reduzidos e de vários de seus membros serem expurgados; manteve a alternância na Presidência da República; permaneceram as eleições periódicas, embora sob controle de várias naturezas; os partidos continuaram em funcionamento, apesar de as atividades partidárias serem drasticamente limitadas. Em síntese, era um arranjo que combinava traços característicos de um regime militar autoritário com outros típicos de um regime democrático, o que gerou sucessivas crises políticas que acompanharam o regime, com fases de repressão e liberação, permeadas por crises dentro do exército e entre esses grupos e a oposição democrática. Essa situação teve grande impacto na maneira como se deu a transição (KINZO, 2001).

A transição para a democracia aconteceu num processo lento e gradual de liberalização, em que transcorreram 11 anos para que os civis retomassem o poder e outros cinco anos para que o Presidente da República fosse eleito por voto popular. Kinzo (2001) divide esse processo em três fases: a primeira, de 1974 a 1982, período em que a dinâmica da transição estava sob total controle dos militares; a segunda, de 1982 a 1985, caracterizada pelo domínio militar, mas com participação de atores civis no processo político; e a terceira fase, de 1985 a 1989, os militares deixam de deter o papel principal, sendo substituídos pelos políticos civis, havendo também participação de setores organizados da sociedade civil.

O início de um novo período é marcado pela ascensão do general Ernesto Geisel à presidência da República, que decide que o caminho mais seguro para devolver a democracia ao país seria uma distensão lenta e gradual. Durante seu governo, Geisel nomeia para a presidência da Eletrobrás, Antonio Carlos Magalhães, cargo que lhe permitiu influir nas decisões que conduziram a construção do Pólo Petroquímico de Camaçari.

O curso do processo de transição foi influenciado por vários fatores. O primeiro fator foram as eleições de 1974, em condições mais livres, com a censura à imprensa, parcialmente revogada, a valorização das eleições legislativas com liberação da propaganda eleitoral, permitindo a realização de debates, nas tevês e rádios, indicavam que as declarações do Presidente eram algo mais do que promessas de retorno à democracia, resultando num surpreendente desempenho eleitoral do partido de oposição (MDB), evidenciando que o MDB criado para ser parceiro da ARENA, no bipartidarismo de fachada, instituído pelo regime, havia se tornado um instrumento efetivo de oposição democrática, a ser utilizado não apenas na arena eleitoral, mas também, no processo político mais amplo. O segundo fator era a instituição militar e seu conflito interno. Os militares necessitavam se retirar da vida política, a fim de preservar a própria instituição, porém, a iniciativa de Geisel intensificaria o conflito dentro das Forças Armadas, tornando mais agressiva a reação da chamada linha-dura contra a abertura do regime. A intensificação na reação policial, empreendida pela linha-dura no comando militar de São Paulo, em 1975-76 foi, declaradamente, uma reação à política de liberalização de Geisel. Tratava-se, portanto, de neutralizar as pressões internas dos militares contra a distensão, de modo que eles não minassem o comando político de Geisel e não interferissem na questão da sucessão presidencial.

Geisel foi bem sucedido ao lidar com ambos os problemas, de um lado, puniu com cassação do mandato alguns parlamentares de postura oposicionista mais aguerrida, alterou leis eleitorais e procedimentos para controlar a oposição, apaziguando os militares da linha-dura; de outro lado, reagiu à radicalização dos militares da linha-dura, demitindo o comandante das Forças Armadas de São Paulo, após a morte por tortura de um jornalista e de um trabalhador metalúrgico, reafirmando assim seu comando absoluto sobre o processo político. “Geisel conseguiu não apenas dar continuidade à transição política de distensão, como também controlar o processo sucessório.” (KINZO, 2001, p. 3).

O terceiro fator que influenciou o processo de transição foi o problema econômico. Frente à primeira crise mundial de petróleo o Presidente Geisel adotou uma postura contrária a da maioria dos países afetados e implementou uma política de expansão econômica, através do aprofundamento do modelo de substituição de importações, envolvendo investimento estatal significativo, nos setores de energia e infra-estrutura, às custas de grandes empréstimos estrangeiros. Essa política foi mantida nos primeiros anos da administração de Figueiredo, o que significava que as contas externas e a inflação continuavam a crescer. A partir daí, a crise econômica acompanhou a transição política e os governos democráticos que lhe seguiram.

A liberalização teve avanço significativo em janeiro de 1978, quando o Presidente Geisel extinguiu o AI-5, o mais violento ato de arbítrio da História do Brasil

O general João Figueiredo assumiu a Presidência da República em 15 de março de 1979, mesmo ano em que Antônio Carlos Magalhães retomou ao governo do Estado, com o “[...] inabalável propósito de fazer deste país uma democracia”. Assim, se inaugurava a abertura, nova etapa para a reconquista da legalidade democrática no Brasil. Cresce no país o movimento pela anistia dos presos políticos e sob a presidência do General Perí Bevilacqua, instalou-se no Rio de Janeiro o Comitê Brasileiro pela Anistia. A 27 de junho, o Presidente Figueiredo remeteu ao Congresso a proposta de anistia “limitada e recíproca” e, apesar de ser incompleta, foi aprovada e sancionada, no dia 28 de agosto, permitindo a reintegração à vida pública de políticos exilados e de ativistas de esquerda punidos pelo regime militar. Milhares de exilados voltaram à pátria e foram recebidos com manifestações festivas.

Na sequência da abertura, o Presidente Figueiredo remeteu para o Congresso a proposta de reforma partidária, aprovada a 29 de setembro. A nova Lei partidária pôs fim ao bipartidarismo compulsório, criado em 1966, levando à criação de novos partidos. A reforma partidária representou importante avanço no processo de liberalização, mas foi também uma estratégia do governo para dividir a oposição e, assim, manter a transição sob controle e garantir que o próximo presidente fosse eleito via Colégio Eleitoral e não por sufrágio universal.

6.2 A consolidação da UFBA no tempo

A Universidade Federal da Bahia originou-se no Real Colégio da Bahia, fundado pelos jesuítas no século XVI, o qual diplomava bacharéis, licenciados e mestres em artes, letras e filosofia. No decurso dos séculos, criou-se o primeiro curso superior de cirurgia e obstetrícia, autorizado pelo príncipe regente, quando de sua passagem pela cidade de Salvador no ano de 1808, sendo denominada Escola de Cirurgia da Bahia, primeiro núcleo de estudos superiores no Brasil e, mais tarde, Faculdade de Medicina da Bahia que, ao longo do século XIX, abriga os cursos de Farmácia (1832) e Odontologia (1864).

Em 8 de abril de 1946, o Decreto-Lei nº 9.155 institui a Universidade da Bahia, reunindo as seguintes escolas e faculdades isoladas, já existentes:

- Faculdade de Medicina, fundada em 1808 com a denominação de Escola de Cirurgia e Escolas Anexas de Odontologia e Farmácia;
- Escola Politécnica, criada em 1897, pelo Instituto Politécnico da Bahia, funcionou como entidade particular até 1934, passando a ser mantida pelo Estado da Bahia, em 1938, e retornando ao domínio da União em 1946;
- Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis, fundada em 1905, com o nome de Escola Comercial da Bahia, mantida por fundação; a partir de 1931, iniciou com o curso de Administração e Finanças, substituído pelos cursos de Ciências Econômicas e Contábeis e Atuariais, em 1934, quando passou a denominar Faculdade de Ciências Econômicas;
- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, fundada em 1941, com o nome de Faculdade de Filosofia da Bahia;
- Escola de Belas Artes, criada em 1877, com o nome de Academia de Belas Artes da Bahia;
- Escola de Enfermagem, criada pelo Decreto nº 8.779, de 22/01/1946.

Três anos mais tarde, em 1949, são criadas as:

- Faculdade de Farmácia, desmembrada da Faculdade de Medicina, onde funcionava como Escola anexa desde 1925 e o curso instituído em 1832;
- Faculdade de Odontologia, desmembrada do curso de Odontologia criado em 1846, vinculado à Faculdade de Medicina;

Na década de 1950 são criadas:

- A Escola de Biblioteconomia e Documentação, fundada em 1954, a partir do Curso livre de Biblioteconomia criado em 1942, foi reestruturada, em 1968, e reunida à Escola o Curso de Jornalismo ministrado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, passando a ser denominada Escola de Biblioteconomia e Comunicação; e, em 1998, teve sua denominação modificada para Instituto de Ciência da Informação;
- Escola de Nutrição, criada em 1956, funcionando nas dependências do Hospital das Clínicas;
- A Faculdade de Direito, criada em 15 de abril de 1891, com o nome de Faculdade Livre de Direito da Bahia, pelo Decreto nº 1.232 como escola particular, mantida pela Fundação Faculdade de Direito, é integrada a UFBA, no ano de 1957.
- A Escola de Administração, criada em 1959, com o desmembramento do Curso de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas,
- A Faculdade de Arquitetura, criada em 1959, desmembrada do curso de Arquitetura da Escola de Belas Artes, existente desde 1950 (Cadastro dos Órgãos da UFBA, 1981).

Em 1965, ocasião em que foi uniformizada a designação dos Centros Universitários mantidos pela União (Lei nº 4.759/65), a Instituição passou a chamar-se Universidade Federal da Bahia e, no ano de 1967, são integradas à universidade:

- A Escola de Medicina Veterinária, criada em 1951;
- A Escola de Agronomia, originária do Imperial Instituto Baiano de Agricultura, criado em 1859, que se desmembrou da UFBA, originando a Universidade Federal do Recôncavo Baiano.

Em 1968, em decorrência da reforma do sistema universitário, a Universidade Federal da Bahia teve sua estrutura definida pelo Decreto nº 62.241/68, de 8 de fevereiro, quando passou a ser constituída por unidades de ensino compostas pelas Faculdades e Escolas já existentes e pelos seguintes Institutos e Escolas criados e incorporados, através deste dispositivo legal:

- Instituto de Biologia;
- Instituto de Ciências da Saúde;
- Instituto de Física;

- Instituto de Geociências;
- Instituto de Letras, originário do Curso de Letras da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas;
- Instituto de Matemática,
- Instituto de Química,
- Faculdade de Educação,
- Escola de Música e Artes Cênicas, integrando os Seminários Livres de Música, Escola de Dança e Escola de Teatro.

No decorrer dos anos, são criadas, a partir do desmembramento de cursos ou unidades já existentes:

- Faculdade de Comunicação, desmembrada da Escola de Biblioteconomia e Comunicação, em 1986;
- Escola de Teatro, a partir da Escola de Música e Artes Cênicas, em 1988, um dos primeiros cursos universitários do gênero no País;
- Escola de Dança, desmembrada da Escola de Música e Artes Cênicas, em 1988;
- Escola de Música, desmembrada da Escola de Música e Artes Cênicas em 1988;
- Faculdade de Ciências Contábeis, a partir da Faculdade de Ciências Econômicas, em 1996;
- Instituto de Saúde Coletiva, a partir do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina, no ano de 1995.

Durante o processo de interiorização e expansão da universidade, são criados:

- Instituto Multidisciplinar em Saúde, em 2006;
- Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável, em 2006;
- Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, em 2008;
- Instituto de Psicologia, desmembrado do Curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, em 2008.

A universidade constituiu, a partir de sua institucionalização em 1946, outros órgãos que foram denominados, em 1968, como órgãos suplementares:

- HUPES - O Hospital Universitário foi criado como Hospital das Clínicas, em 1949, e inaugurado, em 1950, na época, um dos mais modernos da América

do Sul e pioneiro na área de saúde pública. Como um tributo ao reitor, o hospital foi nomeado, em 1963, como Hospital Professor Edgar Santos, passando, mais tarde, a Hospital Universitário Professor Edgard Santos e, atualmente, Complexo Hospitalar Universitário Professor Edgard Santos;

- Maternidade Climério de Oliveira, criada em 29/07/1909, com o nome Maternidade da Bahia, sendo anexada à Faculdade de Medicina como Maternidade da Bahia e, mais tarde, passando a ser denominada Maternidade Climério de Oliveira. É incorporada à UFBA, em 1968, vinculada à Faculdade de Medicina;
- MAS – Criado em 1959 – vinculado à Reitoria com sede no antigo Convento de Santa Tereza, devido à manutenção de Convênio com a Arquidiocese de Salvador;
- NST – Núcleo de Serviços Tecnológicos – criado em 1968, vinculado à Escola Politécnica.
- HOSPMEV – Hospital Veterinário Renato de Medeiros Neto, criado em 1968, vinculado à Escola de Medicina Veterinária;
- BC – Biblioteca Central, que teve como núcleo inicial do seu acervo a coleção SCIB (Serviço Central de Informações Bibliográficas), fundado em 1953, criado como órgão suplementar da UFBA, em 1968, visando coordenar todas as atividades bibliotecárias e documentais da Universidade, com a finalidade de adquirir, organizar, difundir a documentação bibliográfica e audiovisual necessária aos cursos e demais atividades universitárias; proporcionar serviços bibliográficos e de informação, coordenação e supervisão das atividades das bibliotecas das unidades; de manter intercâmbio com as instituições nacionais e internacionais.
- CEAO – Centro de Estudos Afro-Orientais, criado em 1968, vinculado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, com o objetivo de realizar pesquisas relativas a áreas culturais africanas e asiáticas e suas relações com o Brasil.

Na década de setenta, foram criados:

- CRH – Centro de Recursos Humanos, originário do Programa de Recursos Humanos da UFBA, existente desde 1969, passou a órgão suplementar em

06/12/73, vinculado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, para realizar pesquisas sobre recursos humanos;

- CEB – Centro de Estudos Baianos, criado em 1974, através da Resolução nº 05/74 do Conselho Universitário, para realizar estudos sobre a cultura baiana, vinculado à Reitoria;
- ISP – Instituto Interdisciplinar para o Setor Público, criado em 1964, como Instituto de Serviço Público, passou a órgão suplementar subordinado à Reitoria, em 1974, através da Resolução n. 06, do Conselho Universitário, com o objetivo de desenvolver estudos voltados para aperfeiçoamento do desempenho político, administrativo e econômico e social do setor público;
- CPD – Centro de Processamento de Dados, criado em 1975 através da Resolução 01/75 do Conselho Universitário como Centro de Computação;
- Museu de Arqueologia, inaugurado em 1983;
- Museu Afro-Brasileiro, inaugurado em 07 de janeiro de 1982, originou-se no Programa de Cooperação Cultural do Brasil e países da África, através de convênio firmado entre o Ministério das Relações Exteriores e da Educação e Cultura, Governo da Bahia e Prefeitura de Salvador.

No ano de 2009, com aprovação do novo Estatuto da UFBA, os órgãos suplementares então existentes passaram a integrar os Órgãos Estruturantes da Universidade, vinculados à Reitoria, constituindo os seguintes sistemas:

- Sistema Universitário de Tecnologia da Informação;
- Sistema Universitário Editorial;
- Sistema Universitário de Saúde;
- Sistema Universitário de Bibliotecas;
- Sistema Universitário de Museus (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2009).

Da sua instituição até os dias atuais, a Universidade Federal da Bahia foi dirigida por treze Reitores:

EDGARD SANTOS – Reitor de 1946 a 1961

Filho do advogado João Pedro dos Santos, deputado federal pela Bahia em várias legislaturas e secretário de diferentes pastas, Edgard Santos nasceu em 08 de janeiro de 1894, diplomou pela Faculdade de Medicina da Bahia e defendeu sua

tese de doutorado em Ciências Médico-Cirúrgicas, no ano de 1917. Iniciou sua carreira docente na Faculdade de Medicina da Bahia como catedrático interino de Patologia Cirúrgica, em 1925, e obteve sua nomeação efetiva para o cargo, no final de 1927, quando realizou Concurso de provas e títulos, com apresentação de duas teses uma de livre escolha e uma de tema sorteado no Rio de Janeiro, Capital Federal, que centralizava as decisões a esse respeito. Foi indicado para a Direção da Faculdade de Medicina e nomeado pelo Presidente da República, na época, Getúlio Vargas, sendo empossado em 1º de setembro de 1936.

Foi Ministro de Estado da Educação e Cultura por curto período, de junho de 1954 até o suicídio do então Presidente Getúlio Vargas.

Recebeu o Título de *Doutor Honoris Causa* pela Universidade de Coimbra e pela Universidade de Lisboa.

Teve uma atuação marcante nos campos da educação e cultura na Bahia das décadas de 30, 40 e 50, concentrada, particularmente, nas seguintes realizações:

- criação da Universidade Federal da Bahia;
- inovações no domínio das artes, envolvendo a formação e aperfeiçoamento de jovens artistas, a exemplo da instalação dos seminários de música, que conduziu a formação da Orquestra Sinfônica da Universidade, programa de teatro e instalação de sala de espetáculo, denominada Teatro Santo Antônio, atividades de dança;
- criação, na Reitoria, de uma biblioteca de referência que deu origem à Biblioteca Central da Universidade;
- transformações nas atividades hospitalares, resultando na implantação de dois hospitais de grande porte em Salvador – o Pronto Socorro, depois Hospital Getúlio Vargas e o Hospital das Clínicas;
- assistência aos estudantes da Universidade ao proporcionar residência, alimentação, viagens de caráter cultural, atenção a saúde.
- valorização da enfermagem de nível superior;
- durante o período em que esteve à frente da Universidade, construiu diversos edifícios, como o prédio da Escola de Enfermagem, o prédio do Hospital das Clínicas, o Palácio da Reitoria, o prédio da Faculdade de Direito, o prédio da Escola Politécnica, o prédio da Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis, localizado no largo da Piedade,
- criou o Museu de Arte Sacra, recuperando o prédio, visando à fidelidade à arquitetura que reproduzia a construção existente em Évora, Sul de Portugal.

- assumiu a Presidência do Conselho Federal de Educação, no final do ano de 1961, após deixar a Reitoria da Universidade Federal da Bahia, vindo a falecer no ano seguinte, em decorrência de uma embolia pulmonar, quando se recuperava de uma intervenção cirúrgica, realizada no Hospital São José no Rio de Janeiro. Foi velado no Ministério da Educação e Cultura e ao chegar em Salvador, na Reitoria, sendo sepultado no Cemitério do Campo Santo. Anos mais tarde, em 1969, os restos mortais foram trasladados para a capela do Convento de Santa Tereza (SANTOS, 1993).

ALBÉRICO PEREIRA FRAGA — Reitor de 1961 a 1964

Nasceu em Muritiba-BA, em 29 de março de 1904, advogado e professor universitário, formou-se pela Faculdade de Direito da Bahia, em 1927. Exerceu a advocacia em Salvador-BA e, mais tarde, tornou-se professor catedrático de Direito Judiciário Civil na Faculdade de Direito da Bahia (1937-1945).

Exerceu o cargo de Oficial de gabinete dos Governadores baianos Francisco de Góis Calmon (1924-1928) e Vital Soares (1928-1930), durante a República Velha. Deputado Estadual Constituinte (1935-1937). Após a Constituinte de 1946, tornou-se Secretário do Interior e Justiça da Bahia, no governo de Otávio Mangabeira (1947).

Foi membro da Sociedade de Amigos da América e Presidente do Instituto dos Advogados da Bahia, colaborou com revistas jurídicas, publicou: Informações sobre caixas rurais Raiffeisen (1925); O estado de sítio na prática constitucional brasileira (1927); Do Poder Legislativo (1928) e Recurso extraordinário (1936).

Como constituinte, concentrou sua atuação na defesa da autonomia municipal, na crítica à centralização político-administrativa, herdada do Estado Novo e na apresentação de emendas aos dispositivos, referentes à organização do aparelho judiciário e ao funcionamento das instituições representativas.

Também se manifestou favorável à intervenção do Estado, para solucionar o problema da Educação, tendo participado dos debates travados em plenário sobre o assunto e foi ainda contra a manutenção dos Conselhos Administrativos dos Estados até a promulgação das Constituições estaduais (SOARES, 1998).

MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA SOBRINHO – Reitor de 1964 a 1967

Nasceu em Salvador, em 2 de maio de 1912, sendo seus pais Francisco Marques de Góes Calmon (mais tarde, Governador da Bahia, de 1926 a 1930) e de

D. Julieta Maia de Góes Calmon, descendendo de ilustre família baiana, que inclui entre seus ascendentes figuras de vulto na vida brasileira, entre elas, o Marquês de Abrantes, Ministro do Império e o Dr. Miguel Calmon Du Pin e Almeida, destacado político e ministro republicano. Diplomado em Engenharia Civil, na Escola Politécnica da Bahia, realizou cursos de especialização na École de Ponts et Chaussées e na École Centrale, em Paris. De volta a Salvador, assumiu a Divisão Técnica do Departamento de Municipalidades, prestou Concurso para Livre Docência na cadeira de Materiais de Construção da Escola Politécnica da Bahia; mais tarde realizou Concurso para Titular da Cadeira de Materiais de Construção da Escola Politécnica da Bahia. Presidiu o Banco Econômico da Bahia, durante 22 anos. Foi eleito Diretor da Associação Comercial da Bahia, em 1944, sendo reconduzido por diversos períodos até o ano de 1956. Em 1958, foi eleito Deputado Federal pela Bahia e exerceu seu mandato primeiro no Rio de Janeiro e, em seguida, em Brasília.

De 1962 a 1963, exerceu o cargo de Ministro da Fazenda, no regime parlamentarista, então vigente no Brasil, sob o comando de João Goulart (Jango); em seguida, voltou ao Banco Econômico da Bahia como Diretor-Superintendente.

No ano de 1964, foi nomeado, pelo Presidente da República, para o cargo de Reitor da Universidade Federal da Bahia e tomou posse em 1º de julho. Como Reitor lançou as bases de uma ampla reforma da Universidade Federal da Bahia. Em 1966, presidiu as festividades do 20º aniversário da UFBA, durante as quais foi instalado o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, sendo eleito primeiro Presidente do Conselho. Faleceu em 7 de maio de 1967, às vésperas de completar o triênio do seu Reitorado (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1969).

ROBERTO FIGUEIRA SANTOS – Reitor de 1967 a 1971

Nasceu em 15 de setembro de 1926, filho de Reitor Edgard Santos, diplomou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, cumpriu bolsa na Universidade de Cornell. Regressando para a Bahia, defendeu tese para doutor em Ciência Médica Cirúrgica, na Faculdade de Medicina. Saiu da Bahia para nova bolsa de pesquisa e estudo na Universidade de Cambridge. Em 1955, iniciou sua carreira docente após submeter-se a Concurso para catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia.

Exerceu o cargo de Secretário de Saúde do governo Luiz Viana Filho. Com a morte inesperada do reitor da UFBA, deixou a Secretaria de Saúde para se candidatar ao cargo de Reitor da Universidade Federal da Bahia, sendo eleito e nomeado.

No seu reitorado, foi implantada na UFBA a reforma do ensino superior ainda vigente. Dedicado à administração da Universidade, criou os seus primeiros cursos de pós-graduação e estimulou e apoiou a pesquisa em suas diversas faculdades, instituto e escolas. Ocupou a Presidência do Conselho Federal da Educação, quando foi indicado para governador da Bahia. Como Governador, ocupou-se com o progresso da economia baiana, apoiou o centro industrial de Aratu e abriu as primeiras vias de acesso e escoamento, construiu o hospital modelo no bairro do Cabula, que leva o seu nome (TAVARES, 2001).

LAFAYETTE DE AZEVEDO PONDÉ – Reitor de 1971 a 1975

O ministro Horácio de Senna Pires registrou, durante a abertura da Seção Especializada em Dissídios Individuais- subseção 1 do Tribunal Superior do Trabalho, os 100 anos de existência do professor Lafayette Pondé. Nascido em Salvador, a 12 de março de 1907, Lafayette Pondé cursou a Faculdade Livre de Direito da Bahia, colando grau em 8 de dezembro de 1929. Foi Promotor de Justiça por curto período, a partir de 1932, dedica-se à advocacia. Exerceu a Procuradoria-Geral do Estado de 1935 a 1938, foi Secretário de Estado do Interior e Justiça de 1938 a 1941.

Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, no ano de 1942, assumiu a Presidência daquele colegiado, em 1949. Desligou-se, em seguida, para dedicar-se integralmente ao magistério. Lecionou nas Faculdades de Direito, de Filosofia, de Economia e Administração da Universidade Federal. Foi diretor da Faculdade de Economia e da Faculdade de Administração, que ajudou a implantar. Membro do Conselho Universitário, viria integrar o Conselho Federal de Educação, cuja presidência alcançou em 1974.

Sócio-fundador da Academia de Letras Jurídicas da Bahia, presidiu-a de 1996 a 1998. Integrou a Academia Bahiana de Educação e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Foi consultor jurídico da Associação Comercial da Bahia e Conselheiro da Seção local da Ordem dos Advogados.

Faleceu na madrugada do dia 26 de março de 2008, em idade centenária. Seu corpo foi velado no Salão Nobre da Reitoria e sepultado no Cemitério do Campo Santo (PIRES, 2007).

AUGUSTO DA SILVEIRA MASCARENHAS - Reitor de 1975 a 1979

Nascido na capital baiana, a 19 de agosto de 1916, o nome do Professor Augusto Mascarenhas consta da relação dos graduados em Medicina, apresentados na obra *Formandos de 1812 a 2008* pela Faculdade de Medicina da Bahia, no ano de 1939, 123ª Turma, na qual é citado como 6º Reitor da Universidade Federal da Bahia, Professor Catedrático (Lente) da Cadeira Propedêutica Médica. Defendeu tese de Concurso para a cátedra com o título “Eixos elétricos espaciais, um estudo referente ao eletrocardiograma humano”, no ano de 1949, e no ano seguinte iniciou sua carreira docente (TAVARES NETO, 2008)

Na *home page* da Sociedade Brasileira de Cardiologia – Seção Bahia seu nome figura como Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia, no período de 1954 e 1955.

Ministrou aulas no 1º Mestrado em Medicina Interna do Programa de Pós-Graduação em Medicina e Saúde da Faculdade de Medicina da Bahia – UFBA, que registra seu nome como professor-fundador do Programa no ano de 1971. Dois anos mais tarde o *Diário de Notícias* publicou uma matéria com o título “Vice Reitor Confiante no Resultado das pesquisas na UFBA” na qual apresentava o Vice Reitor Augusto da Silveira Mascarenhas como executor do Convênio entre a Universidade e a Fundação Rockefeller.

Publicou, através da Imprensa Universitária da UFBA, as obras: *A Problemática da Universidade*, em 1974; *Os Programas de desenvolvimento comunitário*, em 1978.

LUIZ FERNANDO SEIXAS DE MACEDO COSTA - Reitor de 1979 a 1983

Sergipano, nascido em 1925, graduou-se em Medicina pela Universidade Federal da Bahia em 1949, foi agraciado com o Prêmio Manoel Vitorino, conferido ao aluno que obtém a melhor média. Realizou vários cursos de aperfeiçoamento e Curso de Especialização sobre Fisiologia na Universidade de Washington – USA, Curso de Especialização sobre determinação Biológica do valor nutritivo dos alimentos em instituições nacionais e internacionais.

Defendeu Tese de doutorado em Ciências Médico-Cirúrgicas, na UFBA, em 1955. Inicia sua carreira como docente livre de Fisiologia em 1956, depois assistente de Fisiologia da Faculdade de Medicina da UFBA e, posteriormente, como Professor Regente da Cátedra de Fisiologia. Foi Chefe do Departamento de Fisiologia no ano de 1971, professor da cadeira de Biologia da Faculdade Católica de Filosofia da Bahia, em 1953; Professor da disciplina Fisiologia da Nutrição na Escola de Nutrição da UFBA de 1956 a 1957; Professor Catedrático de Terapêutica Clínica da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, no ano de 1958; Professor Titular, por Concurso de Fisiologia, no Instituto de Ciências da Saúde em 1971.

Também foi Professor Honorário da Universidade Federal do Maranhão. Foi Presidente eleito da Academia de Medicina da Bahia.

Foi condecorado pelo Governo da Bahia com a “Ordem do Mérito da Bahia, 1980; Condecorado pelo Governo Francês com “Chevalier de La Legion D'honneur”, 1983; condecorado com a Medalha do Rio Branco “Chancelaria da Ordem do Rio Branco” no grau de Grande Oficial – Ministério das Relações Exteriores – Brasília, em 1982. Recebeu o Título de cidadão baiano pela Assembléia Legislativa do Estado.

No período em que esteve à frente da Universidade, criou a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão; implantou o Projeto produtivo, investimento realizado em Cruz das Almas, com o propósito de tornar produtiva a gleba de 1600 hectares da Escola de Agronomia; inaugurou o 4º pavilhão do Instituto de Geociências, onde a UFBA celebrou convênio, envolvendo a Petrobrás, CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia e a SESU – Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação; inaugurou o CPD - Centro de Processamento de Dados da UFBA, que servia não só ao Departamento de Ciências de Computação, como também à coletividade baiana, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Salvador, através de convênios, utilizavam o CPD da UFBA. Inauguração do Instituto de Matemática. Inauguração do Pavilhão de Aulas construído para abrigar 2.000 estudantes. Inauguração do Restaurante Universitário (R.U.) .Inauguração da Biblioteca Central.

Foi outorgado ao Reitor Macedo Costa o Título de Professor Emérito *Post Mortem*, no ano de 1988 (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1988).

GERMANO TABACOF – Reitor de 1984 a 1988

Nasceu em Salvador, no dia 29 de dezembro de 1931. Graduiu em Odontologia pela Universidade Federal da Bahia, em 1952. Ministrou aulas de Física e Química na Escola Técnica Comercial Feminina da Bahia, de 1955 a 1961, e aulas de Ciências Físicas e Biológicas, de 1962 a 1969. Iniciou sua carreira como docente do ensino superior, em 1954, na cadeira de Dentística Operatória da Faculdade de Odontologia da UFBA, contratado como assistente de ensino da cadeira de Fisiologia da Faculdade de Odontologia da UFBA; Livre Docente na área de Fisiologia e Técnica Odontológica da Faculdade de Odontologia da UFBA em 1958 e Professor Catedrático da cadeira de Dentística Operatório da Faculdade de Odontologia da UFBA, através de Concurso.

Foi Chefe do Departamento de Medicina Oral e Clínica, de 1969 a 1971; Assessor do Reitor para Assuntos de Ensino, em 1980; Substituto do Vice-Reitor eleito pelo Conselho Universitário, em junho de 1981; Membro do CRUB. Publicou inúmeros trabalhos em periódicos. Recebeu a Medalha de Mérito Educacional Barão de Macaúbas – Secretaria de Educação – Bahia – março 1987. Professor *Honoris Causa* da Universidade do Maranhão - 1987. Recebeu o título de Professor Emérito da UFBA; Membro da Associação Brasileira de Cirurgia; Sócio fundador do Instituto Brasileiro de Investigação de Patologia da Boca, Secretário do Instituto Brasileiro de Investigação de Patologia da Boca; Sócio Honorário da Associação Brasileira de Odontologia – (Secção Bahia).

Foi presidente do Conselho Estadual de Educação, de 1987 a 1988. Eleito vereador, cumpriu mandato de 1992 a 1996 (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1996).

JOSÉ ROGÉRIO DA COSTA VARGENS – Reitor de 1988 a 1992

Baiano, nascido na cidade de Salvador, em 15 de julho de 1942, diplomou-se pela Escola Politécnica, no ano de 1969, em Engenharia Civil e, em seguida, realizou estudos de pós-graduação no LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Lisboa, Portugal. Especializou-se em Organização e Administração de Educação Técnica pela Universidade de Manchester, na Inglaterra. Foi subsecretário de Ciência e Tecnologia do Estado, membro e Presidente do Conselho Estadual de Educação, por dois períodos consecutivos (FARIA, 2004, p.160).

Iniciou a carreira docente como professor do Departamento de Ciência e Tecnologia dos Materiais, em 1973; lecionou disciplinas vinculadas aos cursos de Engenharia Civil, Minas e Arquitetura. Na carreira acadêmica, dirigiu a Escola Politécnica, no período de 1980 a 1984; coordenou o colegiado do Curso de Engenharia de Minas, de 1977 a 1981.

Em junho de 1983, teve seu nome indicado para compor a lista sêxtupla para escolha do Reitor da UFBA, cargo que veio a ocupar, no ano de 1988, para um mandato de 04 anos. Aposentou-se três anos após a conclusão de seu mandato, no ano de 1995 (VARGENS, Arquivo pessoal).

ELIANE ELISA DE SOUSA E AZEVEDO – Reitora de 1992 a 1993

Professora Emérita da UFBA, a Reitora Eliane Elisa de Sousa e Azevêdo, nasceu em 12 de março de 1936, em Tanquinho-BA. Diplomou-se em Medicina, pela Faculdade de Medicina, sendo, durante o curso, médica estagiária do Núcleo de Medicina Experimental, sob orientação do professor Roberto Santos. Graduou-se no ano de 1961 e realizou residência médica no Hospital das Clínicas, no ano de 1962. Obteve o título de Doutorado em Genética pela University of Hawai – USA, em 1969, e Pós-doutorado pela University of London – England, em 1973,

Contratada para o cargo de Professor Assistente da FAMEB - Faculdade de Medicina da Bahia-UFBA, instituiu o Laboratório de Genética Médica, no Hospital das Clínicas, referência nacional na área. Chefiou o serviço de 1969 a 1975. Em 1975, defendeu a Tese “O sistema genético das desidrogenases alcoólicas em mestiços da Bahia e em brancos europeus”; obteve por Concurso o cargo de Professor Titular de Genética Médica da FAMEB-UFBA.

Exerceu vários cargos em organismos acadêmicos e de fomento à produção científica. Instituiu e foi responsável por inúmeras disciplinas, coordenou programas de pós-graduação e dirigiu o Departamento de Medicina Preventiva. Em 1984, foi eleita no Colégio Eleitoral, após consulta à comunidade, para compor a lista sêxtupla de nomes para a Vice-Reitoria, tendo exercido o cargo de Vice-Reitora na Gestão do Reitor Germano Tabacof, no período 1984-1988.

Na condição de vice-reitora da Ufba, propôs ao Presidente do CNPq, Prof. Crodovaldo Pavan, a criação, em caráter experimental, do Programa Institucional de

Iniciação Científica – PIBIC, aprovado pelo órgão, em 1986, para outras universidades.

No ano de 1988, encabeçou a lista sêxtupla para Reitor da Universidade, após consulta à comunidade acadêmica, não sendo nomeada; participou novamente do processo sucessório para a Reitoria da Universidade, escolhida e nomeada tomou posse, em abril de 1992 e permaneceu no cargo de Reitora até 1993, quando apresentou ao Conselho Universitário carta justificativa e se afastou do cargo.

Em 1994, foi escolhida como Membro Honorário do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Foi membro Titular Fundador da Academia de Medicina de Feira de Santana, da qual foi Presidente. Foi uma atuante coordenadora da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, no início dos anos 80, ainda no período do regime autoritário.

A Reitora Eliane Azevedo teve seu trabalho reconhecido em inúmeras moções públicas e de honra ao mérito: Cidadã da Cidade de Salvador, em 1985; placa dos geneticistas brasileiros que a destaca “[...] pelos grandes serviços prestados à genética brasileira e pelo pioneirismo na Genética Médica em nosso país”; Pesquisadora Homenageada pela SBPC, título dado na 53ª Reunião Anual, em 2001; e o título de Mulher do Século da Assembléia Legislativa da Bahia, em 2002. Recebeu o título de “Professora Emérita” da UFBA, em 2003.

Autora de 11 livros e de quase duas centenas de trabalhos, sua produção científica foi publicada em revistas de renome, mais da metade em periódicos internacionais. A Reitora Eliane Azevedo aposentou-se como Professora Titular de Genética Médica da UFBA e, em 2000, retomou a docência na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), onde realizou Concurso para Professor Titular em Bioética (Uefs), permanecendo até o começo de 2006, quando se aposentou por ter completado 70 anos (JACOBINA).

LUIZ FELIPPE PERRET SERPA – Reitor de 1993 a 1998

Nascido no Rio de Janeiro, em 1935, exerceu atividades relacionadas à educação em várias cidades do Brasil: São José dos Campos (SP), Fortaleza (CE), São Paulo (SP), Brasília (DF), Ouro Preto (MG) e Salvador, por convite do Prof. Edgard Santos, para montar, na UFBA, o Departamento de Física e Geociências.

Dedicou-se à educação, escolhendo como seu *locus* acadêmico a Faculdade de Educação, onde atuou como docente de graduação e pós-graduação. Eleito vice-reitor na gestão da Reitora Eliane Azevedo, ocupou a Reitoria como Reitor *Pro Tempore* por quase um ano, indicado pelo Conselho Universitário e foi eleito Reitor da UFBA, em 1994.

No seu reitorado, foi concebido e implementado o Projeto “UFBA em Campo”, com o objetivo de estreitar os vínculos entre a Universidade e as comunidades periféricas, tanto em Salvador como no interior do Estado. Modernizou a Universidade Federal da Bahia, interligando as unidades da instituição com rede de fibra ótica. De acordo com Barreto (2009), o que possibilitou a realização de tal empreendimento foi o apoio dos dirigentes das unidades universitárias ao projeto, abrindo mão de recursos que deveriam ser destinados às unidades.

Foi Presidente do Conselho de Educação do Estado da Bahia, de 1988 a 1991 e membro do Conselho de Administração da Associação Nacional dos Líderes de Instituições Federais de Ensino Superior, Vice-Presidente da ANDIFES – Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, por dois anos. Nos anos 90, foi declarado cidadão soteropolitano e baiano, respectivamente, pela Câmara de Vereadores e Assembléia Legislativa.

Após concluir seu reitorado, retornou à vida docente, na Faculdade de Educação, até falecer em 15 de novembro de 2003. Em 2004 foi-lhe outorgado, pelo Conselho Universitário da UFBA, o Título de *Doutor Honoris Causa Post Mortem* (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2004).

HEONIR JESUS PEREIRA DA ROCHA – Reitor de 1998 a 2002

Nasceu em Floriano, Piauí em 06 de agosto de 1930. Graduiu-se em Medicina, no ano de 1954, pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, onde também realizou Doutorado em Ciências Médico-Cirúrgicas, em 1958. Tornou-se Professor Catedrático (Cadeira de Terapêutica Clínica), em 1962, quando defendeu Tese sobre o tratamento da pielonefrite. Professor Titular da UFBA e do Hospital São Rafael. Obteve o título de Livre Docente, no ano de 1962, Foi Diretor da Faculdade de Medicina de 1989 a 1993 e Reitor da Universidade Federal da Bahia. Membro de Conselhos Consultivos da PAHO, da National Academy of Sciences (USA), da FIOCRUZ e do Ministério da Saúde. Após sua aposentadoria

compulsória pela UFBA, atuou como Diretor Científico do Hospital São Raphael, em Salvador, BA.

Embora especializado em Nefrologia, o seu interesse em Medicina era bem amplo, tornou-se uma referência clássica na literatura internacional, devido seus estudos sobre nefropatia nas doenças tropicais. Deixou contribuição também no setor da Infectologia, onde fez estudos pioneiros no tratamento das doenças infectuosas. Publicou 205 artigos em revistas nacionais e estrangeiras, 20 capítulos, 04 teses, 03 livros e 180 abstracts.

Colaborou no estabelecimento do Programa Bahia-Cornell que objetivava o intercâmbio de médicos, de estudantes e de pesquisadores entre a Faculdade de Medicina da Bahia e o New York Hospital da Universidade de Cornell, nos Estados Unidos.

Faleceu em 2002, dois anos após sua aposentadoria compulsória (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2003).

NAOMAR MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO – Reitor de 2002 a 2010

Nasceu em Buerarema, Bahia, em 22.03.1952. Gradou em Medicina no ano de 1975 (com Internato em Psiquiatria), realizou Mestrado em Saúde Comunitária, também pela UFBA, em 1977, e Doutorado em Epidemiologia pela Escola de Saúde Pública da University of North Carolina at Chapel Hill, em 1981.

Iniciou sua carreira docente na Faculdade de Medicina da UFBA, em 1982, passando a Professor Titular de Epidemiologia no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, com a realização de Concurso, em 2000. Um dos fundadores e primeiro Diretor do ISC/UFBA (1995-2001), coordenou o Programa de Pós-Graduação em Saúde Comunitária da UFBA, no período de 1984-1990. Pesquisador nível I-A do CNPq, desde 1986, sua produção científica totaliza cerca de 255 trabalhos publicados em periódicos científicos com *peer-review*, além de 19 livros técnicos, sendo 4 no exterior.

Recebeu 16 premiações de âmbito regional, nacional e internacional, destacando-se: Prêmio "Ulisses Pernambucano", Sociedade Brasileira de Neuropsiquiatria e Higiene Mental, 1979; Prêmio "Associação Brasileira de Psiquiatria", 1980 e 1982; Prêmio "Magalhães Neto", Academia de Medicina da Bahia, 1983; Prêmio ACTA, *Fondo para la Salud Mental*, Buenos Aires, 1981;

International Prize in Social Psychiatry, Saragoza, 1988; Prêmio Pesquisador do Ano. UFBA- FAPEX, 1986; Prêmio Roche de Pesquisa sobre Depressão, São Paulo, 1999.

Participou como consultor e/ou coordenador de Comitês de organismos nacionais e internacionais (Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, CNPq, CAPES, Organização Pan-americana da Saúde, Organização Mundial da Saúde). Em 2001, foi Consultor Sênior para a área de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde. Membro e depois Coordenador do Comitê Assessor de Saúde Coletiva do CNPq (1989-1993/ 1998-2001); membro e Chairman do Comitê Científico Assessor da Organização Pan-americana da Saúde (1994 - 1997); assessor do *Advisory Scientific Committee* da Organização Mundial da Saúde (1997); titular do Comitê de Avaliação da CAPES, área de Saúde Coletiva (1997-2001); membro do Conselho Diretor da *Red Determinantes Sociales de la Salud*, REDET – Colégio de las Américas (2000-2001); atualmente, é *fellow do Center for Society & Health da Harvard School of Public Health*.

Atuação internacional: Pesquisador associado em instituições acadêmicas e científicas, como Hospital Marmottan de Paris (1985), *Douglas Hospital Research Center da McGill University*, Canadá (1992-1994), Departamento de Medicina Social da Harvard University, USA (1993) e *Istituto di Etnografia e Antropologia Medica da Universidade de Perugia*, Itália (1994). Ministrou como professor visitante ou associado cursos nas áreas de Antropologia Médica e Metodologia Epidemiológica nas universidades: *University North Carolina at Chapel Hill* (1989), *Case Western University at Cleveland* (1990), *University of California at Berkeley* (1991), *Université de Montréal* (1994-1995) e *Harvard University* (2001-2002).

Atividade científica: epidemiologia de transtornos mentais, particularmente, o efeito de raça, racismo, gênero e classe social sobre a saúde mental. Em sua produção acadêmica, destaca-se uma série de livros-texto sobre o método epidemiológico: *Epidemiologia & saúde* (com Zélia Rouquayrol Rio: Guanabara-Koogan, 6. ed. 2003); *Introdução à epidemiologia* (com Zélia Rouquayrol Rio: Guanabara-Koogan, 4. ed. 2006); e sobre aspectos epistemológicos da epidemiologia: *Epidemiologia sem números* (em português Rio: Campus, 1989; tradução em espanhol Buenos Aires: Paltex/Opas, 1992); *A clínica e a epidemiologia* (Rio: Abrasco/ APCE, 2. ed. 1997); *A ciência da saúde* (São Paulo: Hucitec, 2000); *La ciencia tímida: ensayos hacia la deconstrucción de la epidemiología* (Buenos

Aires: Editorial Lugar, 2000). Reitor da Universidade Federal da Bahia, desde 2002. Desde então, tem focalizado sua produção acadêmica nos estudos sobre a Universidade e sua relação com a sociedade, destacando-se os seguintes livros: *Universidade Nova: Textos Críticos e Esperançosos* (Brasília: Editora UnB, 2007) e, em co-autoria com Boaventura Sousa Santos, *A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova* (Coimbra: Almedina, 2008). <http://lattes.cnpq.br/1706182380230902>.

Atualmente, a UFBA dispõe de quatro *campi* universitários, localizados em três municípios do Estado. Em Salvador, capital do Estado, estão o Campus Ondina/Federação localizado na Av. Ademar de Barros, no Bairro de Ondina, e o Campus do Canela, localizado na Rua Augusto Viana, s/n no Bairro do Canela, onde está a Reitoria. No município de Barreiras-BA, está o Campus Edgard Santos e, no município de Vitória da Conquista-BA, o Campus Anísio Teixeira.

Possui como órgãos executivos, de acordo com o Regimento Geral, aprovado em março de 2010, Reitoria; 8 Pró-Reitorias: Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil; Pró-Reitoria de Extensão; Pró-Reitoria de Ensino de Graduação; Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação; Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento; Pró-Reitoria de Administração, Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas.

Para execução das atividades acadêmicas, conta com 32 Unidades Universitárias, sendo 19 nas modalidades Faculdades ou Escolas, cuja missão é a formação em carreiras acadêmicas, profissionais, tecnológicas e artísticas, e 13, na modalidade Institutos, com a missão de formação acadêmica, em campos científicos gerais ou áreas de conhecimento disciplinares, multidisciplinares e interdisciplinares.

6.3 Missão da UFBA

O Estatuto da Universidade Federal da Bahia estabelece como seus objetivos:

- educar para a responsabilidade social e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento humano com ética, sustentabilidade e justiça;

- gerar e propagar conhecimentos, saberes e práticas no campo das ciências, das artes, das culturas e das tecnologias;
- propiciar formação, educação continuada e habilitação nas diferentes áreas de conhecimento e atuação, visando ao exercício de atividades profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade;
- exercitar a excelência acadêmica, mediante o desenvolvimento das ciências, das artes e das humanidades, fomentando o pensamento crítico-reflexivo nos diversos campos de saberes e práticas;
- promover a extensão universitária, visando à difusão de avanços, conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e artística e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição;
- contribuir para o processo de desenvolvimento local, regional, nacional e global, realizando estudo sistemático de seus problemas e formando quadros científicos, artísticos e técnicos, de acordo com suas necessidades;
- promover a equidade na sociedade, combatendo todas as formas de intolerância e discriminação, decorrentes de diferenças sociais, raciais, étnicas, religiosas, de gênero e de orientação sexual;
- fomentar a paz, a solidariedade e a aproximação entre nações, povos e culturas, mediante cooperação internacional e de intercâmbio científico, artístico e tecnológico, com especial foco nos países de língua oficial portuguesa e nos países latino-americanos;
- manter a Universidade aberta à participação da população, promovendo amplo e diversificado intercâmbio com instituições, organizações e movimentos da sociedade;
- implementar e cultivar princípios éticos na formulação e implementação de políticas, planos, programas e iniciativas que concretizem suas atividades-fim;
- promover, nos termos da lei, a tutela do ensino público em todos os seus preceitos e prerrogativas.

Para cumprir seus objetivos, a UFBA conta com um corpo docente de 1.695 professores – sendo 1.094 doutores, 471 mestres, 94 especialistas e 109 graduados; um corpo técnico administrativo de 3.318 servidores – sendo 984 de nível superior, 2.068 de nível intermediário e 260 de nível apoio, atendendo a um corpo discente que totaliza 24.075 alunos de graduação, distribuídos nos 66 Cursos

oferecidos e 3.474 alunos de pós-graduação, 2.163 em nível de mestrado e 1.096 em nível de doutorado, distribuídos nos 38 cursos de doutorado, 55 cursos de mestrado e 35 cursos de especialização, totalizando 157 cursos de pós-graduação (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2008).

6.4 Órgãos deliberativos e decisão na UFBA

A tomada de decisão nas instâncias superiores da UFBA ocorre através dos Órgãos Colegiados, definidos no Regimento Geral da Universidade como todas as instâncias permanentes de deliberação que se compõem por representação, sendo eles:

- a) Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, que é o órgão deliberativo em matéria referente a normas e políticas de integração entre ensino, pesquisa e extensão na Universidade;
- b) Conselhos Acadêmicos que compreendem o Conselho Acadêmico de Ensino que tem o papel de supervisionar as atividades acadêmicas de graduação e de pós graduação e o Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão, para supervisionar as atividades acadêmicas de pesquisa, criação e inovação e de extensão universitária,
- c) Assembléia Universitária, cujo papel é avaliar o cumprimento dos objetivos institucionais da Universidade, levando em conta as necessidades econômicas, políticas e culturais da sociedade;
- d) Conselho Universitário – Consuni, que é o órgão de deliberação máxima da Universidade ao qual cabe deliberar, por seu pleno e por suas Comissões, conforme estabelecido no Regimento Geral da UFBA, nas reuniões de caráter ordinário, realizadas mensalmente e nas de caráter extraordinário.

O Consuni, de acordo com o artigo 13 do Regimento Geral da Universidade, subdivide-se em 6 (seis) comissões permanentes:

- Comissão de Normas e Recursos;
- Comissão de Assuntos Acadêmicos;
- Comissão de Patrimônio, Espaço Físico e Meio Ambiente;
- Comissão de Orçamento e Finanças;

- Comissão de Gestão de Pessoas; e
- Comissão de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil.

As referidas comissões são compostas pelo Conselho em última sessão ordinária de cada ano, cabendo-lhes decidir conclusivamente, elaborar estudos, emitir pareceres ou apresentar proposições sobre os assuntos de sua competência.

Além das comissões permanentes, o Consuni poderá eleger Comissões Temporárias, sempre que o assunto e sua natureza não se enquadrar em competências de uma das Comissões Permanentes (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2009).

Desde a sua criação até os dias atuais, a Universidade Federal da Bahia teve seu Estatuto modificado, através da Portaria nº 30, do Ministro da Educação e Cultura, datada de 30 de janeiro de 1978, e publicada no Boletim Informativo da UFBA, em abril de 1979; também, no ano de 2000 e em 2009, quando o Conselho Universitário efetua alterações significativas na estruturação da Universidade.

A síntese das modificações ocorridas, quanto à composição e definição de competências do Consuni, está apresentada no Quadro 1 Evolução da Composição do Consuni e no Quadro 2 Evolução das Competências do Consuni.

Composição do Conselho Universitário ESTATUTO DE 1978	Composição do Conselho Universitário ESTATUTO DE 2000	Composição do Conselho Universitário ESTATUTO DE 2009
<p>I - Reitor</p> <p>II - Vice Reitor</p> <p>III - Diretores das Unidades Universitárias;</p> <p>IV - Um Representante do Conselho de Coordenação</p> <p>V - Dois representantes do corpo discente</p> <p>VI - Dois representantes da comunidade baiana - escolhidos mediante lista sêxtupla formada conjunta e paritariamente pelas Federações Patronais e Federações de Trabalhadores e de lista sêxtupla apresentada pela comunidade religiosa ecumênica por coordenação da Arquidiocese de São Salvador</p>	<p>I – Reitor;</p> <p>II - Vice Reitor;</p> <p>III - Diretores das Unidades Universitárias;</p> <p>IV – Os Pró-Reitores das áreas de planejamento orçamento e administração</p> <p>V - Pró-Reitor de Desenvolvimento de Pessoas;</p> <p>VI - Um Representante do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, eleito pelos seus pares;</p> <p>VI - Representação Estudantil, na proporção estabelecida por lei;</p> <p>VIII - Três representantes da comunidade baiana</p> <p>IX - Dois representantes dos servidores técnico administrativos;</p> <p>X - Dois representantes dos docentes;</p>	<p>I – Reitor;</p> <p>II - Vice Reitor;</p> <p>III - Diretores das Unidades Universitárias;</p> <p>IV - Pró-Reitoria de Planejamento;</p> <p>V - Pró-Reitoria de Administração;</p> <p>VI - Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas;</p> <p>VII - Presidentes dos Conselhos Acadêmicos;</p> <p>VIII - Dois representantes do corpo docente;</p> <p>IX - Quatro representantes do corpo técnico-administrativo;</p> <p>X - Dois representantes da comunidade; eleitos pelo CONSUNI, para mandato de dois anos, sem direito à recondução;</p> <p>XI - Representação do corpo discente, na forma da lei.</p>

Quadro 1 Evolução na composição do Conselho Universitário

Competências do Conselho Universitário Estatuto de 1978	Competências do Conselho Universitário Estatuto de 2000	Competências do Conselho Universitário Estatuto de 2009
<p>I - Formular política geral da Universidade;</p> <p>II - Elaborar e modificar o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade, ouvido o Conselho de Coordenação nos assuntos de sua competência;</p> <p>III - Integrar o Colégio Eleitoral a que se refere o artigo 37 (o reitor e o vice-reitor serão nomeados pelo Presidente da República dentre os componentes de uma lista de seis nomes, organizada mediante votação uninominal, secreta e por maioria dos votos dos presentes, em sessão conjunta dos Conselhos Universitário, de Coordenação e de Curadores.)</p> <p>IV - Eleger, anualmente, dentre seus membros o substituto eventual do Vice-Reitor, na última sessão do ano;</p>	<p>I - aprovar as políticas gerais da Universidade;</p> <p>II - aprovar as diretrizes orçamentárias, o planejamento global, a proposta orçamentária e a prestação de contas da Universidade;</p> <p>III - deliberar sobre a criação, modificação e extinção de Unidades Universitárias e demais órgãos;</p> <p>IV - fixar normas gerais a que se devam submeter as Unidades Universitárias e demais órgãos, ressalvadas as de competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;</p>	<p>I - estabelecer as políticas gerais e planos globais de ensino, pesquisa, criação, inovação e extensão da Universidade e deliberar sobre:</p> <p>II – o planejamento anual, diretrizes orçamentárias, proposta orçamentária e prestação de contas da Universidade;</p> <p>III - a criação, modificação e extinção de Unidades Universitárias e demais órgãos;</p> <p>IV - a política patrimonial e urbanística dos <i>campi</i>, aprovando a variação patrimonial: aquisição, construção e alienação de bens imóveis;</p>

Quadro 2 Evolução nas competências do Conselho Universitário

Competências do Conselho Universitário Estatuto de 1978	Competências do Conselho Universitário Estatuto de 2000	Competências do Conselho Universitário Estatuto de 2009
<p>V - Eleger, dentre seus membros, o representante no Conselho de Curadores e respectivo suplente, com mandato de dois anos;</p> <p>VI - Escolher os representantes da comunidade no Conselho Universitário e no Conselho de Curadores;</p> <p>VII - Julgar os recursos interpostos das decisões do Reitor e das Congregações, salvo quando se tratar de matéria relativa a ensino, pesquisa e extensão;</p> <p>VIII - Assistir à entrega dos diplomas honoríficos de Doutor e de Professor Emérito e <i>Honoris Causa</i>, juntamente com o Conselho de Coordenação,</p>	<p>V - avaliar o desempenho das Unidades Universitárias, dos demais órgãos e serviços da Instituição;</p> <p>VI - aprovar a variação patrimonial: aquisição, construção, alienação de bens patrimoniais;</p> <p>VII - deliberar sobre política patrimonial e urbanística dos <i>campi</i>;</p> <p>VIII -- eleger, na última reunião ordinária do ano, dentre os seus membros docentes, dirigentes de Unidades Universitárias, o Substituto Eventual do Vice-Reitor;</p> <p>IX - eleger, entre seus membros docentes, dirigentes de Unidades Universitárias, os seus representantes no Conselho de Curadores, com os respectivos suplentes;</p> <p>X - escolher os representantes da comunidade no Conselho Universitário;</p>	<p>V - as diretrizes relativas à retribuição de serviços cobrados pela Universidade;</p> <p>VI - o quadro de pessoal técnico-administrativo e de pessoal docente, estabelecendo a distribuição dos cargos de Magistério Superior da Universidade;</p> <p>VII - o recrutamento, seleção, admissão, regime de trabalho e dispensa do pessoal docente;</p> <p>VIII - as normas gerais a que se devam submeter as Unidades Universitárias e demais órgãos, ressalvadas as de competência do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão;</p>

Continuação...Quadro 2 Evolução nas competências do Conselho Universitário

Competências do Conselho Universitário Estatuto de 1978	Competências do Conselho Universitário Estatuto de 2000	Competências do Conselho Universitário Estatuto de 2009
<p>IX - Fixar normas gerais a que se devam submeter as Unidades e Órgãos Suplementares;</p> <p>X - Aprovar o regimento do Conselho de Curadores, do Conselho de Coordenação, da Reitoria, de cada uma das Unidades e Órgãos Suplementares e do Diretório de âmbito universitário bem como as modificações propostas a esses regimentos;</p> <p>XI – Elaborar seu próprio Regimento;</p> <p>XII – Aprovar tabelas e retribuições de serviços cobrados pela Universidade;</p>	<p>XI - elaborar e modificar o Estatuto e Regimento Geral da Universidade, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nos assuntos de sua competência;</p> <p>XII – elaborar, modificar e aprovar o seu próprio Regimento;</p> <p>XIII – aprovar o Regimento do Conselho Social de Vida Universitária, da Reitoria, de cada uma das Unidades Universitárias e dos demais órgãos, bem como as modificações propostas;</p> <p>XIV – julgar os recursos interpostos das decisões do Reitor e das Congregações, inclusive no tocante a concurso público, salvo quando se tratar de matéria relativa a ensino, pesquisa e extensão;</p> <p>XVI – aprovar as diretrizes relativas à retribuição de serviços cobrados pela Universidade;</p>	<p>IX - a concessão de títulos e dignidades universitárias.</p> <p>X – eleger o substituto eventual do Vice-Reitor, dentre os diretores de Unidades Universitárias;</p> <p>XI – eleger os representantes da comunidade nos Conselhos Superiores, com os respectivos suplentes;</p> <p>XII – eleger os representantes no Conselho de Curadores, dentre os seus membros.</p> <p>XIII – Supervisionar o desempenho em geral das Unidades Universitárias e dos demais órgãos e serviços da Instituição, compondo, se necessário, Comissão de Avaliação com esse fim.</p>

Continuação... Quadro 2 Evolução nas competências do Conselho Universitário

Competências do Conselho Universitário Estatuto de 1978	Competências do Conselho Universitário Estatuto de 2000	Competências do Conselho Universitário Estatuto de 2009
<p>XIII – Exercer o poder disciplinar nos termos do Art. 106 desse Estatuto (suspensão que não excederá 90 dias, de demissão, despedida ou exclusão serão da competência do Reitor, por iniciativa própria ou mediante representação)</p> <p>XIV – Decidir sobre matéria omissa no Estatuto e nos diversos Regimentos</p>	<p>XVII – aprovar políticas de pessoal e modernização administrativa;</p> <p>XVIII - aprovar o quadro de pessoal técnico e administrativo;</p> <p>XIX – aprovar o regulamento do pessoal da Universidade;</p> <p>XX – deliberar sobre a aceitação de doações e legados que criem encargos financeiros para a Universidade;</p> <p>XXI – decidir sobre matéria omissa neste Estatuto e nos diversos Regimentos.</p> <p>Parágrafo único. Em matéria referente a concurso público para o Magistério Superior não terão voto os representantes do corpo discente, dos corpos técnico e administrativo e os da comunidade.</p> <p>O Conselho Universitário poderá ser subdividido em Comissões, definidas no Regimento Geral da Universidade.</p>	<p>XIV – julgar os recursos interpostos das decisões em primeira instância das Congregações e do Reitor, salvo quando se tratar de matéria de competência do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão;</p> <p>XV – Instituir o Regimento Geral da Universidade e o seu próprio Regimento Interno</p> <p>XVI – homologar a proposta de Regimento Interno das Unidades Universitárias.</p> <p>XVII – decidir sobre matéria omissa neste Estatuto e no Regimento Geral da Universidade.</p>

Continuação... Quadro 2 Evolução nas competências do Conselho Universitário

Verificaram-se, através dos Estatutos da UFBA de 1978, 2000 e 2009, modificações ocorridas na composição e competências do Consuni. A partir de 2000, o Consuni passou a ter participação de representantes estudantis, na proporção estabelecida por lei e não apenas de dois representantes, de acordo com o regimento de 1978; dois representantes dos docentes, que não constava do regimento anterior; representantes das pró-reitorias das áreas de planejamento, orçamento e administração e desenvolvimento de pessoas, que até então não participavam dos colegiados superiores e, dois representantes dos servidores técnico-administrativos que não possuíam representação nos colegiados até o ano de 2000, tendo a representação ampliada, em 2009, para quatro representantes. As competências do Consuni foram ampliadas, a partir de 2000, quando foi instituída a deliberação de política de pessoal técnico e administrativo e política patrimonial e urbanística dos *campi*, de questões patrimoniais e aprovação de políticas orçamentárias e prestação de contas. Em 2009, o Consuni teve suas competências ampliadas com o acréscimo de pessoal docente e estabelecimento de distribuição de cargos do magistério superior às políticas de pessoal técnico e administrativo, estabelecido em 2000; deliberar sobre as políticas gerais de ensino, pesquisa, criação, inovação e extensão, abrindo espaço para participação, do Consuni, nas deliberações de caráter acadêmico no Estatuto de 2009. O Consuni foi modificado substancialmente, tanto na sua constituição como nas suas competências, de acordo com o Estatuto vigente.

No período selecionado para realizar esta pesquisa, o Conselho Universitário tinha sua composição e competências regidos pelo Estatuto de 1978, e os registros de suas ações, decisões e deliberações veiculadas em atas – objeto do presente estudo.

7 AS ATAS DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFBA

Os documentos são apresentados segundo aspectos físicos e intrínsecos, descritas as informações registradas relativas as decisões, discussões, fatos e ocorrências registradas nas atas do Consuni da UFBA, revelando o contexto da época, ou seja o processo de redemocratização.

7.1 Estrutura física dos documentos

Os documentos estão sob a guarda da SOC – Secretaria dos Órgãos Colegiados, localizada no subsolo do prédio da Reitoria da UFBA, situada à Rua Augusto Viana, s/nº – bairro do Canela, na região central de Salvador, capital do Estado da Bahia, no Brasil, onde ocupa 4 salas da seguinte forma: a sala da Secretária dos Conselhos Superiores, responsável pelo setor; a sala do Secretário *ad hoc* dos Conselhos Superiores e das Secretárias das Câmaras de Graduação, Câmara de Extensão e Câmara de Pós-Graduação que compõem o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e pessoal de apoio administrativo; a sala destinada ao serviço de protocolo, ocupada por dois servidores; e a sala que abriga o arquivo inativo do setor.

Observou-se que a sala destinada ao arquivo não dispõe de iluminação natural e nenhum tipo de ventilação, estando tomada pelos sete arquivos de aço do tipo vertical frontal, 2 armários de aço, com duas portas e abriga componentes de móveis que estão aguardando montagem, partes de móveis danificados, equipamentos obsoletos e em desuso, bem como uma grande diversidade de material e documentos soltos sobre os arquivos, o que obriga o usuário a retirar parte do material da sala, para ter acesso às gavetas dos arquivos.

Os documentos dos Conselhos Superiores da Universidade (Conselho Universitário, Conselho de Ensino, Pesquisa e Conselho de Curadores) produzidos até o ano de 1998 estão guardados em arquivos vertical frontal, que abrigam outros documentos e publicações diversas.

As atas do Consuni da UFBA apresentam-se datilografadas em papel duplo, margeados em linha vermelha, em formato contínuo, atendendo a colocação de

Miranda (2000) de que o tipo documental tem de estar conformado com seu modo de produção. O conjunto de atas não possui apresentação externa uniforme, conforme descrição abaixo.

Período	Descrição dos documentos
1947 a 1968	As atas apresentam-se encadernadas no tamanho ofício II, em capa dura na cor preta com identificação do conteúdo e ano de produção na lombada e na parte frontal. Estão acondicionados em gavetas do arquivo vertical frontal, contendo na parte frontal da gaveta a indicação dos documentos e o período da produção.
1969 a 2000	As atas estão agrupadas por ano de produção, envolvidas em papel duplo com indicação do ano em que foram produzidas, presas por goma elástica, guardadas em caixas arquivo e essas colocadas nas gavetas do arquivo vertical frontal.
2001 a 11/03/2010	Arquivados em pastas suspensas em arquivo vertical frontal, localizado na Sala da Secretária dos Conselhos Superiores.

Quadro 3 Descrição das atas do Consuni

Fonte: Anotações de campo realizadas pela pesquisadora.

Observou-se que não foi mantido o padrão de apresentação utilizado inicialmente para preservar os documentos, bem como a precariedade nas condições de guarda, conservação e organização, numa demonstração de descaso com documentos de arquivo da instituição.

Por não conter numeração sequencial, foi necessário efetuar o dimensionamento do conjunto de atas do Consuni. Para isso, foi utilizado instrumento previamente elaborado (APÊNDICE E), através da anotação das datas da realização das reuniões, constante nos documentos e no livro de registro de presença nas reuniões. Do dimensionamento obteve-se o total de 939 documentos produzidos até março de 2010, que se encontra sintetizado, por período de cada reitorado, no Quadro 4.

Reitor	Período	Nº de atas produzidas
Edgard Rego Santos	1946 – 1961	266
Orlando Gomes – Vice-Reitor	1961	01
Albérico Pereira Fraga	1961 – 1964	64
Miguel Calmon Almeida Sobrinho	1964 – 1967	48
Adriano Ponde – Vice-Reitor	1967	03
Roberto Figueira Santos	1967 – 1971	76
Lafayette de Azevedo Pondé	1971 – 1975	35
Augusto da Silveira Mascarenhas	1975 – 1979	24
Luis Fernando Seixas de Macedo Costa	1979 – 1983	37
Rui Simões Vice-Reitor	1983	04
Germano Tabacof	1984 – 1988	38
José Rogério da Costa Vargens	1988 – 1992	33
Nadja Valverde Viana – Vice-Reitora	1988	03
Eliane Elisa de Sousa e Azevedo	1992 – 1993	18
Luiz Felipe Perret Serpa	1993 – 1998	72
Heonir Jesus Pereira da Rocha	1998 – 2002	58
Naomar Monteiro de Almeida Filho	2002 – 11/03/2010	157
TOTAL		939

Quadro 4 Dimensionamento do conjunto de atas, por reitorado.

Fonte: Levantamento realizado nas atas do CONSUNI e lista de presença das reuniões.

7.2 Aspecto intrínseco das atas

Quanto ao aspecto intrínseco dos documentos, verificou-se que a parte preambular não atende, inteiramente, ao protocolo inicial, sugerido por Bellotto (2008), uma vez que não possui número, não registra com regularidade o horário e local da reunião, mas, indicam o órgão e a data; identificam o presidente da sessão e registram os nomes dos conselheiros presentes, sem, entretanto, qualificar o representante, o que determinou a necessidade de complementação dessas informações em outras fontes. Para isso consultaram-se os Relatórios de Atividades da Universidade, relativos ao período estudado, complementando a relação dos

componentes do Consuni, ainda que parcialmente, uma vez que apenas o Relatório de 1992 trazia a relação nominal dos dirigentes das Unidades Universitárias.

Numa tentativa de obter a completude das informações, procurou-se o setor de pessoal, a fim de consultar os livros de posse, tendo sido informado que os Livros encontravam-se sob a guarda do “Arquivo Geral”, dependendo de uma consulta prévia ao setor, para possível localização dos mesmos, uma vez que se tratava de material muito antigo.

Na parte textual das atas pesquisadas, verificou-se a dinâmica das sessões que consta de:

- a) abertura da sessão pela mesa diretora, registro da presença de Vice-Diretores em substituição ao Titular da Unidade, leitura, discussão e menção de aprovação de ata da sessão anterior. Observou-se que nem todo documento registra leitura e aprovação de atas;
- b) registro de informações e comunicações realizadas pela mesa diretora;
- c) a pauta ou ordem do dia é mencionada na sequência de apresentação na reunião, sendo a matéria a ser apreciada relatada, o parecer colocado em discussão, sendo a manifestação dos conselheiros registradas, de acordo com o redator ou na íntegra, conforme solicitado, seguindo-se a votação do item em escrutínio secreto ou não, de acordo com a matéria e declarado o seu resultado. O parecer do relator é integralmente transcrito;
- d) manifestações dos conselheiros sobre questões diversas são registradas, de acordo com redação dada pelo Secretário dos Órgãos Colegiados, após apreciação dos itens de pauta e do franqueamento da palavra pela presidência da sessão;
- e) encerramento, pelo presidente da mesa, e fecho final, indicando quem redigiu, data de aprovação e assinaturas.

Quanto aos aspectos relacionados à produção das atas estudadas, verificou-se uma falta de padronização em sua composição e, muitas vezes, o uso de termos ou expressões vagas como o registrado no documento de 29/08/1983 “[...] graves acontecimentos ocorridos pela manhã no *campus* onde se localizam a Reitoria e o Hospital das Clínicas”, sem elucidar de que acontecimentos se tratava ou, ainda, termos vagos, como o mencionado na ata de 14.05.82 “[...] aprovada a ideia geral contida no ante-projeto”.

Observou-se, nos registros estudados, documentos redigidos de forma sintética e documentos muito detalhados, além da falta de uniformidade na utilização de instrumentos utilizados pelo Conselho, para se manifestar, contendo o registro, em atas, termos como: “documento a ser enviado ao MEC”, ou “Nota de solidariedade aos membros do DCE”, o que evidenciou a necessidade de serem estabelecidos procedimentos, objetivando a padronização da produção documental na instituição.

Tavares (2009) chamou a atenção para o fato da redação dos documentos ao afirmar que “[...] as atas são discutíveis por causa da redação”; desse modo, a produção do documento é fundamental e necessita veículo redacional adequado para que torne válido e credível o seu conteúdo (BELLOTTO, 2008).

7.3 O que revelam as atas e o testemunho dos protagonistas entrevistados

A leitura das atas antecedeu a anotação das informações nelas contidas, relativas aos temas deliberados e discutidos pelo Conselho, envolvendo questões administrativas, normativas e financeiras, de acordo com os objetivos do estudo de mapear as deliberações, mapear os temas discutidos, os fatos e ocorrências registrados.

A partir do fichamento das informações registradas nas atas, foi possível nominar os participantes do Conselho Universitário, no período estudado, estando relacionados nos APÊNDICES D, E, F e G, através dos quais, percebeu-se um alinhamento do mandato do Reitor com os dirigentes nomeados para ficar à frente das Unidades Acadêmicas, tendo o Consuni sua composição modificada, na sua totalidade, a cada reitorado.

O início dos anos 80, foi marcado pela anistia, que possibilitou o retorno ao Brasil de exilados acusados de crime político, mas que também perdoava torturadores e, pelo movimento popular das “Diretas Já!”, campanha que não defendia partido ou pessoa, mas defendia um princípio: a eleição direta. Nas eleições de 1982, o PMDB elegeu os governadores e senadores de nove Estados e

conquistou 200 cadeiras na Câmara de Deputados, período em que estava à frente da Reitoria da UFBA o Prof. Luis Fernando Seixas de Macedo Costa.

Assim, apesar de os militares manterem o controle total sobre o processo político, outros atores passaram a influenciar o processo a partir de 1982, mas não conseguiram aprovar a proposta de emenda constitucional, apresentada pelo deputado federal Dante de Oliveira, que restabeleceria eleições diretas para Presidente da República, votadas em 1984. O governo militar assegurou sua maioria no Colégio Eleitoral, que elegeu o último Presidente pela via indireta, Tancredo Neves, que veio a falecer antes de assumir, tomando posse o Vice-Presidente José Sarney, velho colaborador dos militares, que governa o país de 1985 a 1990 (FICO, 2001).

Uma nova fase foi iniciada com a convocação de eleições para o governo dos Estados, em 1981. De acordo com Tavares (2001), o então governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães levou para a Convenção do PDS o nome do advogado e presidente do Baneb – Banco do Estado da Bahia, Cleriston Andrade, que foi aclamado. Durante as campanhas eleitorais, o candidato Cleriston Andrade faleceu em acidente aéreo e, em um clima de tensão, políticos e personalidades se apresentaram para substituir o candidato, sendo escolhido por Antônio Carlos Magalhães o ex-secretário de Saneamento do seu governo e deputado federal João Durval Carneiro que foi eleito governador em 15 de novembro de 1982 (último governador baiano do período dos governos militares). Nesse período, a UFBA tinha como Reitor o Professor Luis Fernando Seixas de Macedo Costa, sucedido pelo Reitor Germano Tabacoff, que ficou à frente da Universidade, no período marcado pela intensificação da democratização de 1984 a 1988.

A fase inaugurada, em 1985, teve como sinais mais importantes a instituição de condições livres de participação e contestação (com revogação de todas as medidas que limitavam o direito de voto e de organização política) e, acima de tudo, a refundação da estrutura constitucional brasileira, com a promulgação de uma nova Constituição. A emenda 26 aprovou a convocação da quarta Assembléia Nacional Constituinte do Brasil, que se instalou em 1º de fevereiro de 1987, e promulgou, em 1988, a nova Constituição. Com a Constituição de 1988, o Brasil voltou à legalidade democrática. Neste mesmo ano, assumiu a Universidade Federal da Bahia o Professor José Rogério da Costa Vargens.

No ano de 1987, tomou posse no governo do Estado da Bahia Francisco Waldir Pires de Sousa, que se descompatibilizou do cargo, para candidatar-se à Presidência da República, no ano de 1989, e assumiu o governo o vice-governador Nilo Moraes Coelho até a conclusão do mandato, em 1991, quando Antônio Carlos Magalhães retornou ao governo.

A partir de 1988, com a promulgação da Constituição, ações efetivas de concessão de maior autonomia administrativa para as universidades foram identificadas, quando o Ministério da Educação estabeleceu como competência dos Reitores a nomeação dos dirigentes das unidades universitárias, o que foi confirmado por Vargens (2009):

Eu fui um reitor que tive a responsabilidade de nomear os diretores, e nomear esses diretores que seriam membros do Conselho Universitário de listas feitas as quais eu não tive qualquer interferência e porque por circunstâncias políticas da época foram listas elaboradas, muitas vezes, para que eu não tivesse alternativa de escolha. Eu fiz o que considerei as melhores escolhas para a universidade de forma absolutamente independente.

O primeiro Presidente eleito diretamente, após o regime militar, Fernando Collor, assumiu o papel de arauto do chamado “neoliberalismo”, anunciando demissões de funcionários públicos e um amplo programa de privatizações. Numa tentativa de controlar a inflação, lançou o plano de estabilização que foi um completo fracasso, tendo seu governo minado pela inflação e recessão. Denunciado o esquema de corrupção, liderado pelo tesoureiro da campanha, o Congresso instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito que terminou por recomendar o *impeachment* do Presidente.

Com sucessivas revelações de escândalos, cresceu o movimento pela ética na política, assumindo feições de grande campanha, embalada por estudantes que retrabalhando símbolos, como a “cara pintada”, a bandeira e as cores nacionais, reintroduzidas a partir das Diretas, a Câmara dos Deputados autorizou a abertura do processo de *impeachment* de Collor, levando a sua renúncia, em 29 de dezembro de 1992, mesmo ano que assumiu a Reitoria da UFBA a Professora Eliane Elisa de Souza e Azevedo.

O conteúdo das atas revelou que o Conselho aprovou 23 Resoluções sobre denominação de órgãos; definição de quantidade de tese a ser apresentada em Concurso para Professor Titular; regulamentação da carreira docente; proibição de

trote no âmbito da UFBA, conforme demonstrado no Quadro 5 - Resoluções aprovadas pelo Consuni de 1982 a 1992.

Número e ano da Resolução	Objeto da Resolução
Resolução nº. 01/82	Dispõe sobre o registro de frequência do pessoal docente
Resolução nº 01/84	Modifica a denominação da Biblioteca Central da UFBA para Biblioteca Central Reitor Macedo Costa
Resolução nº. 02/84	Modifica a denominação do Serviço Médico Universitário para Serviço Médico Universitário Rubens Brasil
Resolução nº 01/86	Reduz o número de exemplares de tese apresentada por candidato a Professor Titular de 50 para 2 exemplares
Resolução nº 01/89	Fixa normas para concurso de Professor Auxiliar
Resolução nº 01/89	Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores técnico-administrativos
Resolução nº. 02/89	Institui a CPPTA - Comissão Permanente de Pessoal Técnico Administrativo
Resolução nº 03/89	Dispõe sobre a progressão e ascensão funcional dos servidores técnico- administrativos
Resolução nº 04/89	Dispõe sobre a progressão funcional de docentes
Resolução nº 05/89	Estabelece normas para contratação de professor substituto
Resolução nº 06/89	Dispõe sobre a gratificação de produtividade
Resolução nº 07/89	Dispõe sobre contratação de professor visitante
Resolução nº 08/89	Estabelece normas para Ingresso na Carreira de Magistério Superior

Quadro 5 Resoluções aprovadas pelo Consuni de 1982 a 1992.

Número e ano da Resolução	Objeto da Resolução
Resolução nº 09/89	Dispõe sobre a CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente
Resolução nº 01/90	Dispõe sobre colaboração esporádica
Resolução nº 02/90	Dispõe sobre licença sabática
Resolução nº 03/90	Dispõe sobre regime de trabalho docente
Resolução nº 04/90	Dispõe sobre afastamento de Docente
Resolução nº 05/90	Dispõe sobre progressão funcional de docente
Resolução nº 01/91	Acrescenta Parágrafo Único ao artigo 9º da Resolução 04/89
Resolução nº 02/91	Dispõe sobre a criação de uma política de pessoal docente
Resolução nº 01/92	Dispõe sobre horário especial para servidor técnico-administrativo realizar curso de pós-graduação
Resolução nº 02/92	Proíbe a realização, no âmbito da UFBA, de qualquer forma de trote que atente contra a integridade física e psicológica do estudante e responsabiliza seus eventuais promotores pelas consequências.

Cont...Quadro 5 Resoluções aprovadas pelo CONSUNI de 1982 a 1992

Quadro elaborado pela pesquisadora a partir das informações coletadas nas atas do Conselho Universitário.

Acerca das Resoluções aprovadas nos anos de 1989, 1990 e 1991, observou-se que havia a preocupação de formar quadro profissional, estimulando a formação de professores com definição de regras para seu processamento, onde o Governo Federal que, através do Decreto 94.664/87, determinava a regulamentação do plano único de classificação e retribuição de cargos e empregos e deixava transparecer o

momento em que a universidade se debruçou para, ainda que a partir da determinação do MEC, formular e aprovar suas normas internas exercendo sua autonomia administrativa.

Sobre a regulamentação do Decreto nº 94.664/87, Vargens (2009) apontou como

[...] momento de grande importância para o Conselho Universitário, um plano que tinha sido feito sob pressões, que precisava ser regulamentadas e dependiam não do Conselho Universitário mas também do Conselho de Coordenação. Foi um momento de muita pressão, muito debate mas se construiu uma regulamentação com muita participação de todas as bases da universidade.

A regulamentação do plano de carreira docente foi mencionada também por Costa (2009), ao afirmar que:

[...] a regulamentação do decreto 94.664 /87, sobre o plano único de classificação e retribuição de cargos e empregos – PUCRCE, passou pelos dois conselhos, foi exaustivamente discutido e delineou uma trajetória importante das atividades docentes e técnicas da UFBA.

Viana (2009) relatou sobre a regulamentação do PUCRCE – Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos:

Em relação à regulamentação do plano de cargo e salário, eu posso dizer que presidi pelo menos 90% das reuniões do Conselho de Coordenação da época 89 a 92 para essa discussão. Acompanhei muito de perto a proposta, houve muita dificuldade na discussão, havia o componente ideológico muito forte, mas nós conseguimos .

As deliberações, relacionadas com questões normativas e administrativas, realizadas pelos Órgãos Colegiados, convertidas em Resoluções do Conselho, requerem ampla divulgação, a fim de ter seu objetivo atendido. Percebeu-se, no período estudado, que não houve uma padronização nesses procedimentos, uma vez que nem todas deliberações foram convertidas em Resoluções, como as referentes à estruturação de unidades e denominação de órgãos da instituição conforme descrição das deliberações constantes do Quadro 6 “Deliberações do Consuni”, através das quais verificou-se que houve uma expansão na estrutura da instituição com criação de 5 unidades universitárias, criação da Editora Universitária, criação de dois novos departamentos.

Ano	Deliberações criando/denominando órgãos/unidades
1982	
1983	21/01/1983 – Institui o Centro de Criação de Animais de Laboratórios como Órgão Suplementar da Escola de Medicina Veterinária da UFBA
1985	23/10/1985 – Aprova proposta de inclusão do Departamento de Educação Física na Faculdade de Educação
1986	12/11/1986 – Aprova o desmembramento da Escola de Biblioteconomia e Comunicação, criando a Faculdade de Comunicação
1987	04/06/1987 – Aprova alteração do nome do Hospital Professor Edgard Santos para Hospital Universitário Professor Edgard Santos, atual Complexo Hospitalar Edgard Santos
1988	19/01/1988 – Aprova o desmembramento da Escola de Música e Artes Cênicas, criando a Escola de Teatro, Escola de Música e Escola de Dança
1989	04/05/1989 – Aprova a modificação do nome do Departamento de Farmácia Qualitativa para Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas 04/05/1989 – Aprova o Regimento Interno do Instituto de Química
1990	26/10/1990 – Aprova projeto de redepartamentalização da Faculdade de Odontologia
1991	26/11/1991 – Aprova projeto de criação do Departamento de Museologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
1992	12/03/1992 – Aprova transformação do Centro Editorial Didático em Editora Universitária 24/03/1992 – Aprova criação do Centro de Conservação e Restauração da Escola de Belas Artes. 24/04/1992 – Aprova a criação da Faculdade de Ciências Contábeis

Quadro 6 Deliberações do Consuni relativas à estrutura institucional e denominação de órgãos

Dos documentos estudados emergiu os nomes de docentes, cientistas das diversas áreas do conhecimento, artistas, religiosos, políticos e personalidades de nacionalidades diversas, agraciados com Títulos Honoríficos, propostos pelas diversas unidades universitárias e órgãos da UFBA, numa demonstração de reconhecimento ao trabalho que realizaram. No total foram 59 títulos de Doutor *Honoris Causa*, Professor Emérito e Professor Honorário.

A concessão de títulos está prevista no Regimento da Universidade no seu Título VII, que define os títulos honoríficos a serem concedidos pela Universidade e, cuja regulamentação para a concessão dos títulos e dignidades, deverá ser feita através de Resolução específica do Conselho Universitário, o que ainda não foi realizado, levando a apresentação dos critérios estabelecidos no Regimento vigente, no período estudado.

O Título de Doutor *Honoris Causa* é concedido a personalidades eminentes que tenham contribuído de modo relevante para o desenvolvimento da Universidade ou se hajam distinguido por sua atividade em prol das Ciências, das Letras, das Artes ou da cultura em geral, mediante indicação do Reitor, do Conselho de Coordenação ou do Colegiado de qualquer unidade.

O Título de Professor Emérito tem por objetivo homenagear, através do reconhecimento do trabalho desenvolvido, docentes da própria instituição que já tenham se aposentado, mediante proposta que, em geral, são aprovadas pela Congregação de qualquer Unidade Universitária e encaminhadas ao Conselho Universitário.

O Título de Professor Honorário objetiva reconhecer o trabalho de professores ou cientistas estranhos aos quadros da Instituição que tenham prestado relevantes serviços ao ensino ou ao desenvolvimento das ciências, das letras ou das artes, mediante indicação do Reitor, do Conselho de Coordenação ou do Colegiado de qualquer unidade. Os títulos concedidos estão listados no Quadro 8 Títulos honoríficos concedidos pelo Consuni no período de 1982 a 1984.

Foram agraciados com o Título de Professor Honorário:

- Donald Kaye, pesquisador na área da bacteriologia, parasitologia e imunologia pela contribuição prestada através de estudos realizados com o Prof. Heonir Rocha da UFBA;
- Professores Thomas C. Jones e Warren Johnson Douglas Jr., da Universidade de Cornell, pelo Programa de Intercâmbio Bahia-Cornell que possibilitou jovens estudantes de medicina a realizar estágio no New York Hospital;
- Professor Carlos da Silva Lacaz, Professor Titular do Departamento de Medicina Tropical e Dermatologia da Faculdade de Medicina da Universidade

de São Paulo. Criou o Instituto de Medicina Tropical de São Paulo, em 1959; se destacou nos estudos da medicina tropical;

- O Consuni aprovou a concessão do Título de Professor Emérito aos Professores da UFBA:
- Carlos Espinheira de Sá, proposto pelo Instituto de Química;
- Luis Viana Filho, Godofredo R. de Figueiredo Filho, Jorge Calmon M. de Bittencourt, José Calazans Brandão da Silva, Joaquim Batista Neves, Luiz Henrique Dias Tavares; propostos pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas;
- Aliomar de Andrade Baleeiro, Orlando Gomes dos Santos e Nelson de Souza Sampaio; propostos pela Faculdade de Direito;
- August Adolf Druck, João José Rescala, Carlos Eduardo da Rocha, Emidio Magalhães Lima, pintor que assina várias pinturas da Galeria de Reitores da UFBA, e a Romano Galeffi; propostos pela Escola de Belas Artes;
- Dario Ribeiro Cunha, a Jairo Simões e a João Fernandes Cunha; propostos pela Faculdade de Ciências Econômicas;
- Jorge Augusto Novis, a Trípoli Francisco Gaudenzi, a Luiz Fernando Seixas de Macedo Costa e a Penildon Silva; propostos pelo Instituto de Ciências da Saúde;
- Zilton de Araújo Andrade, a Fernando Freire de Carvalho Luiz, a Aloísio da Rosa Prata e a José Maria de Magalhães Neto; Faculdade de Medicina;
- Carlos Furtado de Simas, a Magno dos Santos P. Valente, a Alceu Hiltner e a Hernani Sávio Sobral; Escola Politécnica;
- Omar Catunda, Professor de Matemática e pesquisador das Ciências Exatas; Instituto de Física;
- Oldegar Franco Vieira, Escola de Administração;

Foi outorgado o Título de Doutor *Honoris Causa* a:

- Eduardo Matos Portela, crítico literário e Ministro da Educação, Adonias Filho, escritor ficcionista, a Alfredo Freitas Dias Gomes, escritor baiano, cuja dramaturgia aborda temas políticos, expõe o universo popular através de tipos e situações, propostos pelo Instituto de Letras;

- Julio Paride Bernadó – Carybé, artista plástico, a Ruben Valentim e a Dom Timoteo Amoroso Anastácio; Escola de Belas Artes;
- Paulo Tarso Alvim, pesquisador da área das ciências biológicas, proposto pelo Instituto de Biologia;
- João Antunes Varela, Dourival Tostes Caymmi, poeta, músico, intérprete da baianidade através de sua obra, a Mario Magalhães Chaves, ao Cardeal Brandão Vilela pelas atividades voltadas à justiça, paz, educação e bem-estar social e a Albert Bruce Sabin, cientista descobridor do combate à poliomielite e inventor da vacina oral conhecida como Vacina Sabin, propostos pela Reitoria;
- Edgard Cerqueira Falcão pelos trabalhos relativos à História da Bahia, a Stuart B. Schwartz, historiador norte-americano pela sua obra dedicada à História do Brasil com ênfase na Bahia, a Frederic Mauro e a Donald Pierson, sociólogo que realizou, durante sua permanência no Brasil pesquisas voltadas a questões sociais relacionadas com a cor, originando a obra *Branços e Pretos na Bahia*; propostas da Faculdade de Filosofia;
- Milton Almeida Santos e a Jean Tricart, proposto pelo Instituto de Geociências, pelo trabalho que desenvolveram em prol do estudo da geografia e da UFBA com a criação do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais;
- Oscar Niemayer Soares Filho, arquiteto consagrado internacionalmente pelos projetos arquitetônicos da capital do Brasil, Brasília, e do conjunto da Pampulha em Belo Horizonte-MG, proposto pela Faculdade de Arquitetura;
- Haydee Guanais Dourado, pelos trabalhos realizados em prol da enfermagem, proposto pela Escola de Enfermagem;
- Rômulo Almeida, cuja atuação marcante no cenário político e econômico brasileiro por elaborar projetos e estudos que levaram a criação da Petrobrás, Eletrobrás e da Rede Ferroviária Federal, proposto pela Escola de Agronomia;
- Jacob Gorender; proposto pelo Câmara de Pós-Graduação.

O Consuni outorgou, no ano de 1982, a Medalha do Mérito Universitário ao Professor Luiz Viana Filho, personalidade baiana reconhecido pela sua atuação

política como Governador do Estado e Senador. Como escritor conquistou assento na Academia de Letras da Bahia e do Brasil. A concessão da Medalha do Mérito Universitário foi em reconhecimento a sua atuação em favor dos problemas educacionais brasileiros e seu empenho para obtenção de recursos para a UFBA, no plano federal.

Destacou-se a concessão, no ano de 1985, do Título de Doutor *Honoris Causa* a Tancredo de Almeida Neves, político, escolhido para suceder os militares como primeiro Presidente civil. Em eleição realizada em janeiro de 1985, a reunião do Colégio Eleitoral sufragou Tancredo Neves com larga vantagem de votos. Estava formando o seu governo, para o qual convidou Antonio Carlos Magalhães, garantindo-lhe o Ministério das Comunicações, quando foi operado de urgência e contraiu a infecção hospitalar, vindo a falecer. Não podendo tomar posse no dia 15 de março, o vice, José Sarney, foi empossado na Presidência da República, iniciando o restabelecimento do governo civil, período chamado Nova República, que nasceu sob circunstâncias bastante frágeis, principalmente, para um presidente que teve de enfrentar uma crise econômica e social. Sarney tomou posse sem um plano de governo, com um déficit em legitimidade, uma vez que era uma figura política marcada por anos de vínculos com os militares, que assumia o poder sem o respaldo das urnas e era do partido que esperava dessa vez governar, o PMDB. Para Fico (2001), “O difícil e lento rito da passagem do Estado discricionário, autoritário e centralista para o Estado de direito, democrático, representativo incluiu mais uma eleição indireta para a presidência da república, essa por um Colégio Eleitoral, antes reformado, para garantir maioria de votos ao candidato do governo.

Os títulos concedidos encontram-se descritos nos Quadros 7, 8 e 9.

Ano	Título de Doutor <i>Honoris Causa</i>		Título de Professor Emérito		Título de Professor Honorário		Nº Títulos
	Propo- nente	Homenageado	Propo- nente	Homenageado	Propo- nente	Homenageado	
1982	LET LET EBA EBA BIO	Eduardo Matos Portela Adonias Filho Julio Paride Bernadó-Carybé Ruben Valentim Paulo de Tarso Alvim	QUI FFCH	Carlos Espinheira de Sá Luis Viana Filho			07
1983			DIR EBA ECO EBA ICS DIR ICS	Aliomar de Andrade Baleeiro August Adolf Druck Dario Ribeiro Cunha João José Rescala Jorge Augusto Novis Orlando Gomes dos Santos Trípoli Francisco Gaudenzi			07
1984	REI REI	Dr. João Antunes Varela Dourival Tostes Caymmi	FFCH MED	Godofredo R. de Figueiredo Filho Zilton de Araujo Andrade			04

Quadro 7 Títulos honoríficos concedidos pelo Consuni no período de 1982 a 1984

Ano	Título de Doutor <i>Honoris Causa</i>		Título de Professor Emérito		Título de Professor Honorário		Nº Títulos
	Propo- nente	Homenageado	Propo- nente	Homenageado	Propo- nente	Homenageado	
1985	REI	Dr. Tancredo de Almeida Neves	EBA	Carlos Eduardo da Rocha			10
	FFCH	Prof. Edgard Cerqueira Falcão	EBA	Emidio Magalhães Lima			
			FFCH	Jorge Calmon M. de Bittencourt			
	REI	Mario Magalhães Chaves	FFCH	José Calazans Brandão da Silva			
	FFCH	Stuart B. Scheinowitz					
	REI	Cardeal Brandão Vilela	FIS	Omar Catunda			
1986	FFCH	Prof. Frederic Mauro	EBA	Romano Galeffi			06
	IGEO e	Milton Almeida dos Santos	DIR	Nelson de Souza Sampaio			
	ARQ	Ronaldo Pierson					
	FFCH	Albert Bruce Sabin					
	REI						
1987	ENF	Haydeé Guanais Dourado	MED	Fernando Freire de Carvalho Luz			02
1988			ENG	Carlos Furtado de Simas			02
			ICS	Luiz Fernando S. de Macedo Costa			

Quadro 8 Títulos honoríficos concedidos pelo Consuni no período de 1985 a 1988

Ano	Título de Doutor <i>Honoris Causa</i>		Título de Professor Emérito		Título de Professor Honorário		Nº Títulos
	Propo- nente	Homenageado	Propo- nente	Homenageado	Propo- nente	Homenageado	
1989	ARQ	Oscar Niemayer Soares Filho	ADM	Oldegar Franco Vieira	MED MED MED	Donald Kaye Thomas C. Jones Warren Johnson Douglas Jr.	05
1990	EBA	Dom Timoteo Amoroso Anástacio	ENG	Magno dos Santos P. Valente	MED	Carlos da Silva Lacaz	03
1991	IGEO	Jean Tricart	POL POL FFCH ICS	Alceu Hiltner Hernani Sávio Sobral Joaquim Batista Neves Penildon Silva			05
1992	Câmara Pos- Grad LET AGR	Jacob Gorender Alfredo Freitas Dias Gomes Rômulo Almeida	MED ECO ECO MED FFCH	Aloisio da Rosa Prata Jairo Simões João Fernandes Cunha José Maria de Magalhães Neto Luis Henrique Dias Tavares			08

Quadro 9 Títulos honoríficos concedidos pelo Consuni no período de 1989 a 1992

O Consuni, atendendo ao disposto no estatuto da Universidade, que lhe confere competência para apreciar, em grau de recurso, decisões tomadas em outras instâncias, analisa decisões proferidas em instâncias diversas da instituição, garantindo ao requerente o direito de ter seu pedido apreciado em âmbito mais amplo, com participação de diversos segmentos representativos da instituição, o que pode ser verificado através dos recursos relativos a concurso para docente nos quais candidatos, ao se considerarem prejudicados, recorreram ao Conselho Universitário para rever a decisão da Congregação ou da Comissão Julgadora, ilustramos com o recurso mencionado na ata da seção realizada em reunião de 28 de março de 1990, que foi acatado aprovando pedido de anulação do concurso, pelo requerente por considerar que houve vício, uma vez que um membro da banca não assistiu à prova didática e outro em 19 de novembro de 1992, quando o Conselho acata pedido de participante de concurso de revogar a decisão da Congregação que anulou o concurso ao receber relatório da comissão julgadora do mesmo com nota diferente das tornadas públicas em sessão realizada após o concurso; recursos contra atos de dirigentes de órgãos e unidades universitárias; recursos relativos a processo sucessório para o cargo de dirigente, recurso contra decisão do reitor; recurso contra decisão da vice-reitora. Os recursos mencionados nas atas encontram-se descritos nos Quadros, 10, 11 e 12.

DATA	RECURSO	PARECER	DELIBERAÇÃO
18/03/1983	- Recurso contra homologação do Concurso de Professor Auxiliar do Departamento I da Faculdade de Ciências Econômicas - Recurso contra decisão do Diretor do Hospital Edgard Santos de aplicar punição ao Médico e Prof. Antonio Natalino M. Dantas, por ter passado prazo regimental	Negado Negado	Aprovado parecer Aprovado parecer
27/09/1984	- Recurso contra decisão da Congregação da Escola de Agronomia de quanto à composição da lista sêxtupla para os cargos de Diretor e Vice-Diretor e nova convocação para realização de eleição	Parecer da Comissão de Legislação e Normas negando provimento ao recurso, por entender que não houve vício na votação ou apuração.	Aprovado parecer
05/12/1984	- Recurso interposto por Joaquim Inácio Santos Gomes contra decisão da Congregação que homologou concurso Prof. Auxiliar na Cadeira Patologia II.	- Negado	Aprovado parecer
11/02/1987	- Recurso interposto pelo Prof. Umberto Raimundo Costa, referente à eleição de representante titular do I GEO no Conselho de Coordenação	Aprovado parecer no sentido de encaminhar o processo ao CFE	Aprovado parecer
22/06/1988	- Recurso da Chefia do Depto de C. Computação do I. Matemática contra ato do Diretor daquele Instituto	Negado	Aprovado parecer

Quadro 10 Recursos deliberados pelo Consuni no período de 1982 a 1988

DATA	RECURSO	PARECER	DELIBERAÇÃO
28/03/1990	- Recurso interposto por Sergio Costa Oliveira contra decisão da Congregação do ICS para não acatar solicitação de impugnação do concurso para Professor Auxiliar de Microbiologia	Favorável a anulação do Concurso	Aprovado parecer
16/06/1990 -	- Recurso interposto por Jucelio Dantas da Cruz e outros contra decisão do Magnífico Reitor de suspensão por 30 dias de 07 estudantes da E. Agronomia na forma prevista no art. 106 do Estatuto (ocupação de residência destinada a professores, na Escola de Agronomia por estudantes – ocupada pelo Prof. Denis Vidal) - Recurso interposto por Ana Maria Castro Chamadouro e outros contra decisão da Vice-Reitora em exercício quanto à alteração da relação final dos aprovados no Concurso Vestibular/90 - Recurso interposto pelo Prof. João Augusto de Lima Rocha contra decisão do Conselho Departamental da E. Politécnica quanto ao procedimento adotado pela Unidade para eleição dos seus representantes no Conselho de Coordenação.	- indeferido recurso Indeferimento Indeferido	Aprovado parecer Aprovado parecer Aprovado parecer
26/10/1990	- Recurso interposto por Moacyr Itamaraty Costa Santos contra decisão da Banca Examinadora no resultado final do concurso para Prof. Auxiliar da disciplina Contabilidade Industrial do Departamento de Contabilidade.	- Indeferido	Aprovado parecer

Quadro 11 Recursos deliberados pelo Consuni no ano de 1990

DATA	RECURSO	PARECER	DELIBERAÇÃO
30/04/1991	<p>- Recurso interposto por Luzinete Simões Contra decisão da Congregação da FFCH que indeferiu seu pedido de transferência (redistribuição) da UFBA – Universidade Federal da Bahia para UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.</p> <p>- Recurso interposto por Rosali Braga Fernandes contra decisão da Congregação do I. Geociências quanto parecer da Banca Examinadora durante concurso para Prof. Auxiliar para Departamento de Geografia.</p>	<p>- Indeferido</p> <p>- Indeferido</p>	<p>Aprovado parecer</p> <p>Aprovado parecer</p>
19/11/92	<p>- Recurso contra decisão da Congregação da Faculdade de Farmácia que anulou o concurso para Prof. Auxiliar da Matéria Parasitologia Clínica, devendo ser elaborada outra lista de aprovados garantindo direito da recorrente ao 2º. Lugar.</p> <p>- Recurso contra decisão da Escola de Dança de não acolher pedido de anulação da eleição do rep. Prof. Auxiliar junto aquele colegiado</p> <p>- Recurso interposto por Arenilda Mignac à devolução do processo de escolha do diretor à Escola de Administração para elaboração de outra lista “garantindo o direito à recorrente de participar figurando em 2º. Lugar”,</p>	<p>parecer favorável</p> <p>parecer acatando</p> <p>parecer favorável</p>	<p>Aprovado parecer</p> <p>Aprovado parecer</p> <p>Aprovado parecer</p>

Quadro 12 Recursos deliberados pelo Consuni no período de 1991 a 1992

A partir do estudo dos documentos, ficaram evidenciadas as formas utilizadas, pelo Conselho Universitário, para se manifestar a respeito de assuntos que não os especificamente discutidos, tornando pública sua posição a partir da opinião consensuada de seus participantes através dos seguintes instrumentos: Notas Oficiais, Moções, que são documentos produzidos, a partir da decisão do colegiado, para esclarecer situações, ou manifestar seu pensamento, ou posição sobre determinado fato, pessoa, acontecimento.

Das treze moções aprovadas no período, cinco são Moções de Pesar pelo falecimento de professores ou pessoas ligadas a membros do Conselho, uma Moção de Agradecimento pelo exercício de cargo, uma Moção de Reconhecimento, uma Moção de discordância quanto às medidas propostas pelo governo federal, uma Moção manifestando apreensão quanto às condições precárias de funcionamento, uma Moção de apoio às reivindicações dos professores em greve, uma Moção de apoio e solidariedade ao Reitor.

Ano	Moção
1982	Nota Oficial esclarecendo a comunidade fato da invasão da Reitoria por estudantes
1983	Nota Oficial “expressando protesto contra ação policial à pacífica manifestação estudantil no Campus da Universidade envolvendo até o Hospital das Clínicas e com desrespeito à autonomia universitária” Moção de pesar pelo falecimento da Profa. Zahidé Maria Torres Machado Neto Moção de pesar pelo falecimento da Profa. Itália Magnavita Schoum
1984	Aprova documento de apoio aos servidores em greve (achatamento salarial)
1985	Moção de pesar pelo falecimento da Profa. Margot Piva; Moção de pesar pelo falecimento do genitor da Profa. Ediza Maria Rocha Moção de pesar pelo falecimento do Prof. Milton Cayres de Brito
1986	Nota de solidariedade aos membros do DCE pelo indiciamento do estudante Ronaldo Neto da Silva pela Polícia Federal, por exibir o filme “Je vous salue, Marie”. Moção de agradecimento à Profa. Clara Wolfovitch pela dedicação que exerceu a Chefia do Gabinete Moção de apoio ao CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras pela medida adotada Moção de apoio e solidariedade ao Magnífico Reitor

Quadro 13 Moções aprovadas pelo Consuni

Ano	Moção
1987	Moção de Apoio às reivindicações dos professores em greve
1988	<p>Aprovado documento a ser enviado ao MEC manifestando “estranheza e frustração pelo não acatamento” do primeiro nome da lista para o cargo de Reitor.</p> <p>Moção afirmando visão positiva do Reitor Germano Tabacof e o compromisso com a continuidade do aprofundamento do processo de democratização desenvolvido naquele Reitorado</p>
1989	<p>Moção de pesar pelo falecimento do Prof. Lindemberg Cardoso</p> <p>Moção manifestando apreensão quanto à permanência das condições precárias de funcionamento e apoio aos pleitos que visem estabelecer condições de funcionamento</p> <p>Moção de reconhecimento ao MEC pelos serviços prestados à UFBA quando da autorização de recursos para obras de recuperação na universidade</p>
1990	<p>Manifesta sua discordância quanto a medidas propostas pelo governo federal, preocupado com comprometimento das atividades fim das instituições federais de ensino superior</p> <p>Moção manifestando sua discordância quanto a medidas propostas pelo governo federal, preocupado com comprometimento das atividades fim das instituições federais de ensino superior</p>
1991	Aprova nota acerca da concessão de ajustes salariais diferenciados aos funcionários públicos civis e militares
1992	-

Cont... Quadro 13 Moções aprovadas pelo Consuni

Quanto às manifestações do Consuni, a Nota de solidariedade aos membros do DCE pelo indiciamento do estudante Ronaldo Neto da Silva pela Polícia Federal, por exibir o filme “Je vous salue, Marie”, ainda no ano de 1986, traz à tona a censura estabelecida do período militar e a Nota Oficial contra ação repressora da polícia ao movimento estudantil, deixa transparecer os resquícios da repressão vivida no período da ditadura.

A falta de autonomia pelas universidades, no início dos anos 80, foi evidenciada na ata da seção de 14 de abril de 1982, quando o Conselho Universitário se reuniu na Residência do Reitor e aprovou uma Nota Oficial para esclarecer a toda a comunidade a ocupação do prédio da Reitoria por estudantes, como forma de protestar e reivindicar modificação da decisão do Ministério da Educação, que havia aumentado o valor das refeições nos restaurantes das universidades, meios utilizados por estudantes também na atualidade para protestar

contra atos e ações, a exemplo do ocorrido em 2007, quando o prédio da Reitoria da UFBA foi ocupado pelos estudantes numa tentativa de interferir no processo de adesão da Universidade ao Programa Reúne, instituído pelo Ministério da Educação.

O Conselho registrou 15 Votos de Pesar pelo falecimento de pessoas ligadas à vida acadêmica ou personalidades da Bahia, a exemplo do registro pelo falecimento da Irmã Dulce, conhecida na Bahia e no Brasil pelo trabalho social que desenvolveu na busca por atendimento médico para a população carente da cidade do Salvador. Os votos de pesar registrados nas sessões do Consuni, no período estudado, encontram-se no Quadro 14.

Ano	Registro de voto de pesar pelo falecimento de:
1982	Prof. Eduardo Sá Oliveira
1983	-
1984	-
1985	-
1986	Prof. Adriano Pondé – Vice-Reitor da UFBA
1987	-
1988	-
1989	Prof. José Osório Reis e Albérico Fraga – Reitor da UFBA
1990	Dr. Luis Vianna Filho Dr. Albano Franco da Rocha
1991	Prof. Pedro Tavares Prof Nildo da Silva Peixoto Prof. Galeno Egydio Magalhães Prof. Alceu Hiltner Prof. Manoel Pinto de Aguiar Prof. Arnaldo Rodrigues da Silveira Prof. Túlio Maraglia Prof. Gilberto da Mata
1992	Prof Jairo Simões Irmã Dulce

Quadro 14 Votos de pesar registrados

Os *assuntos discutidos* nas reuniões, através da manifestação dos conselheiros, foram categorizados em:

- **SERVIDORES** (docentes e técnico-administrativo): nesta categoria, foram incluídos os pronunciamentos relativos a questões ligadas a recursos humanos como: anunciado autorização para absorção do pessoal contratado por convênio, falta de pessoal, necessidade de realizar concurso, pagamento de hora extra, freqüência, achatamento salarial; carga horária, aproveitamento de concursos, necessidade de treinar pessoal, horário corrido; distribuição de servidores na Universidade; distribuição de servidores na UFBA;
- **ESTRUTURA FÍSICA**: temas relacionados aos edifícios da universidade – falta de espaço, condições de funcionamento, necessidade de melhor estrutura física da Escola de Agronomia, andamento de obras do HUPES, recuperação de rede elétrica de Química, necessidade de iluminação, necessidade de fechamento de área; degradação do patrimônio físico, problemas no prédio do Instituto de Letras que forçou a ministrar aulas em outros espaços, chegando a funcionar em 13 espaços físicos diferentes, problemas de estrutura física da Escola de Belas Artes, Comunicação, falta de conservação dos prédios, falta de segurança no campus;
- **ORÇAMENTO E FINANÇAS**: manifestações relativas à falta de recursos, procedimentos sobre distribuição de recursos, critérios para distribuição, restrição de verbas, crise econômica; critérios de distribuição de recursos na universidade, encerramento de exercício financeiro, cortes de verbas; crise universitária brasileira, devido às restrições de verbas; racionamento de energia, taxas estabelecidas pela UFBA;
- **PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS**: necessidade de estabelecer rotinas administrativas, sistemática de distribuição de atas antes da reunião; necessidade de supervisionar convênios na universidade, necessidade de planejamento, critérios diferentes nas unidades, centralização de compras e distribuição de material, Comissão para re-estudo da metodologia de reavaliação da UFBA;
- **NORMAS**: necessidade de atualizar estatuto e regimento da UFBA, normas para concessão de Títulos, projeto de reforma universitária, documento do

CRUB sobre a reforma do ensino superior; Projeto de Lei sobre regime especial aplicável às Universidades (proposta para discussão no Consuni), representação estudantil nos Órgãos Colegiados, Portaria Ministerial sobre Plano de Cargos e Salários, Comissão para coordenar processo de escolha do Reitor;

- CULTURAL: mencionada necessidade de levantar o acervo cultural da universidade; edição de livros, gravação de disco, obras regidas pelo Prof Piero Bastianelli, inauguração da 1ª microscopia eletrônica na Bahia, na Fundação Gonçalo Muniz, Edição de livros com apoio Du Pont do Brasil e Dow Química,
- ACADÊMICO: Vestibular, defesa do ensino público, crescimento da pesquisa na UFBA, critérios adotados pela Capes para avaliar cursos de pós, produção científica, cultural e artística da UFBA, participação docente em eventos científicos; bolsas de iniciação científica, necessidade de banco de dados na área da pesquisa, modificações na CAPES;
- DIVERSOS: reunião quinzenal de diretores, registro de aniversário de personalidade, registro de aniversário da UFBA, criação de associação de ex-alunos, dissolução do DCE, defesa do ensino público e gratuito – compromisso social da universidade, assinatura de periódicos para BC, consulta à comunidade para composição da lista sêxtupla para escolha do reitor, aquisição de material bibliográfico;
- EQUIPAMENTOS: necessidade de modernizar reprografia, de adquirir equipamentos eletrônicos, necessidade de manutenção de aparelhos, problemas para manutenção de equipamentos do CPD, aquisição de computadores.

TEMAS	Frequência	%
Servidores (Docente e Téc. Adm)	74	23,6
Estrutura Física	51	16,2
Orçamento e Financeiros	47	15,0
Procedimentos Administrativos	37	11,8
Normas	33	10,5
Cultural	21	6,7
Acadêmicos	18	5,7
Diversos	18	5,7
Equipamentos	10	3,2
Total	314	100

Quadro 15 – Temas discutidos pelo Consuni

Do mapeamento dos *temas recorrentes*, verificou-se que o Conselho se debruçou sobre temas administrativos, sendo o que mais aparece no período estudado, o tema relacionado com recursos humanos seguido pelos temas estrutura física, orçamento, procedimentos administrativos e normas, o que é justificável pelo caráter administrativo que o Conselho possui. Entretanto, observou-se que, embora sejam temas recorrentes na fala dos conselheiros, alguns temas foram mencionados, mas não chegaram a ser discutidos e deliberados. Exemplo disto foi a recorrência de pronunciamentos sobre estrutura física, um dos temas mais citados nas reuniões, mas que não é levado ao Conselho como matéria a ser deliberada.

Ficou evidente, através dos documentos, o momento vivido: com o crescimento da pesquisa nas universidades, surgimento dos centros e núcleos de pesquisa e manifestações de caráter acadêmico, mais voltados para o crescimento da pesquisa e participação em eventos científicos, uma vez que o CNPQ estava voltado para formação de recursos humanos, desenvolvimento da pesquisa, por meio de auxílio financeiro a centros de pesquisa e de instrumento como bolsas.

A partir da manifestação dos componentes do Consuni, ficaram evidenciadas as dificuldades financeiras vividas no período, sendo registradas, através de comunicados das medidas do governo federal de corte de verbas, propostas de redução de pessoal, bem como o processo inflacionário da nação, ao conter o registro da aprovação, pelo Conselho, de aplicação de recursos no mercado

financeiro face à inflação de 200% ao ano, fazendo emergir o contexto daquele período, ações e fatos registrados, conforme demonstrado no Quadro 16.

Ano	Fato/ocorrência
1982	<p>19/03/82 – Invasão dos Restaurantes de Ondina e Cruz das Almas por estudantes insatisfeitos com Portaria do MEC estabelecendo novos preços para refeições dos RU</p> <p>14/04/82 – Invasão da Reitoria (estudantes – preços refeições)</p> <p>27/12/82 anunciada iluminação do Campus de Ondina e da escada que liga a Escola Politécnica ao Restaurante Universitário</p> <p>Inauguração do Memorial de Medicina</p> <p>Inauguração da Biblioteca Central</p>
1983	<p>Inauguração do Museu de Arqueologia</p> <p>19/08/83 - Lançamento de livro sobre painel artístico da BC e livro referente ao Memorial de Medicina</p> <p>29/08/83 “graves acontecimentos ocorridos pela manhã no campus onde se localizam a Reitoria e o Hospital das Clínicas”</p> <p>Inauguração do Núcleo Sertões junto ao Centro de Estudos Baianos</p>
1984	<p>31/01/84 - Publicação da lista de aprovados no Vestibular com erros</p> <p>01/03/84 - Extraordinária para escolha do substituto eventual do Vice-Reitor uma vez que o Reitor havia tomado posse em Brasília mas só assumiria a Reitoria em 15 dias, evitando a “vacatio”</p> <p>23/07/84 - Aprova participação de representante dos servidores Técnico-administrativos no Conselho com direito a voz e sem direito a voto</p> <p>aprova participação de representante dos Órgãos Suplementares no Conselho com direito a voz e sem direito a voto</p> <p>23/07/84 - aprova apoio à greve dos servidores (achatamento salarial)</p> <p>20/11/84 – autorizado aos Departamentos a conceder afastamento de docentes da cidade</p>

Quadro 16 Fatos e ocorrências registrados no período

Ano	Fato/ocorrência
1985	<p>16/04/05 Proliferação de Núcleos e Centros de Pesquisa na Universidade</p> <p>12/06/85 - Decreto 91.177 – designa comissão para subsidiar formulação de nova política para educação brasileira</p> <p>12/06/85 Resolução do Conselho Curadores, para aplicação de recursos na Caixa Econômica Federal, para fazer frentes aos efeitos de uma inflação de 200% ao ano</p> <p>01/10/85 publicação do 1º número da Revista <i>Universitas</i>, aberta a produção intelectual</p>
1986	12/08/86 Seminário para automação de bibliotecas e sistema de informação
1987	<p>07/04/87 - Apoio a Greve de Professores</p> <p>Portaria do MEC concedendo aos Reitores poderes para nomear Diretores de Unidades</p> <p>06/10/87- Manifestação da Direção da Faculdade de Medicina em relação implantação do sistema unificado descentralizado de saúde no Estado da Bahia “que vem ignorando os Hospitais Universitários”</p> <p>07/04/87 Aprova concessão de 12 referências para servidores técnico administrativos</p> <p>Inauguração do laboratório de informática do Instituto de Geociências (1987)</p>
1988	22/06/88 Inauguração do Pavilhão de Aulas Germano Tabacof na Escola de Belas Artes
1989	<p>27/02/89 - Manifestação do Conselho sobre a assinatura e aprovação de atas de reuniões das quais não participaram</p> <p>29/12/89 – Fechamento do RU</p>
1990	
1991	<p>25/06/91 – greve dos servidores</p> <p>20/09/91 - Aprova proposta para realização de consulta à comunidade universitária para composição de lista sêxtupla para escolha do Reitor</p>
1992	03/06/92 – greve dos servidores

Cont...Quadro 16 Fatos e ocorrências registrados no período

A partir das ocorrências registradas, verificou-se que, durante o período estudado, aconteceram três greves em defesa de melhores salários. Portugal (2009) relata sobre o movimento de greve dos servidores que o Conselho universitário

[...] tomou a decisão de apoiar as reivindicações de greve, como não podia apoiar uma greve, o conselho decidiu apoiar as reivindicações dos servidores e professores da universidade, uma decisão muito corajosa, e solicitar que os organismos legislativos se pronunciassem, isto em 84. É quando a Assembléia Legislativa se desloca do centro

administrativo e se reúne oficialmente no Palácio da Reitoria. Isto após uma série de reuniões que tivemos com o Presidente da Assembléia.

Acentuou-se, nesse período, o movimento pela participação da comunidade nas discussões de interesse coletivo, ainda que de modo bastante controlado. Das atas emergiram as tentativas de ampliar a participação da comunidade, no processo decisório da instituição, quando, no ano de 1984, foi concedido assento nos conselhos superiores, de representante aos técnicos administrativos, ainda que sem direito a voto, o que é ratificado por Portugal (2009), ao mencionar como ação mais importante, no período que participou do Consuni:

A representação, a tomada da decisão de representação informal dos funcionários da universidade. O Reitor Germano Tabacof tomou para si o papel de colocar um representante com direito a voz e foi algo revolucionário porque pelo país afora isto não existia, o servidor não existia, era um instrumento dos serviços universitário mas sem voz, isso nos deu o direito a voz no início de 83, até o final do reitorado do Germano Tabacof o que depois foi preciso ser renegociado e foi por terra.

Verificaram-se também tentativas em estabelecer um processo participativo da comunidade, no processo sucessório para escolha do Reitor, chegando-se a elaborar as normas de consulta à comunidade, para constituição de lista sêxtupla para escolha do Reitor, no ano de 1987, o que foi ratificado por Barreto (2009) ao relatar:

Não havia nada a nível de Brasília, mas foi constituída uma comissão que apresentou propostas para escolha de reitor, diretamente pela comunidade universitária. Tinha pouca coisa, mas a Bahia tem papel pioneiro, alguns outros estados já estavam trabalhando nessa direção, mas nós tínhamos um papel político muito interessante porque o Conselho estava determinado a aprovar um novo tipo de escolha, só que tínhamos ainda algumas restrições com relação ao documento. Independente da exigência legal queríamos ter papel político da escolha do dirigente máximo. Teve uma grande discussão pelos estudantes, professores e funcionários. Essa foi talvez uma das maiores discussões. Todos queriam a escolha direta.

A garantia do processo democrático para a escolha de dirigentes foi também evidenciada em 1988, quando o Conselho manifestou “estranheza e frustração pelo não acatamento” do primeiro nome da lista para o cargo de Reitor o que foi ratificado por Barreto (2009), ao declarar “O Rogério foi o quinto com uma votação pequena, e entrou [...]. Foi um período que marcou muito [...] a posse foi na delegacia do MEC, porque ele não conseguia entrar na Reitoria”.

Vargens (2009) referiu-se ao momento vivenciado pela universidade como

[...] um período singular na nação brasileira porque foi a Constituinte com todas as pressões [...] se desenvolvia nas associações de servidores, de docentes, como não havia sindicatos, essas associações tomaram rumo sindical corporativo. É uma tradição de todo Século XX, os partidos e opções políticas procuraram e lideraram essas associações então no momento em que o país abre e se redemocratiza esses segmentos estavam bem fortalecidos corporativamente. E aí as oposições que tive foi muito da ala que prevalecia no momento e foi o grande drama, os problemas que tive de enfrentar e enfrentei com muita tranquilidade e com coragem porque estava preparado para isto, eu tinha experiência e legitimidade para isso.

A concretização do anseio da comunidade de participar do processo sucessório foi registrada na ata de 20 de setembro de 1991, que aprovou proposta para realizar consulta à comunidade universitária, a fim de compor lista sêxtupla para escolha do Reitor. No ano de 1992, foi empossada a Professora Eliane Azevedo, primeira Reitora escolhida pela comunidade acadêmica.

Das atas emergiram as tentativas feitas pelo Governo Federal de realizar uma reforma do ensino universitário, constando do documento produzido, em 24 de maio de 1991, quando o Conselho Universitário apreciou o item relativo à autonomia proposto pelo governo. Acerca das propostas de reforma apresentadas, Viana (2009) afirmou que:

A proposta de reforma naquela época era comandada pelo CRUB, pelo Professor Nelson Maculan do Rio de Janeiro e pelo Professor Cristovão Buarque, estavam voltadas, principalmente, para a autonomia porque com a Constituição de 88 partiu-se para a discussão da autonomia didática, financeira e administrativa e como implementar esta autonomia em relação ao ministério da educação e não foi levada a cabo e vem se arrastando nesse país esses anos todos. Uma nova proposta de reforma do ensino superior fora encaminhada à Câmara Federal em 2003 e que já está ultrapassada e precisa ser revista, a fim de se atualizar objetivos, redefinir conceitos e repensar o acadêmico sobre que universidade se quer e com que características.

Portugal (2009) relatou sobre a proposta de reforma do ensino superior, que “Houve um debate e esse projeto acabou derivando nas várias universidades. Essa reforma ainda não saiu. Houve avanços inequívocos. A universidade é hoje muito mais democrática do que foi. A educação está ligada ao que o estado é.

Descortinam-se, através dos documentos, as modificações da instituição, ao registrar a proliferação de Núcleos e Centros de Pesquisa, ao discutir produção

científica, a automação de bibliotecas, de aquisição de equipamentos de informática. Surgiu seu crescimento, através do registro de novas demandas, e desnudaram-se os problemas enfrentados como as duras medidas e cortes nos recursos orçamentários impostos pelo governo federal e problemas relacionados às instalações físicas, como foi o caso vivenciado pelo Instituto de Letras que permaneceu sem espaço físico de 1985 até começo dos anos 90.

No que se refere à questão social e econômica, as dificuldades ficaram evidentes. Entre 1986 e 1994, o país mudou quatro vezes de moeda, teve seis experimentos em estabilização econômica, sendo que apenas o último, o Plano Real, foi bem sucedido. A sucessão de dificuldades comprometeu a capacidade do Estado de governar (KINZO, 2001). As dificuldades econômicas vivenciadas no período foram confirmadas por Vargens (2009), ao relatar:

A universidade brasileira se viu pressionada por uma reforma administrativa no país, colocada de forma muito impetuosa e inadequada, requerendo que a universidade demitisse 1/3 dos seus funcionários. Foi um momento muito difícil. Os reitores tiveram uma dificuldade muito grande.

Verificou-se, durante as consultas realizadas nos arquivos da SOC, a existência de Boletins Informativos da Universidade da Bahia, nos quais eram publicados os atos da universidade bem como das deliberações do Conselho Universitário, através de Súmulas das atas dos Conselhos Superiores, sendo localizado o número inaugural desse instrumento de disseminação da informação, no qual, o Reitor Edgard Santos demonstrava reconhecer a importância da disseminação da informação junto à comunidade acadêmica dos fatos e ações que envolvem a instituição:

Iniciativa que tardava, a Universidade da Bahia dá início à publicação do seu Boletim, certa de que contribuirá com isto, decisivamente, para a mais perfeita condução dos trabalhos.

Destinado a efetuar o registro sistemático dos atos oficiais, e de interesse geral dos Professores, Estudantes e Funcionários, este Boletim tem por fim noticiar ainda os acontecimentos da vida universitária e, deste modo, desempenhar, não só uma função documental, como também a de estreitar os laços de entendimento e solidariedade já, de si, multiplicados entre as nossas Unidades e Serviços.

Tem, como se vê, dentro de uma feição modesta e limitada, finalidades que não se distanciam dos objetivos gerais que nos inspiram.

Creemos, pois, que sua missão não falhará, podendo assim, contar, continuamente, com o estímulo e a colaboração material dos elementos a que deve servir (SANTOS, 1956).

A constatação de importante instrumento de disseminação da informação levou à inclusão de dois quesitos no roteiro das entrevistas, a fim de identificar a forma utilizada para disseminar as informações relativas às deliberações do Conselho Universitário, no período estudado, uma vez que o Boletim Informativo, no qual, eram registrados os atos dos conselhos superiores e da administração, veiculou apenas nos anos 50 e 60, e se consideravam importante a comunidade conhecer as decisões do Conselho, obtendo-se o seguinte resultado:

As deliberações eram divulgadas em boletins, mas de maneira um pouco precária porque não tinham a amplitude que hoje a *internet* proporciona. [...] todas as decisões de caráter público devem ter algum tipo de divulgação, então as resoluções que normalmente são tomadas pelo conselho devem ser divulgadas para conhecimento de todos não só da comunidade universitária como da população em geral e isto é feito através da própria SOC no seu *link*, na página onde constam todas as resoluções tomadas pelos 3 conselhos, Consuni, Consepe, Conselho de Curadores. (COSTA, 2009).

Para Portugal (2009), o Consuni passou a ser, a partir de meados da década de oitenta,

[...] instrumento de coletivização da gestão universitária e a divulgação da sua produção universitária era fundamental mas era muito precária nessa época [...] considero fundamental a divulgação do que se determina no conselho [...]. A divulgação ainda é abaixo do necessário, a universidade não tem um jornal que se comunique. Hoje a comunicação é pela internet, mas é muito desigual, uma parte dos servidores acessa.

Sobre a importância de comunicar à comunidade universitária as decisões do Conselho, Viana (2009) considerou

Importantíssimo porque a vida universitária é a participação feita de todos [...] todos interessa as decisões estratégicas da universidade [...]. O interessado recebia a comunicação, não havia uma comunicação para a comunidade acadêmica. Essa preocupação, a universidade, na minha concepção não tem. [...] as decisões do conselho tem de ser públicas” e os Conselhos tem duas formas de divulgação uma é a formal que é pelas deliberações do conselho que resulta em resoluções que são subscritas pelo reitor refletindo o resultado e são publicadas [...] cada um dos representantes deve levar a suas unidades e transferir as informações de qualquer conselho (VARGENS, 2009).

De acordo com Barreto (2009), a comunidade deve conhecer as decisões do Conselho ao afirmar ser “[...] mais do que necessário [...] tem que ser transparente. A transparência na instituição pública é fundamental, então o conselho tem que publicar tudo aquilo que decide”. Quanto à forma de divulgação, esclarece que “[...] era só através da interlocução dos membros com a sua unidade”.

Para Tavares (2009), “A comunidade deve tomar conhecimento de tudo que acontece” e relatou que as informações relativas ao Conselho “[...] eram divulgadas, não no sentido amplo, mas era comunicado aos colegas o que ocorria”.

Ao serem questionados sobre o papel do Conselho Universitário, obtiveram-se dos entrevistados as seguintes informações:

O Conselho Universitário é o serviço de inteligência da universidade. Pois é composto de professores que vivem não só suas faculdades, seus cursos, aulas, colegas e alunos. É a universidade sempre (TAVARES, 2009).

Fundamental na vida da instituição, representa a política da universidade (GALVÃO, 2009).

O papel do Conselho é regular, porque a universidade é regida por regimento, estatuto, normas e o papel do conselho é regular, fazer com que funcione. Um outro papel de caráter mais amplo é atender o seu papel social. O conselho não pode ficar restrito ao papel burocrático. Grandes projetos poderiam ser deslanchados pelo próprio conselho e não apenas para atender, para discutir e achar solução de problemas. Papel criador, conselho máximo para traçar diretrizes, grandes projetos para a instituição e não apenas para resolver problemas que chegam lá (BARRETO, 2009).

O Conselho Universitário tem como papel principal definir as políticas maiores, administrativas e acadêmicas da universidade. Com as modificações do estatuto, ele passa a ter uma participação mais efetiva da vida acadêmica da universidade (COSTA, 2009).

O conselho universitário hoje com outra denominação, Consuni, e outra formatação na Universidade Federal da Bahia, é o órgão máximo da instituição, o órgão que no governo universitário já é o órgão deliberativo que efetivamente comanda a política universitária. É o parlamento universitário (PORTUGAL, 2009).

A atuação do Conselho Universitário, órgão deliberativo máximo da UFBA, ultrapassa a aprovação de normas definidoras de sua estrutura, funcionamento e a solução imediata de problemas, uma vez que acompanha o desempenho administrativo, acadêmico, financeiro da instituição e sua inserção no contexto nacional, visando ao atendimento de seus objetivos, o que requer registro cuidadoso de suas atividades, disseminação de suas decisões, junto à comunidade acadêmica e preservação dos seus documentos.

7.4 Resultados obtidos

Com base nas informações obtidas nos documentos, na bibliografia estudada e nas entrevistas realizadas, pode-se concluir que o acervo de atas do Consuni é fundamental para a memória da Universidade, pois elas registram informações relativas à vida da instituição, sobre pessoas e fatos que evidenciam o contexto.

As atas testemunham as transformações ocorridas, através da regulamentação de políticas de pessoal, na forma como organiza e estrutura seus órgãos deliberativos, retratam a atuação do órgão no período, através das deliberações e o contexto do momento, através das discussões e manifestação dos membros do Conselho. Dos documentos emergem as dificuldades enfrentadas, ações, busca de soluções e temas relevantes no cenário nacional, como a proposta de reforma do ensino superior que não ultrapassou a fase de discussão.

Verificaram-se, através das entrevistas realizadas, coerência das informações registradas nos documentos e as respostas dos participantes da pesquisa. Ressaltam-se apenas aspectos relativos à redação dos documentos, verificados através da leitura das atas e confirmados pelos participantes, de que, muitas vezes, enfatizam-se temas que poderiam ser tratados de modo mais sucinto e deixa, outras vezes, de explicitar e detalhar melhor as discussões que elucidariam a razão de determinada decisão ou de fatos e ocorrências.

Respondendo ao pressuposto relativo à organização dos documentos, em algum lugar na instituição, verificou-se que os acervos são acumulados no próprio setor, onde são produzidos, sem nenhum tipo de tratamento, não é feita nenhuma intervenção no ciclo de vida dos documentos, da sua produção até a destinação final e não atendem aos pressupostos da gestão documental, cuja finalidade é a garantia de critérios de organização, conservação e preservação que possam assegurar facilidade de acesso aos documentos e às informações neles contidas.

Quanto à fidedignidade das informações registradas, percebeu-se que os documentos retratam a atuação do órgão no período, através das deliberações e o contexto do momento, por meio das discussões e manifestações dos conselheiros, o que foi confirmado pelos participantes da pesquisa.

De acordo com Galvão (2009) “a ata tem que ser um registro fiel, devem constar o relato do que aconteceu”; Para Barreto (2009), “as atas não registram tudo, as reuniões muitas vezes são longas e é impossível registrar tudo” e ressalta: “nas instituições públicas todas as decisões são importantes e devem ser registradas, aprovadas e assinadas por todos, toda instituição tem de preservar os documentos”.

Costa (2009) relata que busca fazer um resumo das reuniões, busca fazer um documento que não seja cansativo mas que retrate com fidelidade, as discussões, as decisões tomadas.

Quanto à relevância do órgão para a instituição, ficou evidente que se trata da instância máxima de deliberação da instituição, cuja competência foi substancialmente ampliada com aprovação do Estatuto de 2009, através do qual o órgão passou a ter participação direta nas decisões administrativas e acadêmicas. Através dos documentos, verificaram-se que, no período estudado, muitas das questões administrativas apresentadas pelos membros do Conselho, não chegavam a ser deliberadas, ficando a decisão a cargo da administração central. Exemplo disto são temas categorizados como infra-estrutura física, recorrente nos documentos como temas discutidos, que não aparecem nas deliberações realizadas. Ficou evidenciado o consenso dos participantes da pesquisa, quanto à importância do Conselho Universitário para a instituição, na condução da sua administração como no seu planejamento. Cabe aos pesquisadores interessados no tema efetuar estudos mais aprofundados, quanto ao papel do órgão, junto à instituição.

Quanto à disseminação das informações relativas às atividades do Consuni, foi unânime a posição dos participantes da pesquisa, quanto à importância de comunicar à comunidade universitária as decisões dos Conselhos, dando ampla publicidade das decisões e deliberações. Verificaram-se modificações na forma de disponibilizar para a comunidade as deliberações dos Conselhos Superiores. Identificou-se que, nas décadas de 50 e 60, a disseminação da informação realizava-se, através do Boletim Informativo. No período estudado, a disseminação da informação produzia-se através dos Conselheiros, ou diretamente ao interessado, no âmbito das unidades universitárias, através das Resoluções que eram encaminhadas às Unidades ou Órgãos, de acordo com tema ou área de interesse.

Atualmente, as resoluções do Consuni são disponibilizadas na *web*, na página da UFBA, pela Secretaria dos Órgãos Colegiados, através de *link*, onde se encontram as resoluções de todos os Conselhos Superiores, desde o ano de 1997 (COSTA, 2009), o que limita o acesso da informação àqueles que dispõem de equipamento de informática e acesso à *internet*. A Universidade não dispõe de mecanismo formal de transmissão da informação, sendo usual a veiculação de *e-mail* como instrumento de comunicação.

A UFBA ainda não dispõe de políticas para gestão de documentos de arquivo, embora tenham sido feitas tentativas para o estabelecimento de políticas documentais, como a constituição de Comissão Provisória no ano de 2005, através de ato do Reitor, Portaria 1049 de nove de dezembro de 2009 e, na recente aprovação do Regimento Geral da Universidade, em março deste ano, no qual está prevista a constituição de Comissão Permanente de Arquivo, como nova tentativa de definir políticas de arquivos na universidade, sem maiores esclarecimentos que deixem perceber a importância relativa à política de preservação de documentos e de veiculação da informação.

Concluiu-se que os acervos documentais existentes na Secretaria dos Órgãos Colegiados da UFBA são fundamentais para a memória da instituição. Entretanto a falta de política de gestão documental, aliada à falta de recursos físicos, material e humanos, tem levado à acumulação desordenada dos documentos, necessitando, urgentemente, de medidas efetivas, voltadas para a adoção de gestão documental, através da instituição de regras que ordenem a produção, conservação, preservação e descarte de documentos.

Para tanto, faz-se necessária a elaboração de um plano de classificação de documentos e de tabela de temporalidade documental, a fim de orientar os profissionais que lidam com os documentos da instituição, bem como um programa de capacitação direcionada àqueles que manuseiam os documentos, permitindo uma visão global da gestão documental apresentada por Rosseau e Couture (1998), ou seja, da criação dos documentos até sua destinação final, oferecendo, desta forma, condições para o rompimento da produção e acumulação desordenada da documentação corrente.

Para selecionar e organizar os acervos já acumulados, sem tratamento, recomenda-se o treinamento de equipe, para orientar e acompanhar a avaliação dos

acervos, através da sistematização de padrões de avaliação, com auxílio de manuais e normas elaborados com critérios bem definidos, evitando erros na eliminação e acumulação desnecessárias, aleatórias e prejudiciais à preservação do patrimônio documental representativo da sua memória.

Cabe, portanto, à Universidade, na busca do cumprimento do seu papel social de transmitir o conhecimento, disponibilizar todo tipo de informação, seja a informação técnico-científica, bibliográfica como também a informação arquivística, o que exige ações que venham, efetivamente, viabilizar e garantir a execução da gestão de documentos, de modo a assegurar que os documentos fundamentais, para a reconstrução de sua memória sejam preservados. A preservação de seus documentos de arquivo significa a preservação da sua memória, importante fonte de pesquisa para a comunidade acadêmica e para a sociedade, em geral, uma vez que dispõe de informações de toda ordem.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos são a base para reconstrução da memória de instituições, organizações, comunidades e pessoas. Através dos documentos, é possível conhecer a forma como as instituições surgem, se estruturam, se desenvolvem, como se consolidam e se relacionam com a sociedade. Os documentos são vestígios de uma trajetória, refletem o olhar de um tempo e estão impregnados de um contexto. É pelo documento que se pode ter uma visão de particularidades culturais, de políticas vivenciadas, de realizações, de reconstrução de aspectos do cotidiano, fatos e ocorrências. Os documentos expressam o mundo, localizam as instituições no tempo e no espaço.

Os documentos produzidos, cotidianamente, objetivam o atendimento de uma necessidade imediata e assumem diversos tipos, de acordo com a atividade que representa. Assim, o tipo documental está relacionado ao objetivo de sua criação, com a função que exerce, devendo seu formato estar conformado com a exposição de seu conteúdo. A função imediata dos documentos é comprovar ações realizadas, cumprimento de um dever, medidas adotadas, direitos adquiridos, registrar decisões sem perder de vista a sua utilização futura.

A ata se constitui em um tipo documental que já nasce com caráter permanente e valor histórico. São documentos únicos, cuja função não deve se limitar ao registro, de resoluções e decisões de reuniões, assembleias, eleições, sessões, mas conter o relato circunstanciado das discussões e manifestação de seus participantes, devidamente identificados e qualificados. A ata possui uma dimensão pública, administrativa oficial da vida do órgão/instituição que a produziu, traz junto de si pensamentos, posições e permitem uma visão global das atividades desenvolvidas pelo seu produtor. Registram informações de interesse, da própria instituição ou órgão que a produziu, de pessoas, da comunidade, contém informações de interesse individual e coletivo e constitui importante fonte de pesquisa para professores, alunos, pesquisadores e para o público em geral.

Nas universidades, as atas evidenciam sua atuação no cenário acadêmico do ensino superior no país e a forma como norteia o destino da instituição, devendo sua produção estar voltada, não só como prova de decisões, mas como registro da

memória institucional e serem conservadas e preservadas para efeito futuro, conforme preconizado pela gestão documental, a partir de sua criação, uma vez que a conservação de documentos sem real valor secundário acarreta prejuízos significativos ao cumprimento da função própria, que é propiciar pleno acesso à informação, o que exige um arquivo organizado e eficiente para prestar informações às pessoas que delas precisarem.

Cabe às instituições a potencialização dos conjuntos documentais como fonte de informação, mediante adoção da gestão documental, que permite o acompanhamento da documentação da sua produção à destinação final, evitando perdas irreparáveis, como descarte ou deteriorização provocadas pelo tempo, pelo manuseio e pela falta de condições de guarda, através da instituição de política de preservação que viabilize a conservação dos documentos, possibilitando o uso mais eficaz dos documentos, prolongando a vida útil dos seus documentos e garantindo a preservação e resgate da sua memória.

Para isso, é preciso medidas efetivas, visando à criação de mecanismos que reforcem a importância de salvaguardar os documentos, uma vez que estes constituem a memória das instituições, bem como a viabilização de recursos para recuperação, preservação e disseminação de informações dos acervos memorialísticos da sociedade. O resgate à memória deve ser reconhecido como o estabelecimento de uma identidade construída através dos tempos e o compromisso de preservar e salvaguardar o que já existe e pensar mecanismos de preservação para o que está sendo criado na atualidade, uma vez que o crescimento da massa documental, nos diversos suportes, dos tradicionais aos eletrônicos, cresce cotidianamente, de modo dinâmico e rápido, com o avanço dos recursos tecnológicos, o que demanda um cuidado ainda maior em termos de mecanismos de preservação e conservação de documentos.

As instituições públicas têm a missão de resguardar e disponibilizar todos os documentos que constituam fonte de informação, relativa à memória, para que os usuários encontrem as informações que procuram, garantindo, assim, o direito de acesso à informação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar Monteiro de. **Universidade nova: textos críticos e esperançosos**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; Salvador: EDUFBA, 2007. 302 p., il.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005, 232 p. (Série Publicações Técnicas, n. 51).

_____. **Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos**. Rio de Janeiro, 1995, 49 p. (Série Publicações Técnicas, n. 47).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação**. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **NBR 9578: arquivos: terminologia**. Rio de Janeiro, 1986.

BALDRIDGE, J. V. **Estruturación de políticas efectiva en la educación superior**. México: Noema, 1982.

_____. Organizational characteristics of colleges and universities. In: BALDRIDGE, J. V.; DEAL, T. **The dynamics of organizational change in education**. California: McCutchan, 1983.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Gráfica Telles da Silva, 1977.

BARRAN, Alicia Casas de et al. **Gestión de documentos del sector público desde una perspectiva archivística**. 2004 Disponível em: <http://www.irmt.org/downloadlist/education.html>. Acesso em: 12 mar. 2009.

BELLOTTO, Heloisa Liberali. **Universidade e arquivos: perfil, história e convergência**. Transinformação, v. 1, n. 3, p. 15-27, set./dez., 1989.

_____. **Arquivística: objetos, princípios e rumos**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. (Scripta, 1).

_____. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

_____. Uma política de arquivos para a universidade brasileira. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, 1., 1992, Campinas. **Atas...** Campinas: UNICAMP, 1992, p. 11-25.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. 89 p., il. (Projeto como fazer; v. 1).

BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembléia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998. 2 v. (Série ação cultural. Temas de interesse do Legislativo; n. 6). Disponível em: <http://www.marceloguimaraesfilho.com.br/legislacao/QFQ.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2010.

BRASIL. Congresso. Senado. **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm. Acesso em: 30 jun. 2010.

_____.Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/QUADRO/1960-1980.htm. Acesso em: 30 jun. 2010.

_____.Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/QUADRO/1960-1980.htm. Acesso em: 30 jun. 2010.

CAMARGO, A. M. Sobre o valor histórico dos documentos. **Revista do Arquivo de Rio Claro**, Rio Claro, n. 1, p. 11-17, 2003.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CARVALHO, Elizabeth Leão de. **Informação orgânica**: recurso estratégico para tomada de decisão pelos membros do Conselho de Administração da Universidade Estadual de Londrina. 2001. 102 f. Dissertação (Mestrado)—Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2001.

CARVALHO, Elizabeth Leão de; LONGO, Rose Mary Jullano. **Informação orgânica**: recurso estratégico para tomada de decisão pelos membros do Conselho de Administração da UEL. **Informação & Informação**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 113-33, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/1703/1454>>. Acesso em: 12 mar. 2009.

CHAUÍ, Marilena. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, H. (Org). **Universidade em ruínas**: na república dos professores. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria geral da administração**. 5. ed. São Paulo: Makron, 1998.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: SENAC, 2003.

DAGNINO, R.; GOMES, E. **O processo decisório na universidade pública brasileira**: uma visão de análise política. Disponível em: <<http://www.campusoei.org/salactsi/rdagnino4.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2010.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, jan./jun. 1994.

EVANS, F. B. An archival perspective. **UNESCO Journal of Information Science, Librarianship and Archives Administration**, v. 4, n. 2, p. 78-83, abr./jun. 1982.

FARIA, Sérgio Fraga Santos. **Escola Politécnica**: Tradição de grandes nomes da História da Bahia. Salvador: Helvécia, 2004. 160p.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, jul./dez. 2006 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602006000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 8 jun. 2009.

FICO, Carlos. Dos anos de chumbo à globalização. In: PEREIRA, Paulo Roberto. (Org.). **Brasiliana da Biblioteca Nacional**: guia das fontes sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 656 p., il, p. 349-368.

FLANAGAN, J. C. A técnica do incidente crítico. **Arquivo Brasileiro de Psicologia Aplicada**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 99-141, abr./jun. 1973.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175. p., il.

GLEZER, R. Arquivos universitários: para quê? **Trans-informação**, v. 1, n. 3, p. 29-34, set./dez. 1989.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2. p. 57-63, mar./abr. 1995.

GONZALEZ, José Antonio Moreiro. **Conceptos introductorios al estudio de la información documental**. Salvador: EDUFBA; Lima(Peru); Pontificia Universidad Católica Del Perú, 2005. 346 p.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves et al. In: VALENTIM, Marta L. P. (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em ciência da informação**. São Paulo: Polis, 2005, p. 135-159.

HARDY, C.; FACHIN, R. **Gestão estratégica na universidade brasileira: teorias e casos**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general: teoria y práctica**. 6. ed. Sevilla, 1993.

_____.En torno al tipo documental. **Boletín de la ANABAD**, t. 56, n.3, p. 13-36, 2006.

HOUAISS, A. Villar; SALLES, Mauro de. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. **Eliane Azevedo**. Disponível em:<http://www.portalmedico.org.br/Regional/crmba/jornal/jornal_131/cremeb_131.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2010

JARDIM, José Maria. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 251-260, 1991.

_____.Arquivos públicos brasileiros: modernidade ainda que tardia? In: SEMINÁRIO BASE PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM ARQUIVO MODERNO: O ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Anais...** Belo Horizonte, 1990. p. 79.

_____.**Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Niterói: EdUFF, 1999.

KINZO, Maria D'alva G. **A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição**. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400002>. Acesso em: 5 jul. 2010.

KURTZ, Clara M. As instituições arquivísticas e as práticas de difusão. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 1., 2004, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: Universidade de Brasília; Associação Brasileira de Arquivologia, 2004. CD ROM.

LANDA MOLINA, L. M. **Gestión de documentos: el caso del consorcio SMS**. Lima, 2002. Disponível em:

<http://sisbib.unmsm.edu.pe/bibvirtualdata/Tesis/Human/Landa_M_L/t_completo.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2009.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Tradução de Maria Yeda F. S. Filgueiras Gomes. 2. ed. rev. e atual. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução DE Bernardo Leitão et. al. 4. ed., Campinas, SP, Editora UNICAMP, 1996.

LODOLINI, E. El problema fundamental de la archivística: la naturaleza y el ordenamiento del archivo. In: GUTIERREZ MUÑOZ, C. **Archivística**. Lima: Universidad Católica, 1991. p. 30-51.

LOPES, L. C. **A informação e os arquivos**: teoria e práticas. Niterói: EDUFSCar, 1996.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, N. S.; SILVEIRA, A. A. **Configurações estruturais em organizações universitárias**. Florianópolis: Insular, 1998.

McGARRY, K. **Da documentação à informação**: um contexto em evolução. Lisboa: Presença, 1984.

_____. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília, DF, Briquet de Lemos, 1999.

MACNEIL, H. **Trusting records**: legal, historical and diplomatic perspectives. Dordrecht: Kluwer Academic, 2000.

MARCOVICH, J. **A universidade (im) possível**. São Paulo: Futura, 1998.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Soc**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 23 fev. 2010.

MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto Matos. Memória Institucional e gestão universitária: o caso da Universidade Federal da Bahia. 2004, 184f. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA, Salvador, 2004.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos, 1999.

MIRANDA, Antônio. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p.78088, maio/ago. 2000.

MORHY, Lauro. Brasil: universidade e educação superior. In: _____. (Org.). **Universidade no mundo**: universidade em questão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. v. 2, p. 25-59.

MOSTAFÁ, Solange Puntel; PACHECO, Márcia. O mercado emergente de informação. **Ciência da Informação**, 24(2), Ibict Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000600/> . Acesso em: 22 abr. 2010.

NAGEL, Rolf; FREITAS, Maria Jose Rabello de. **Dicionário de termos arquivísticos**: subsidios para uma terminologia arquivística brasileira. Bonn, [Alemanha]: Fundação Alemã Para o Desenvolvimento Internacional, Salvador. BA.: Universidade Federal da Bahia, 1989.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas de informações gerenciais**: estratégias, táticas operacionais. 9. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 1993.

_____, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, organização e métodos**: uma abordagem gerencial. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, v. 11, n. 2. Disponível em: <[HTTP://datagramazero.org.br/abr10_03htm](http://datagramazero.org.br/abr10_03htm)>. Acesso em: 29 abr. 2010.

OTLET, P. Documentos e documentação. 1937. Introdução aos trabalhos do Congresso Mundial de Documentação Universal, realizado em Paris, 1937. Disponível em: <http://www.conexãorio.com.bit/otlet/index.htm>. Acesso em 02/06/2010.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 6 reimp. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

PAIM, Antonio. **A UDF e a ideia de universidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

PENA VERA, Tania; MENDEZ, Evaristo. **El proceso de gestión de documentos en la Universidad del Zulia**: su intervención en las decisiones gerenciales, 2003. Disponível em: <http://www.serbi.luz.edu.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-15872003004000006&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 29 abr. 2010.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003, 262 p., il.

RODRIGUES, S. B. Processo decisório em universidades: teoria III. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 60-75, out. /dez. 1985.

ROMERO TALLAFIGO, M. **Archivística y archivos**: soportes, edificio y organización. Carmona: Asociación de Archiveros de Andalucía, 1994.

ROUSSEAU, Jean Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

RUIZ, F. F. Archivística, archivo, documento de archivo. necesidad de clarificar los conceptos. **Anales de Documentación**, v. 2, p. 103-20, 1999. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/archive/00002746/01/AD07-1999.PDF>>. Acesso em: 12 mar. 2009.

SANTOS, Edgard. Palavras iniciais. **Boletim Informativo da Universidade da Bahia**. a. I, n. 1, nov. 1956.

SANTOS, Paola de Marco L. **O ponto de inflexão Otlet**: uma visão sobre as origens da documentação e o processo de construção do princípio monográfico. 2006. 138f. Dissertação (Mestrado)–Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS FILHO, J. C. Universidade, modernidade e pós-modernidade. **Educação Brasileira**, Brasília, v. 20, n. 40, p. 41-72, 1998.

SANTOS, V. M. dos. Arquivos universitários e arquivos em universidades: alguns aspectos da administração de arquivos nas universidades brasileiras. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 78-84, jan./jun. 1994.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

SELFRRIN, C. et al. Gestão de documentos em arquivos universitários: estudo de caso no arquivo central da FAED-UDESC. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 1, 2004, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: Universidade de Brasília; Associação Brasiliense de Arquivologia, 2004. CD-Rom.

SILVA, Armando Malheiro da. **A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento arquivístico**. Disponível em: <<http://www.Arquivonacional.gov.br/pub/virtual/virtual.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2009.

SILVA, Armando Malheiro. A informação. **Da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico**. Porto: Afrontamento, 2006.

SILVA, C. M. **Modelos burocrático e político de estrutura organizacional de universidades**. In: TEMAS de administração universitária. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1991. p. 78-133.

TALAMO, Maria de Fátima G. M. **A pesquisa**: recepção da informação e produção do conhecimento. DataGramZero, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, abr. 2004. Disponível em: <HTTP://www.dgz.org.br/abr04/FIlink.htm>. Acesso em 29 abr. 2010.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: UNESP: Salvador, BA: EDUFBA, 2001.

TRINDADE, Hélgio. **Universidade em perspectiva, sociedade, conhecimento e poder**. In: CONFERÊNCIA DE ABERTURA DA XXI REUNIÃO ANUAL DA ANPED, Caxambu, MG, 1998. Revista Brasileira de Educação. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE10/RBDE10_03_HELGIO_TRINDADE.pdf>. Acesso 2 jun. 2009.

VAHL, T. R. **Estrutura e gerenciamento das universidades brasileiras**. In: TEMAS de administração universitária. Florianópolis: OEA/UFSC, 1991. p.111-134.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em ciência da informação**. São Paulo: Polis, 2005, p. 19-133.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LISTA DE FONTES

Entrevistas

BARRETO, Maria Gleide Santos. Entrevista concedida à pesquisadora em 19 de novembro de 2009.

COSTA, Alfredo Macedo. Entrevista concedida à pesquisadora, Salvador, 07 dez. 2009.

GALVÃO, Vânia. Entrevista concedida à pesquisadora, Salvador, 18 nov. 2009.

PORTUGAL, Alice. Entrevista concedida à pesquisadora, Salvador, 07 dez. de 2009.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. Entrevista concedida à pesquisadora, Salvador, 09 nov. 2009.

VARGENS, José Rogério da Costa Vargens. Entrevista concedida à pesquisadora, Salvador, 20 nov. 2009.

VIANA, Nadja Valverde. Entrevista concedida à pesquisadora, Salvador, 23 nov. 2009.

Impressos

MASCARENHAS, Augusto da Silveira. Eixos elétricos espaciais, um estudo referente ao eletrocardiograma humano. Salvador, 1949.

PIRES, Horácio de Senna. TST registra centenário do professor baiano Lafayette Pondé Abertura da SDI-1 do TST de 14 de março de 2007. disponível em: http://www.direito2.com.br/tst/2007/mar/14/tst_registra_centenario_do_professor_bai ano_lafayette_ponde. Acesso em: 11 jun. 2010

Diário de Notícia. **Vice Reitor Confiante no Resultado das Pesquisas da UFBA**, Salvador, 15/11/73.

SANTOS, Roberto Figueira. **Vidas paralelas**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Boletim Informativo**. Ano I, nº 1 – novembro de 1956.

_____. Conselho Universitário, **Ata** da sessão de 05 de março de 1964.

_____. **Reitor Miguel Calmon In Memoriam**. Boletim Informativo. Parte Cultural. 1967.

_____. **Estatuto da Universidade Federal da Bahia**, Boletim Informativo, Salvador, abr. 1979.

_____. **Regimento da Universidade Federal da Bahia**. Boletim Informativo, Salvador, abr. 1979.

_____. Assessoria de Planejamento. **Cadastro dos Órgãos da Universidade Federal da Bahia**. Salvador, 1981.

_____. Assessoria de Planejamento. **Documentos Básicos da UFBA**. 2. ed., Salvador, 1988.

_____. Conselho Universitário, **Ata** da sessão de 19 de janeiro de 1988.

_____. Conselho Universitário, **Ata** da sessão de 12 de março de 1996.

_____. **Estatuto da Universidade Federal da Bahia**, 2000.

_____. Conselho Universitário, **Ata** da sessão de 22 de dezembro de 2003.

_____. Conselho Universitário, **Ata** da sessão de 29 de janeiro de 2004.

_____. Escola Politécnica, **Arquivo Pessoal** José Rogério da Costa Vargens.

_____. **Estatuto da Universidade Federal da Bahia, 2009**. Disponível em: http://www.portal.ufba.br/conheca/legislacao/novo_estatuto_ufba/. Acesso em: 22 fev. 2010.

_____. **Regimento da Universidade Federal da Bahia, 2010**. Disponível em: http://www.portal.ufba.br/conheca/legislacao/regimento_geral. Acesso em: 30 mar. 2010.

_____. **Relatório de Gestão, 2008a**. Disponível em: http://www.proplad.ufba.br/ftp/relatorio_2008/relatorio_gestao_2008.pdf. Acesso realizado em 22/10/2009. Acesso em: 29 abr. 2010.

_____. **UFBA em números, 2008b**. Disponível em: http://www.proplad.ufba.br/numeros_ufba_2008-f.html. Acesso em: 3 mar. 2010.

_____. MORTE de Lafayette Pondé consterna a UFBA, **UFBA em Pauta, 2008**. Disponível em: <http://www.portal.ufba.br/ufbaempauta/2008/marco/Quarta26/lafayette>. Acesso em: 20 maio 2010.

ATAS PESQUISADAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Conselho Universitário. Ata da sessão de 25 de fev. 1982.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 19 de mar. 1982.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 14 de abr. 1982.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 26 de abr. 1982.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 14 de mai. 1982.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 22 de jun. 1982.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 03 de ago. 1982.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 08 de out. 1982.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 27 de dez. 1982.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 21 de jan. 1983.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 21 de fev. 1983.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 18 de mar. 1983.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 09 de mai. 1983.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 27 de mai. 1983.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 19 de ago. 1983.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 25 de ago. 1983.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 16 de set. 1983.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 26 de set. 1983.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 30 de set. 1983.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 21 de out. 1983.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 21 de dez. 1983.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 31 de jan. 1984.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 09 de fev. 1984.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 28 de fev. 1984.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 01 de mar. 1984.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 23 de mar. 1984.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 23 de jul. 1984.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 21 de ago. 1984.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 19 de set. 1984.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 27 de set. 1984.

_____. Conselho Universitário, Ata da sessão de 20 de nov. 1984.

- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 05 de dez. 1984.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 27 de dez. 1984.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 11 de fev. 1985.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 27 de fev. 1985.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 16 de ab. 1985.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 20 de mai.1985.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 12 de jun. 1985.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 14 de ago. 1985
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 02 de out. 1985.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 23 de out. 1985.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 20 de nov. 1985.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 12 de dez. 1985.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 27 de dez. 1985.
- _____ . Conselho Universitário, Ata da sessão de 27 de fev. 1986.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 21 de mar. 1986.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 08 de mai. 1986.
- _____ . Conselho Universitário, Ata da sessão de 11 de jun. 1986.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 07 de jul. 1986.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 12 de ago. 1986.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 12 de set. 1986
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 12 de nov. 1986.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 22 de dez. 1986.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 11 de fev. 1987.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 07 de abr. 1987.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 21 de mai. 1987.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 04 de jun. 1987.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 12 de ago. 1987.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 01 de set.1987.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 10 de set.1987.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 17 de set. 1987.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 06 de out. 1987.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 09 de dez. 1987.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 19 de jan. 1988.

- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 24 de fev. 1988.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 14 de abr. 1988.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 28 de abr. 1988.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 22 de jun. 1988.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 14 de dez. 1988.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 27 de fev. 1989.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 04 de mai. 1989.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 12 de jun. 1989.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 27 de jun. 1989.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 11 de jul. 1989.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 18 de set. 1989.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 12 de out. 1989.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 19 de out. 1989.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 30 de out. 1989.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 29 de dez. 1989.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 05 de mar. 1990.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 21 de mar. 1990.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 28 de mar. 1990.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 16 de mai. 1990.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 29 de mai. 1990.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 16 de jun. 1990.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 26 de out. 1990.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 28 de dez. 1990.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 22 de jan. 1991.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de abr. de 1991.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 13 de mai. 1991.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 24 de mai. 1991.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 06 de jun. 1991.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 25 de jun. 1991.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 20 de set. 1991.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 26 de nov. 1991.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 18 de dez. 1991.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 27 de dez. 1991.

- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 12 de mar. 1992.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 24 de mar. 1992.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 06 de abr. 1992.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 24 de abr. 1992.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 14 de mai. 1992.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 03 de jun. 1992.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 17 de jul. 1992
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 04 de ago. 1992
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 31 de ago. 1992
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 08 de out. 1992.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 27 de out. 1992.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 19 de nov. 1992.
- _____ .Conselho Universitário, Ata da sessão de 18 de dez. 1992.

APÊNDICES

APÊNDICE A**ROTEIRO PARA LEITURA DOS DOCUMENTOS**

Reunião Realizada em ___/___/___ hora _____

Local: _____

Presidida por: _____

Conselheiros Presentes: _____

Deliberações realizadas:

Temas Discutidos:

Fatos/ocorrências registrados:

APÊNDICE B – INSTRUMENTO PARA DIMENSIONAMENTO DO ACERVO

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1982													
1983													
1984													
1985													
1986													
1987													
1988													
1989													
1990													
1991													
1992													

Obs. Anotar o dia da realização da reunião no mês respectivo

APÊNDICE C

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PARTICIPANTES DA PESQUISA

- 1 – Data e hora da entrevista
- 2 – Local da entrevista
- 3 – Nome do entrevistado:
- 4 – Prestar esclarecimentos sobre a pesquisa e seus objetivos
- 5 – Solicitar permissão para gravação;
- 6 – Consultar se permite a identificação do participante na pesquisa.

1ª PARTE – Questões gerais sobre o Conselho e sobre os documentos

- 1 – Qual o papel do Conselho Universitário?
- 2 – Considera importante comunicar à comunidade universitária as decisões do Conselho?
- 3 – Quais documentos considera importantes para preservar a memória da instituição?
- 4 – As atas relatam o que realmente acontece nas reuniões?
- 5 – As atas possibilitam a construção da memória da instituição?

CONT. APÊNDICE C**ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PARTICIPANTES DA PESQUISA****2ª PARTE – INCIDENTE CRÍTICO**

6 – Durante o período em que participou do Conselho Universitário como eram divulgadas as deliberações feitas pelo Conselho?

7 – Recorda-se de algum fato ou ação, que pudesse registrar como marcante no período em que participou do Conselho Universitário?

Perguntas dirigidas a participantes do Conselho no período de 84 a 88

1 – Proposta de reforma do ensino superior

2 – Sobre a Comissão constituída pelo MEC para discutir a Universidade Brasileira – se a comissão apresentou alguma proposta

3 – Sobre o Fórum Tancredo Neves

Perguntas dirigidas a participantes do Conselho no período de 1988 a 1992

1 – Decreto Presidencial limitando gastos no setor público

3 – Plano de Carreira

2 – Discussão do projeto de Reforma das Universidades Brasileiras e autonomia

5 – Normas para consulta à comunidade para a escolha do reitor

Perguntas dirigidas a participantes do Conselho no Segundo Semestre 1992

1 – Normas e procedimentos para escolha do Vice-Reitor e Dirigentes das Unidades universitárias;

3 – Instalação da estatuinte – revisão dos documentos básicos

4 – Elaboração do regulamento de assistência aos alunos

6 – Agilizar a veiculação da informação na Universidade

7 – Projeto ministerial de implementação e criação de fundação

APÊNDICE D

Relação dos membros do Conselho Universitário de 1982 e 1983

Unidade universitária	Conselheiro	Cargo
Instituto de Ciências da Saúde	Luiz Fernando Seixas Macedo Costa	Reitor
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	José Calasans Brandão da Silva	Vice-Reitor
Faculdade de Direito	George Fragoso Modesto	Diretor
Escola de Administração	Gilson Sampaio	Vice-Diretor
Escola de Administração	José Osório Reis	
Escola de Biblioteconomia e Comunicação	Antonio Loureiro de Souza	Vice-Diretor
Escola de Dança	Dulce Tâmara Lamego Silva e Aquino	
Escola de Medicina Veterinária	Eliel Judson Duarte de Pinheiro	
Escola de Música	Piero Batianelli	Vice-Diretor
Escola Politécnica	Cid Gesteira	Vice-Diretor
Escola Politécnica	Hernani Savio Sobral	Diretor
Escola Politécnica	José Rogério da Costa Vargens	Diretor
Faculdade de Arquitetura	Alberto Jose Barreto Fiúza Pereira	
Faculdade de Arquitetura	Maria do Socorro Targino Martinez	Diretora
Faculdade de Ciências Econômicas	Carlos Brandão da Silva	Diretor
Faculdade de Ciências Econômicas	Walter Crispim da Silva	Diretor
Faculdade de Direito	Sylvio Santos Faria	Diretor
Faculdade de Educação	Silvestre Ramos Teixeira	Diretor
Faculdade de Farmácia	Nilmar Pereira da Rocha	Diretor

CONT...APÊNDICE D

Relação dos membros do Conselho Universitário de 1982 e 1983

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Mario Henrique Soares Nascimento	Diretor
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Vivaldo Costa Lima	Diretor
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Ruy Simões	
Faculdade de Medicina	José Maria de Magalhães Neto	Vice-Diretor
Faculdade de Medicina	Newton Alves Guimarães	
Faculdade de Odontologia	Germano Tabacof	Diretor - Subst. Eventual do V.R.
Faculdade de Odontologia	Guiseppe Mazzoni	Substituto Eventual V.D.
Instituto de Biologia	Kleide Mendes Lopes Ramos	Diretora
Instituto de Ciências da Saúde	Jorge Augusto Novis	Diretor
Instituto de Ciências da Saúde	Luiz Erlon Araujo Rodrigues	Vice-Diretor
Instituto de Ciências da Saúde	Penildon Silva	Diretor
Instituto de Física	Alvaro da Silva Ramos	Diretor
Instituto de Física	Nice Maria Americano da Costa Costa Pinto	Vice-Diretora
Instituto de Geociências	Fernando Spínola Palma	Vice-Diretor
Instituto de Letras	Luiz Angelico da Costa	Diretor
Instituto de Matemática	Adarcy Maria Penna Costa	Diretor
Instituto de Química	Adelaide Maria Vieira Viveiros	Diretora
Instituto de Química	Nadja Maria Valverde Viana	Diretora
Escola de Nutrição	Neuza Maria Berenguer Castro	Diretora
	Abdias Mendes da Silva	

CONT...APÊNDICE D

Relação dos membros do Conselho Universitário de 1982 e 1983

	Anna Simões de Moraes	
	Arlete Cerqueira Lima	
	Carlos Eduardo Gumes Andrade	Representante Estudantil
	Celuta Pedreira Costa	
	Clovis Dessa Magalhães	
	Dalmo Gildo Guimarães Pontual	
	Eurydice Pires de Sant'Anna	
	Hebert Viana de Magalhães	
	José Alberto Sampaio Santos	
	Maria Anália Costa Moura	
	Maria da Glória Sampaio Gomes	
	Maria do Rosário Barbosa Nogueira	
	Neyde Maria Santos Gonçalves	
	Sidonio Cardoso Palmeira	
	Wanda dos Reis Sant'anna	
	Wilton Neves Brandão	

APÊNDICE E

Relação dos membros do Conselho Universitário de 1984 a 1988

UNIDADE	NOME	CARGO
Faculdade de Odontologia	GERMANO TABACOF	REITOR
Faculdade de Medicina	Eliane Elisa de Souza e Azevedo	VICE REITORA
Escola de Administração	Gilson Sampaio Silva	Diretor
Escola de Agronomia	Alino Motta Santana	Vice-Diretor
Escola de Agronomia	Guaraci Ferreira do Carmo	Diretor
Escola de Agronomia	Washington Luiz Cotrim Duete	
Escola de Agronomia	Zinaldo Figueroa de Sena	Vice-Diretor
Escola de Belas Artes	Ailton Souza Vieira	Vice- Diretor
Escola de Belas Artes	Ana Lucia Uchoa Peixoto Subst	Substituta Eventual do Vice Diretor
Escola de Belas Artes	Ana Maria Vilar Leite Augusto da Silva	Diretora
Escola de Belas Artes	Maria Helena Flexor	Substituto Eventual do Vice-Diretor
Escola de Biblioteconomia	Maria José Rabello de Freitas	Diretora
Escola de Biblioteconomia	Marinha de Andrade Decana	Decana
Escola de Dança	Dulce Tamara Lamego Silva e Aquino	
Escola de Enfermagem	Ana Ligia Cumming	Vice-Diretora
Escola de Enfermagem	Josicelia Dumet Fernandes	Diretora
Escola de Enfermagem	Maria José de Oliveira	Decana
Escola de Farmácia	Altina Gonçalves Sodré	Diretora
Escola de Medicina Veterinária	Eliel Judson Duarte Pinheiro	Diretor

Cont...APÊNDICE E

Relação dos membros do Conselho Universitário de 1984 a 1988

Escola de Medicina Veterinária	Wilma de Albuquerque Franco	Vice-Diretora
Escola de Música	Edward Hackler	Vice-Diretor
Escola de Música	Ewald Hackler	Vice-Diretor
Escola de Música e Artes Cênicas	Paulo Costa Lima	
Escola de Música e Artes Cênicas	Paulo Lauro Nascimento Dourado	
Escola de Nutrição	Angeolina Rossi Ferreira	Diretora
Escola Politécnica	Carlos Emilio Menezes Strauch	Diretor
Escola Politécnica	Cid Santos Gesteira	Diretor
Faculdade de Odontologia	Mary Camardelli de Amorim	Diretora
Faculdade de Educação	Jandyra Leite Simões	Diretora
Faculdade de Arquitetura	Maria Gleide Santos Barreto	Diretora
Faculdade de Ciências Econômicas	Paulo Rebouças Brandão	Subs. Eventual VR - Diretor da
Faculdade de Direito	Pedro Manso Cabral	Diretor
Faculdade de Educação	Dilza Maria Andrade Atta	Vice-Diretora
Faculdade de Farmácia	Florentina Santos Diez Del Corral	Vice Diretora
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Luis Henrique Dias Tavares	
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Mario Henriques Soares Nascimento	
Faculdade de Medicina	José Maria de Magalhães Neto	Diretor
Faculdade de Odontologia	Ceres Mendonça Fontes	Vice-Diretor

Cont...APÊNCIDE E

Relação dos membros do Conselho Universitário de 1984 a 1988

Instituto de Biologia	Antonio Lima de Brito	Vice-Diretor
Instituto de Biologia	Kleyde Mendes Lopes Ramos	Diretora
Instituto de Ciências da Saúde	Jutorib de Oliveira Lima	Diretor
Instituto de Física	Alberto Peçanha Martins Júnior	Vice-Diretor
Instituto de Física	Dionecarlos Soares de Vasconcelos	Diretor
Instituto de Física	Silvio Loureiro	
Instituto de Geociências	Telésforo Martinez Marques	Diretor
Instituto de Letras	Celina de Araújo Scheinowatz	Diretora
Instituto de Letras	Suzana Helena Longo Sampaio	Vice-Diretora
Instituto de Matemática	Eliza Maria Ferreira Silva	Vice-Diretora
Instituto de Matemática	Lafayette Baqueiro Buonavita	
Instituto de Matemática	Roswilcio José Moreira Góes	Diretor
Instituto de Química	Nilmar Vicente Pereira da Rocha	Diretor
Instituto de Química	Silvio Brito Borges	Vice-Diretor
Instituto de Geociências	Joaquina Lacerda Leite	Vice-Diretora
	Abraão Felix da Penha	
	Ademar Alves de Souza	Representante Estudantil
	Alice Mazzuco Portugal	Representante da ASSUFBA
	Alvaro Rubim de Pinho	
	André Luis Cardoso Lessa	
	Antonio Albino Canelas Rubim	
	Aulindo Vailatti	

Cont...APÊNDICE E

Relação dos membros do Conselho Universitário de 1984 a 1988

	Barbara Cristine	
	Bolivar de Almeida Batista Filho	
	Carlos Eduardo Gumes Andrade	Representante Estudantil
	Eliana Barbosa	
	Fabíola Gonçalves Pereira de Souza	Representante Estudantil
	Francisca Cilene de Moraes	
	Geovana Novaes	
	Hernani Sávio Sobral	Representante dos Órgãos Suplementares
	José Guilherme da Motta	
	José Luiz Anunciação Anunciação Bernardo	
	Leopoldo Roberto Martins de Carvalho	
	Marcos Antonio Lins Garcia	
	Renilda Meire Lemos da Silva	Representante Estudantil
	Rita Clementina F. Freire	
	Roney Castro Greve	Representante Estudantil - Suplente de Walter
	Shirley Andrade Cruz	
	Sormani Ferraz Teixeira	
	Ubiratan Felix Pereira dos Santos	
	Vania Maria Galvão de Carvalho	Pres. Da ASSUFBA
	Waldemar Manoel Silva de Souza	Representante Estudantil
	Walter Pinto Freitas Júnior	
	Wilton Neves Brandão - REP EST	Representante Estudantil

APÊNDICE F

Relação dos membros do Conselho Universitário de 1988 a 1992

UNIDADE	Nome	CARGO
Escola Politécnica	José Rogério da Costa Vargens	REITOR
Instituto de Química	Nadja Valverde Viana	Vice-Reitora
Escola de Administração	Leopoldo Roberto Martins de Carvalho	Diretor
Escola de Agronomia	Luiz Gonzaga Mendes	Diretor
Escola de Belas Artes	Marcia de Azevedo Magno Batista	Diretora
Escola de Biblioteconomia e Documentação	Francisco José Liberato de Matos Carvalho	Diretor
Escola de Dança	Eliana Rodrigues Silva	Diretora
Escola de Dança	Livia Serafim Ribeiro	Vice-Diretora
Escola de Enfermagem	Marisa Correa Hirata	Diretora
Escola de Enfermagem	Neuza Dias Andrade de Azevedo	Vice-Diretora
Escola de Medicina Veterinária	ElieI Judson Duarte Pinheiro	Diretor
Escola de Medicina Veterinária	Laudélio Santos Fonseca	Vice-Diretor
Escola de Música	Manuel Vicente Ribeiro Veiga Júnior	Diretor
Escola de Música	Paulo Costa Lima	Diretor
Escola de Nutrição	Nilze Barreto Villela	Diretora
Escola de Teatro	Carlos Alberto Cardoso Nascimento	Diretor
Escola Politécnica	Carlos Emilio de Menezes Strauch	Diretor
Escola Teatro	Paulo Lauro Nascimento Dourado	Diretor <i>Pro Tempore</i>
Faculdade de Arquitetura	Gilberto de Meneses Pedroso	Diretor
Faculdade de Ciências Econômicas	Militino Rodrigues Martinez	Diretor

APÊNCIDE F

Relação dos membros do Conselho Universitário de 1988 a 1992

Faculdade de Ciências Econômicas	Vitor de Athayde Couto	Vice-Diretor
Faculdade de Comunicação	Rui Alberto Espinheira Filho	Diretor
Faculdade de Comunicação	Sônia de Alencar Serra	Vice-Diretora
Faculdade de Direito	Alberto Peçanha Martins Júnior	Diretor
Faculdade de Educação	Lucila Rupp de Magalhães	Diretora
Faculdade de Farmácia	Florentina Santos Diez Del Corral	Diretora
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Ubirajara Dorea Rebouças	Diretor
Faculdade de Medicina	Heonir Jesus Pereira da Rocha	Diretor
Faculdade de Medicina	Rodolfo dos Santos Teixeira	Diretor
Faculdade de Odontologia	Urbino da Rocha Tunes	Diretor
Instituto de Biologia	Wanda Maria Pereira de Carvalho	Diretora
Instituto de Ciências da Saúde	Luiz Erlon Araujo Rodrigues	Diretor
Instituto de Física	Manoel Marcos Freire D'Aguiar Neto	Diretor
Instituto de Geociências	Francisco José Gomes Mesquita	Diretor
Instituto de Letras	Suzana Helena Longo Sampaio	Diretora
Instituto de Matemática	Celia Maria Pitangueira Gomes	Diretora
Instituto de Química	Maria de Lourdes de Mascarenhas F. Botelho Trino	Diretora

APÊNDICE F

Relação dos membros do Conselho Universitário de 1988 a 1992

	Ailton José Oliveira Sampaio	
	Fernando Costa Almeida	Representante da Comunidade
	Jaguaraci Costa Santos	
	José Carlos B. Sant'Anna	
	Manoel Ferreira Camurugi Filho	Representante Estudantil
	Rosa Bunchaft	Representante Estudantil

APÊNDICE G

Relação dos membros do Conselho Universitário no ano de 1992

Unidade	Nome	Cargo
Faculdade de Medicina	ELIANE ELISA DE SOUZA E AZEVEDO	Reitora
Faculdade de Educação	LUIZ FELIPPE PERRET SERPA	Vice-Reitor
Escola de Administração	Leopoldo Roberto Martins de Carvalho	Diretor
Escola de Administração	Reginaldo Souza Santos	Vice-Diretor
Escola de Agronomia	Joelito de Oliveira Rezende	Vice-Diretor
Escola de Agronomia	Luiz Gonzaga Mendes	Diretor
Escola de Belas Artes	Juarez Marialva Paraiso	Diretor
Escola de Belas Artes	Marcia de Azevedo Magno Batista	Diretora
Escola de Biblioteconomia e Documentação	Francisco José Liberato de Mattos Carvalho	Diretor
Escola de Biblioteconomia e Documentação	Maria José Rabelo de Freitas	Vice-Diretora
Escola de Dança	Eliana Rodrigues Silva	Diretora
Escola de Dança	Silvia Cristina C. Lobo	Vice-Diretora
Escola de Dança	Simone Najar Gusmão	Diretora Interina
Escola de Enfermagem	Marisa Correia Hirata	Diretora
Escola de Enfermagem	Neusa Dias Andrade de Azevedo	Vice-Diretora
Escola de Enfermagem	Neuza Dias Azevedo	Diretora
Escola de Medicina Veterinária	ElieI Judson Duarte Pinheiro	Diretor
Escola de Medicina Veterinária	Luciano José Costa Figueiredo	Diretor
Escola de Música	Paulo Costa Lima	Diretor
Escola de Música	Alda de Jesus Oliveira	Diretora
Escola de Nutrição	Edileuza Nunes Gaudenzi	Diretora

CONT...APÊNCIDE G

Relação dos membros do Conselho Universitário de 1988 a 1992

Escola de Nutrição	Mercia Isabel Batista	Vice-Diretora
Escola de Nutrição	Nilze Barreto Villela	Diretora
Escola de Teatro	Carlos Alberto Cardoso Nascimento	Diretor
Escola Politécnica	Carlos Emilio de Menezes Strausch	Diretor
Escola Politécnica	Geraldo Savio Sobral	Vice-Diretor
Faculdade de Arquitetura	Gilberto Menezes Pedroso	Diretor
Faculdade de Arquitetura	Maria Gleide Santos Barreto	Diretora
Faculdade de Ciências Econômicas	Militino Rodrigues Martinez	Diretor
Faculdade de Ciências Econômicas	Paulo Rebouças Brandão	Diretor
Faculdade de Comunicação	Ruy Espinheira Filho	Diretor
Faculdade de Direito	Alberto Peçanha Martins Júnior	Diretor
Faculdade de Direito	Antônio Carlos A. de Oliveira	Vice-Diretor
Faculdade de Educação	Ana Cristina Liberato	Vice-Diretora
Faculdade de Educação	José Oliveira Arapiraca	Vice-Diretor
Faculdade de Educação	Lucila Rupp de Magalhães	Diretor
Faculdade de Farmácia	Florentina Santos Diez del Corral	
Faculdade de Farmácia	Maria Nazareth Viana	Vice-Diretora
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Adroaldo Clesmen L. Medrado	
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Ubirajara Dórea Rebouças	Diretor
Faculdade de Medicina	Heonir Jesus Pereira da Rocha	Diretor
Faculdade de Medicina	Nelson Barros decano	
Faculdade de Medicina	Rodolfo Teixeira	Vice-Diretor

CONT...APÊNCIDE G

Relação dos membros do Conselho Universitário de 1988 a 1992

Faculdade de Medicina	Thomaz Rodriguez P. da Cruz	Diretor
Faculdade de Odontologia	Jairo Diniz	
Faculdade de Odontologia	Urbino da Rocha Tunes	Diretor
Instituto de Biologia	Jacy Lins e Silva Franco	Diretora
Instituto de Biologia	Wanda Maria Pereira de Carvalho	Diretora
Instituto de Ciências da Saúde	Luis Erlon Araújo Rodrigues	Diretor
Instituto de Ciências da Saúde	Luiz Cezar D. do Nascimento	Vice-Diretor
Instituto de Física	Aurino Ribeiro Filho	Diretor
Instituto de Física	Manoel Marcos Freire D'Aguiar	Diretor
Instituto de Física	Nice Americano da Costa Costa Pinto	Diretora
Instituto de Geociências	Francisco José Gomes Mesquita	Diretor
Instituto de Letras	Aurélio Gonçalves de Lacerda	Diretor
Instituto de Letras	Suzana Helena Longo Sampaio	Diretora
Instituto de Matemática	Célia Maria Pitangueira Gomes	Diretora
Instituto de Química	Lafaiete Almeida Cardoso	Diretor
Instituto de Química	Maria de Lourdes de M. Figueiredo Botelho Trino	Diretora
	Claudio Quadros	Repr. Estudantil
	José Hamilton Barros	Repr. da Comunidade Religiosa
	Penildon Filho	Repr. Estudantil
	Sandro França	
	Vicente José de Lima Neto	Repr. ASSUFBA